UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

A LIBERDADE DO CIDADÃO:
UMA ANÁLISE DO PENSAMENTO ÉTICO-POLÍTICO
DE ALEXIS DE TOCQUEVILLE

HELENA ESSER DOS REIS

2002

HELENA ESSER DOS REIS

**A LIBERDADE DO CIDADÃO:
UMA ANÁLISE DO PENSAMENTO ÉTICO-POLÍTICO
DE ALEXIS DE TOCQUEVILLE**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Filosofia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Milton Meira do Nascimento

São Paulo

2002

Para

Wagner, Ana e Camila.

AGRADECIMENTOS

Ao Milton Meira do Nascimento, meu orientador. À Maria das Graças de Souza, Célia Galvão Quirino, Olgária Matos, Cláudio Vouga, pelas análises e sugestões. Aos amigos Floriano Jonas César, Cláudio Boeira Garcia, Gonçalo Armijos Palácios, Constança Peres Pissarra, pela leitura atenta dos meus textos e por suas análises. Aos alunos Tânia de Araújo, Simone Almeida, Marco Antônio Reston que participam do grupo de estudos coordenado por mim, pela curiosidade e entusiasmo que me auxiliaram a precisar minhas idéias. Às secretárias do departamento de filosofia da USP pela atenção e presteza com que sempre pude contar. À Heloisa Esser dos Reis, Ana Denise Fagundes Lacerda e Gabriela Azeredo Servian pela normalização, tradução do resumo e correção do texto. À CAPES e à UCG pelo apoio financeiro.

Às amigas Maria Lúcia e Constança pelas acolhidas carinhosas em São Paulo. À Yolanda, minha mãe, e à Heloisa, minha irmã, pela atenção e carinho que deram às minhas filhas para que eu pudesse trabalhar tranqüila. Ao Wagner, por muito mais que companheirismo e compreensão.

*"Il n'est rien de plus fécond en merveilles
que l'art d'être libre; mais il n'y a rien de plus dur
que l'apprendissage de la liberté."*

Alexis de Tocqueville
De la démocratie en Amérique
Tomo I, parte 2, cap. 6, p. 275.

SUMÁRIO

RESUMO	XIII
ABSTRACT	XIV
1 INTRODUÇÃO	10
2 A IDÉIA DE LIBERDADE SEGUNDO ALEXIS DE TOCQUEVILLE.....	20
2.1 A FORMA DA LIBERDADE	21
2.1.1 <i>Para além das diferenças entre as sociedades aristocrática e democrática</i>	21
2.1.2 <i>Para além das diferenças entre público e privado</i>	33
2.2 A FONTE DA LIBERDADE	38
2.3 A CONQUISTA DA LIBERDADE	46
2.4 O VALOR MORAL DA LIBERDADE.....	54
3 DEMOCRACIA: A DIFÍCIL RELAÇÃO ENTRE A IGUALDADE E A LIBERDADE ...	63
3.1 DEMOCRACIA: LIBERDADE E IGUALDADE.....	64
3.2 A PAIXÃO PELA IGUALDADE.....	75
3.3 AS CONSEQÜÊNCIAS DA PAIXÃO	84
3.3.1 <i>A Aniquilação da Individualidade e a Tirania da Maioria</i>	84
3.3.2 <i>O Individualismo e o Poder Político Tutelar</i>	92
4 VIRTUDE: A CONDIÇÃO DA LIBERDADE DO CIDADÃO	100
4.1 LIBERDADE, JUSTIÇA E VIRTUDE	101
4.2 O EXEMPLO AMERICANO: A DOUTRINA DO INTERESSE BEM-COMPREENDIDO	115
4.3 A DIFICULDADE DA VIRTUDE	125
5 A EDUCAÇÃO DO CIDADÃO	134
5.1 A RESPONSABILIDADE DO CIDADÃO.....	136
5.2 OS ESPAÇOS DA ARTE DO CIDADÃO	143
5.2.1. <i>A Escola</i>	144

5.2.2 <i>As Liberdades Locais e as Associações</i>	150
5.2.3 <i>As Leis e os Costumes</i>	159
5.2.4 <i>O Júri e os Juristas</i>	165
5.3 A RELIGIÃO COMO SALVAGUARDA DA VIRTUDE DO HOMEM	168
6 CONCLUSÃO	177
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	189

RESUMO

A presente pesquisa visa compreender o pensamento ético-político de Alexis de Tocqueville, no que diz respeito ao desenvolvimento da liberdade do cidadão no Estado democrático para, então, discutir a estreita relação estabelecida entre Estado democrático, liberdade e justiça. O interesse nesta discussão advém de uma dificuldade que a análise toquevilliana da democracia traz à luz: por um lado o Estado democrático fundamenta-se necessariamente numa relação de harmonia entre a liberdade e a igualdade, por outro lado, tal harmonia é bastante problemática, pois exige dos homens virtudes cívicas opostas às propensões que dispõem naturalmente neste Estado. A falta destas virtudes isola os cidadãos e a consequência é o surgimento de um Estado despótico que, aniquilando suavemente a capacidade dos homens pensarem e agirem por si mesmos junto com seus semelhantes, os degrada. Para equacionar esta dificuldade Tocqueville, sem qualquer desprezo às características dos tempos democráticos, mas ciente da necessidade de conter as tendências desagregadoras destes tempos, admite a necessidade de educar o indivíduo para torná-lo um cidadão virtuoso. Aceitando que a virtude possa advir do interesse, faz-se necessário formar, pela ação dos próprios cidadãos concernidos, costumes e crenças que os projetem para além de si mesmos, que os façam reconhecer, no respeito à igual liberdade de todos demais, um critério de justiça adequado ao Estado democrático e à dignidade humana. Mas, se justo é a igual liberdade impõe-se que aceitemos o Estado democrático como radicalmente inacabado, sujeito à revezes e incertezas, posto que implica a permanente abertura ao diferente, à tolerância e ao pluralismo.

Palavras-chave: Democracia, liberdade, igualdade, virtude, justiça.

ABSTRACT

This thesis aims at understanding the ethical and political thought of Alexis de Tocqueville as far as the development of the citizen's freedom in the democratic state is concerned. This provides a basis for a discussion about the close relationship between democratic state, freedom, and justice. The interest in such a discussion comes from an issue raised by the toquevillian analysis of democracy: if, on the one hand, the democratic state is necessarily based on a harmonious relationship between freedom and equality, on the other, such harmonious relationship is rather problematic because it demands from the citizens civic virtues which are opposed to their natural dispositions. The lack of such civic virtues isolates the citizens from each other, and can lead to the emergence of a despotic state, which degrades men because it subtly annihilates their ability to think and act by themselves. Without showing any disregard for the characteristics of democratic times, Tocqueville is aware of the necessity to limit the disruptive tendencies of those days and admits the need to educate men to make them become virtuous citizens. Accepting that virtue results from interest, then it becomes necessary that the concerned citizens develop a set of customs and beliefs which project them beyond themselves and make them recognize a criterium for justice which is appropriate to the democratic state and to human dignity. However fair equal freedom, one might accept that the democratic state is an unfinished business, subject to setbacks and uncertainties, and its future depends a great deal on men's ability to deal with difference, with tolerance and pluralism.

1 INTRODUÇÃO

"A liberdade é a primeira de minhas paixões, eis o que é verdade"

Tocqueville

A turbulência política e social à qual França estava submetida, desde os anos que antecederam a tomada da Bastilha, em 1789, marcou profundamente a vida e o pensamento de Alexis de Tocqueville. Nascido no seio de uma família de origem aristocrática, em Paris, a 29 de julho de 1805, Tocqueville é atravessado por uma permanente disputa entre os valores aristocráticos sob os quais fora educado, mas que já não podiam subsistir, e as idéias democráticas que se impunham, instigando os homens a possibilidades inteiramente novas e desconhecidas.

Essas duas vertentes transparecem em dois momentos iniciais da vida de Tocqueville. Da infância, ele traz os valores aristocráticos de participação na administração do Estado e a independência para agir em nome de suas próprias convicções, que conheceu nas atitudes de seus pais e parentes. Tais atitudes não eram resultado de qualquer compromisso ou simpatia que o governo de Napoleão pudesse suscitar em seus familiares, mas da honra que os mantinha fiéis aos reis mortos,¹ à revelia do próprio infortúnio² sofrido durante a época do terror revolucionário. A atitude de Hervé de Tocqueville, pai de Alexis, ao assumir a administração municipal de Verneuil entre 1810 e

¹ Ver: Diéz del Corral. 1989, p. 91.

² Em 20 de setembro de 1793, todos os membros da família Malesherbes foram intimados pelo Tribunal Revolucionário, e a maior parte deles foi morta. Entre estes estavam o próprio ministro Malesherbes, com 83 anos, sua filha Antoniette e o marido Louis Le Pelletier de Rosambo (avós maternos de Alexis), Aline Thérèse e o marido Jean-Baptiste Chateaubriand (tios de Alexis, cujos filhos ficaram sob tutela de Hervé de

1814, está longe de qualquer adesão a Napoleão, pelo contrário, ele acreditava que as obrigações municipais se revestiam de um carácter quase feudal, de modo que se furtar dessa tarefa seria perder a oportunidade de exercer a sua independência.

Nos primeiros anos de juventude, Alexis desfrutou de um convívio estreito com o pai,³ que o influenciou pela vida intelectual e pela política e o sensibilizou para os problemas sociais. O conde Hervé, quando administrador municipal, ainda que não tivesse qualquer gosto pela igualdade democrática, preocupou-se em equacionar o problema da pobreza viabilizando financiamento - por intermédio de um banco cooperativo do povo, que emprestava dinheiro a juros baixos - para que os mais pobres pudessem se tornar pequenos proprietários rurais e produzirem. Foi nessa época também que leu Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Mably, Buffon, Reynal, Chateaubriand, entre outros que se achavam na biblioteca do pai, e decidiu cursar Direito enquanto aguardava o momento adequado para ingressar na política.⁴

No período em que passou na Universidade de Paris, dedicou-se a compreender os grandes movimentos políticos e sociais. Sua formação foi beneficiada por suas leituras de juventude e pelo confronto com as idéias dos liberais doutrinários, com os quais manteve contato nos cursos de Guizot, e idéias que muito marcaram o seu pensamento, destacando-se, em primeiro lugar, o carácter irreversível do curso da história, e, em segundo, a proposta de construir um governo representativo e garantidor das liberdades individuais.

Tocqueville). Os pais de Alexis, Hervé e Louise-Madaleine, cuja execução estava marcada para 12 de julho de 1794, foram salvos pela queda de Robespierre dois dias antes.

³ Logo da restauração da monarquia dos Bourbons, os antigos nobres foram chamados para ocuparem postos na administração do Estado, de modo que Hervé, que já contava com experiência na administração municipal, tomou parte no prestigioso corpo de prefeitos. Em suas peregrinações pelas capitais de departamentos, Alexis o acompanhou, sua esposa e os filhos Hippolyte e Edouard fixaram residência em Paris.

⁴ Segundo Jardim (1989, p. 76), Tocqueville, diferentemente de seus irmãos que seguiram carreira militar, desejava ingressar no parlamento. Entretanto, em vista da legislação em vigor na Restauração que exigia dos deputados a idade mínima de 40 anos, decidiu-se pela magistratura como uma carreira provisória, mas oportuna na medida em que poderia fornecer-lhe conhecimentos importantes para o futuro.

O pensamento político de Tocqueville forma-se, então, destas duas vertentes: da infância, os valores aristocráticos; da juventude, os valores democrático-liberais. Cada uma dessas vertentes é contrabalanceada pela outra: ainda que ele se afaste do radicalismo de seus familiares, repudiando a ilusão de uma volta ao passado e apoiando as instituições sociais e políticas que possam favorecer as liberdades dos indivíduos, suas lembranças de infância - acerca dos excessos que a Revolução cometeu contra os nobres - lhe permitiriam uma perspectiva crítica e equilibrada. A defesa da liberdade era seu grande objetivo, mas, diferentemente dos liberais doutrinários, ele exigia algo além das meras garantias formais que satisfizeram a burguesia que ascendeu ao poder após a Revolução. A defesa da liberdade, para Tocqueville, é a própria defesa da dignidade humana.

Herdeiro de legados dissonantes, Tocqueville sabe que o passado não retorna jamais e assume uma postura de reconhecimento dos novos tempos - o que não significa diretamente adesão -, pois, ainda que não acredite na exemplaridade do processo de democratização francês, no qual a liberdade e a igualdade parecem estar em oposição, ele assume a posição de quem acredita na inelutabilidade do vir-a-ser da igualdade de condições.⁵ Não se trata, porém, para Tocqueville, de sucumbir a uma situação dada, mas de buscar, dentro dessa nova forma social, um modo de preservar a liberdade humana. É em vista de tais convicções que o jovem Tocqueville, contrariando toda sua família, presta juramento a Louis Philippe d'Orleans, em 1830. Entretanto, sentindo-se um pouco constrangido com o rumo dos eventos sociais e políticos franceses, decide distanciar-se desse ambiente sem se comprometer de modo direto. Aproveitando que a reforma das prisões estava na ordem do dia na França daquela época, e o prestígio que o sistema penitenciário norte americano gozava, Alexis de Tocqueville, junto com seu amigo

⁵ O vir-a-ser providencial da igualdade de condições e sua relação com a liberdade, segundo a perspectiva toquevilliana, serão analisados nesta tese no capítulo 1, seção 3: "A conquista da liberdade".

Gustave de Beaumont, propuseram ao ministro do interior que os designasse para irem aos Estados Unidos analisar as causas do êxito do sistema penitenciário lá existente. Analisar e desenvolver um projeto de reforma das prisões francesas era seu primeiro objetivo, mas não o único e nem o mais importante. Tocqueville queria, realmente, poder estudar os problemas decorrentes da liberdade e da igualdade que há mais de quarenta anos perturbavam a vida social e política francesa. Conhecer a democracia americana poderia ser de algum proveito.

Em sua chegada aos Estados Unidos, havia de sua parte mais curiosidade do que confiança; nada parecia entusiasamá-lo verdadeiramente, porque a tranquilidade do estado democrático, acreditava ele num primeiro momento, devia-se antes "à natureza das coisas do que à vontade dos homens" (MELONIO. 1993, p. 29). Mas, por meio da sua observação minuciosa e da sua convivência com as instituições e com a população em geral, pouco a pouco "converte-se" (MELONIO. 1993, p. 29)⁶ à democracia, na qual, ao contrário da anarquia ou do despotismo conhecidos na França, prevalece o respeito aos direitos.

Retornando à França, após nove meses nos Estados Unidos, Tocqueville passou a dedicar-se, com impressionante entusiasmo, a redigir um livro baseando-se em suas anotações de viagem. Este livro, **A Democracia na América**, é menos uma apresentação do que ocorria na sociedade e no Estado americano (afinal, não era esta o objeto de sua preocupação, mas apenas um viés para alcançá-lo) do que, aproveitando o exemplo democrático do Novo Mundo, uma análise e discussão daquilo que dizia respeito ao estado social e político da França.

⁶ Nas páginas que seguem, Melonio afirma ser possível datar a conversão de Tocqueville à democracia e argumenta, tal como Zetterbaun (1967, p. 29 - 40) que tal conversão funda-se em uma convicção de ordem moral, na medida em que considera esse estado social e político melhor para o gênero humano do que o anterior.

Já na introdução da **Democracia na América**, Tocqueville nos diz qual o grande exemplo ou a grande lição que os americanos oferecem:

"os emigrantes que, em princípios do século dezessete, foram fixar-se na América, de certo modo separaram o princípio da democracia de todos aqueles contra os quais lutavam no seio das antigas sociedades da Europa, e o transplantaram sozinho para as praias do novo mundo. Ali, ele pôde crescer em liberdade e, caminhando com os costumes, desenvolver-se pacificamente nas leis" (DA. Introdução, p. 14,15).⁷

Para Tocqueville, a democracia americana é exemplar, pois, à revelia do vir-a-ser da igualdade de condições impor-se como um fato providencial, são os próprios homens que, com costumes firmes e adequados, dirigem esse processo, harmonizando a igualdade com a liberdade.

Os valores aristocráticos que recebeu na infância não lhe permitem uma adesão cega aos novos tempos. Sua vida e sua obra são reflexos de sua paixão pela liberdade. Nesse sentido, a página intitulada "meus instintos, minhas opiniões" - encontrada por Antoine Redier nos arquivos da família de Tocqueville - tem o valor de uma confissão na qual ele aponta para os valores que regem sua vida e seu pensamento:

"A experiência provou-me, sobre quase todos os homens, mas seguramente sobre mim mesmo, que se retorna sempre mais ou menos aos próprios instintos fundamentais, e que não se faz bem senão o que está de acordo com os instintos. Procuramos, então, sinceramente onde estão *meus instintos fundamentais e meus princípios sérios*. Tenho pelas instituições democráticas um gosto racional⁸, mas sou aristocrata por instinto, ou seja, desprezo e temo a multidão. Amo com paixão a liberdade, a legalidade e o respeito dos direitos, mas não a democracia, eis o fundo da minha alma. (...) A liberdade é a primeira de minhas paixões, eis o que é verdade" (EDP.OC. T. III, vol. 2, p. 87).

⁷ As obras de Tocqueville serão citadas sempre pelas iniciais do título, tal como constam nas "Referências Bibliográficas" desta tese, seguidas das indicações para localização. Para as citações de DA usarei a edição da Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade.

⁸ Literalmente: "gosto de cabeça" (*gout de tête*).

Seu temor ou desprezo pela multidão expressam sua aversão à barbárie e ao desmedido, mas em nada comprometem sua conversão à democracia. Mesmo que o estado social igualitário avance inelutavelmente, Tocqueville acreditava que os homens, em lugar de docilmente submeterem-se a essa força avassaladora, pudessem dirigi-la:

"Os povos cristãos parecem-me oferecer hoje um espetáculo aterrador; o movimento que os impele é demasiado rápido para que ainda o possamos conter; não é ainda bastante rápido para que percamos a esperança de dirigi-lo: sua sorte está entre suas mãos, mas pode escapar-lhes bem depressa. Educar a democracia, reanimar se possível as suas crenças, purificar seus costumes, regular seus movimentos, substituir, pouco a pouco, sua inexperiência pela ciência dos negócios, seus instintos cegos pelo conhecimento de seus verdadeiros interesses; adaptar seu governo aos tempos e aos lugares; modificá-lo segundo as circunstâncias e os homens. Tal é o primeiro dos deveres impostos em nossos dias àqueles que dirigem a sociedade. É preciso uma ciência política nova para um mundo novo" (DA. Introdução. p. 7-8).

A novidade trazida pela igualdade de condições produz uma situação jamais vivida pelos homens. Segundo Tocqueville, nenhum evento do passado é capaz de fornecer aos homens os elementos necessários para decifrar esses novos tempos. Isso não significa que Tocqueville nutra qualquer desdém pela democracia clássica; pelo contrário, muito ele preza a participação e o patriotismo dos antigos. Entretanto, no final de **A Democracia na América**, Tocqueville chama atenção para que não julguemos uma sociedade a partir das idéias que tomamos de outra, posto que diferem grandemente entre si. Ora, a condição social igualitária - até então desconhecida - torna-se o princípio que põe em movimento toda a sociedade. Se os grandes exemplos da história já não podem servir de guia às ações dos homens dos novos tempos democráticos, Tocqueville volta-se para a América, onde a igualdade de condições atingiu, segundo observa ele, o seu desenvolvimento "mais completo e mais pacífico" (DA. Introdução. p. 15), com a esperança de compreender quais

são as consequências produzidas pela igualdade de condições e de como torná-la vantajosa aos homens. Nesse sentido, Tocqueville afirma:

"na América eu vi mais do que a América; procurei ali uma imagem da própria democracia, das suas tendências, do seu caráter, dos seus preconceitos, das suas paixões; desejei conhecê-la, ainda que fosse apenas para saber o devemos esperar ou temer da parte dela" (DA. Introdução. p. 15)

Assim, a América torna-se, na obra de Tocqueville, não exatamente um modelo que deva ser seguido, mas um laboratório no qual Tocqueville observa a relação entre a igualdade de condições e a liberdade dos cidadãos, a fim de instruir a si mesmo e aos homens em geral sobre os melhores meios de preservar a liberdade nas sociedades baseadas na igualdade de condições.

A hipótese básica da presente tese supõe a crença de Tocqueville na arte humana, ou seja, na capacidade inventiva e criadora dos próprios homens. Pois, ainda que a igualdade se imponha por determinação providencial, Tocqueville não perde a esperança de dirigi-la. Apaixonado pela liberdade, assume para si a tarefa de exortar seus concidadãos, a fim de manter a liberdade no inevitável estado igualitário. Toda sua vida é marcada por uma defesa incondicional da liberdade. Sua atuação como deputado foi marcada por uma postura independente, aliada a um agudo senso de crítica e capacidade de análise dos eventos. Como parlamentar, Tocqueville, avesso aos extremismos, buscou equacionar o vir-a-ser do estado social igualitário e o respeito aos direitos com a liberdade política e a legalidade.

Depois do golpe de Louis Napoleão contra a República, Tocqueville - profundamente decepcionado com o rumo tortuoso pelo qual a igualdade de condições se instalava na França - retirou-se do parlamento e se isolou em seu castelo, ao norte da França. Afastou-se do parlamento, mas, na verdade, não se retirou da vida política, apenas

mudou de estratégia. Não aceitou ser conivente com a falta de compromisso em relação à liberdade e à proteção aos direitos que, segundo ele, devem nortear o estado democrático. Se sua participação como deputado e ministro não foi suficiente para auxiliar a bem conduzir o processo de democratização do Estado francês, ele retomou o espaço da escrita que, quase 20 anos antes, o projetara no cenário público nacional.

Nessa época, escreve **O Antigo Regime e a Revolução**, no qual reafirma a idéia, já presente em **A Democracia na América**, de que o vir-a-ser da igualdade de condições é um fato inelutável, que se impõe aos homens há muitas e muitas gerações. Sua investigação acerca das causas da revolução visava, assim, a apresentar as causas gerais e particulares que determinavam os eventos, a fim de, desvelando nessas causas a participação direta dos homens, instruir e motivar os seus concidadãos. Afinal, já na introdução,⁹ compara-se aos médicos, fazendo uso de uma metáfora, que buscam descobrir nos órgãos de um corpo já morto as leis da vida. É também em vista da instrução pública para os homens que Tocqueville encontra forças para, superando sua saúde debilitada, escrever suas **Lembranças de 1848**. A tônica dessa obra, que ficou inacabada, recai na denúncia de uma doença do espírito, a qual se manifesta como degradação dos costumes públicos e apatia, decorrentes, sobretudo, da centralização administrativa a que a França estava submetida.

Suas obras, seus discursos, sua atuação política adquirem o caráter de emulação para seus concidadãos dirigirem o vir-a-ser da igualdade de condições, de modo que possam, a exemplo dos americanos, fazer-se livres na igualdade. A condição fundamental, acredita Tocqueville, supõe o desenvolvimento de costumes que permitam aos homens ultrapassarem seus instintos egoístas. Sem fragilizar a iniciativa e a independência

⁹ Ver: **ARR**. Introdução, p. 950. Para as citações de **ARR** usarei a edição de Robert Laffont.

individual, é preciso integrar os homens às suas comunidades, fazendo-os participarem da vida política e respeitarem a igual liberdade de todos os demais. Pois se os cidadãos de uma sociedade têm costumes que os enclausuram em suas próprias individualidades, tornam-se descomprometidos com a vida política, ou, no máximo, comprometidos no limite dos seus próprios interesses, o egoísmo de cada um interfere imediatamente no domínio público.

Embora a liberdade e a igualdade, segundo Tocqueville, não sejam da mesma ordem e nem tenham a mesma origem histórica - a igualdade é uma espécie de fatalidade contra a qual o homem não pode lutar, enquanto a liberdade se prende tão-somente à razão e à vontade dos homens -, o seu ideal democrático visa à coincidência entre ambas. Tal coincidência não é evidente, pelo contrário, é uma possibilidade remota. Apesar disso, Tocqueville está convencido de que não apenas o estado político é ameaçado pela privatização do indivíduo, mas também de que o homem se degrada, perde suas capacidades propriamente humanas - de pensar, julgar e agir por si mesmo - quando se enclausura na vida privada. Concebendo o homem como um ser histórico e politicamente engendrado, ou seja, como um ser que se determina pela ação recíproca de um com o outro, a participação política norteadas pelo respeito e pela tolerância mútuos apresenta-se, para Tocqueville, como o meio privilegiado de realização da liberdade humana.¹⁰

Em toda sua obra, Tocqueville reconhece uma relação direta entre o que os homens são, seus costumes, suas crenças mais profundas e as sociedades que eles constituem. Assim, devemos admitir, apenas um povo cuja virtude pública orientar o agir comum será capaz de realizar o ideal democrático. A liberdade depende da ação humana, mas esta não pode ser cega, sob pena de ferir a igualdade. O respeito à igual liberdade é a virtude que

deve dirigir a ação política. Tal concepção implica uma relação muito estreita, no pensamento de Tocqueville, entre a política e a ética.

O propósito desta tese será, em primeiro lugar, compreender o processo de desenvolvimento da liberdade do cidadão em um Estado democrático, tal como caracterizado por Tocqueville, para, então, discutir aquilo que parece ser a sua mais importante contribuição ao pensamento político contemporâneo: a estreita relação entre o Estado democrático, a liberdade e a justiça. Tal relação surge na medida em que esse Estado supõe, além da igualdade de condições e da soberania do povo, a ação dos cidadãos concernidos por um permanente fazer e refazer, num movimento contínuo de construção conjunta, guiados por um princípio de justiça que os projete para além de si mesmos. Pois, segundo Tocqueville, Estado e sociedade não são fins em si mesmos, nem tampouco instrumentos de um fim superior aos indivíduos. A causa do Estado deve ser a própria causa humana, que nada mais é do que a liberdade. Liberdade que se realiza no espaço público, plural, tolerante, sempre aberto às mais díspares ações, pois toda exclusão significa servidão, degradação.

¹⁰ Tocqueville concorda com Platão e Aristóteles a respeito de a vida política ser o meio de realização do ser humano; contudo, o respeito ao indivíduo, desconhecido pelos gregos, está necessariamente presente no seu pensamento.

2 A IDÉIA DE LIBERDADE SEGUNDO ALEXIS DE TOCQUEVILLE

Reunir os elementos que permitam compreender a noção tocquevilliana de liberdade é a tarefa que nos propomos neste primeiro capítulo. A tentativa de bem configurar tal concepção deve-se à forma da escrita de Tocqueville. Ele se esforça menos em definir precisamente os termos do que em analisar os problemas envolvidos pela apresentação das múltiplas faces da questão. Seu texto reflete a atividade do seu pensamento, que busca, por intermédio da construção de diversas hipóteses e da análise incansável dos fatos, bem equacionar um problema. Percorreremos, portanto, vários textos de Tocqueville pinçando e analisando as passagens mais significativas, para que possamos elaborar uma compreensão abrangente de sua concepção acerca da liberdade.

Na primeira seção deste capítulo, partimos da descrição que ele faz das sociedades aristocrática e democrática, procurando compreender o que caracteriza a liberdade do cidadão em cada sociedade. Veremos que, apesar das peculiaridades, sua concepção de liberdade reúne sempre a independência individual - entendida como a capacidade de cada um pensar e agir de acordo com si mesmo - e a participação, ou seja, o envolvimento direto dos cidadãos nas decisões e ações relativas à sua comunidade. A liberdade, concebida como independência e participação, pode apresentar-se tanto num estado aristocrático quanto num estado democrático, e se realiza no espaço público de convívio dos cidadãos. Na segunda seção mostraremos que, segundo Tocqueville, a fonte da liberdade está no próprio homem. A liberdade não é inerente à natureza humana, mas se enraíza na existência do homem que convive com os seus semelhantes, ou seja, é antes um atributo da coexistência humana. Em seguida, na terceira seção, argumentaremos no sentido de mostrar que a liberdade - mesmo sendo um atributo da coexistência humana - depende da ação dos homens, precisa ser conquistada.

Finalmente, na última seção, mostraremos que Tocqueville se converte à liberdade tal como esta se manifesta na sociedade democrática, não por uma mera constatação de que o vir-a-ser da ordem social democrática é inevitável, mas em vista de uma valoração positiva da forma democrática da liberdade, em relação à forma aristocrática. Ele qualifica a liberdade democrática de justa, porque a igualdade de condições estende a liberdade a todos os homens.

2.1 A Forma da Liberdade

2.1.1 Para além das diferenças entre as sociedades aristocrática e democrática

Para compreender de modo mais abrangente a concepção tocquevilliana de liberdade, devemos considerar, inicialmente, a advertência que Tocqueville faz, no artigo **Estado Social e Político da França antes e desde 1789**, sobre as diferentes formas em que a liberdade pode se apresentar ao espírito humano: ou sob a forma de um "direito comum" ou sob a forma de um "privilégio" (ESPF. p. 943). Tal advertência precisa ser inserida no contexto mais amplo de sua obra, que é marcada por uma análise envolvendo o constante confronto entre a sociedade aristocrática e a sociedade democrática. Semelhante confronto não pretende estabelecer qual a melhor sociedade, nem propor os costumes e valores de uma sociedade para outra;¹¹ mas quer, pela análise comparativa, destacar o que é próprio a cada sociedade e o que a transcende.

¹¹ No capítulo final de **DA** (T. II, parte 4, cap. 8, p. 852), Tocqueville adverte que não devemos julgar uma sociedade pelas idéias que tomamos de outra. Tal atitude seria "*injusta*", visto que as sociedades diferem entre si, e, portanto, são "*incomparáveis*".

Comparando a sociedade democrática com a sociedade aristocrática, em **A Democracia na América**, Tocqueville parte da análise da organização social para observar os reflexos que cada forma de convivência faz incidir sobre a vida política e moral dos homens: é o estado social - baseado na desigualdade ou na igualdade de condições - que gera todas as demais relações que se estabelecem.¹² O acesso à chave para a compreensão da concepção tocquevilliana de liberdade nos é dado, portanto, quando retomamos sua análise e descrição de cada estado social.

A sociedade aristocrática, segundo ele, baseava-se na desigualdade social de condições e tinha como suposto a vinculação dos homens a uma cadeia de mando e obediência que os fazia perceberem a si mesmos como desiguais. A desigualdade, acreditavam eles, era uma condição irrevogável, que não derivava de qualquer convenção instituída pelos próprios homens, mas estava fundada sobre tradições perenes, fixadas em um tempo longínquo, de modo que lhes apareciam como uma ordem normativa que transcendia suas vontades, "uma obrigação de certo modo divina". (DA. T. II, parte 3, cap. 5, p. 698).

Mestres e servidores, nas sociedades aristocráticas, eram duas classes distintas e fixas, mas regidas por princípios análogos e complementares. A uma classe correspondia o privilégio da liberdade; à outra, o dever da obediência. As gerações se sucediam sem que as posições se modificassem; a desigualdade permanente de condições conferia ao senhor um forte domínio sobre as opiniões, os hábitos, os costumes daqueles que lhe obedeciam, e acostumava os servidores "a uma obediência pronta, completa, respeitosa e fácil" (DA. T. II, parte 3, cap. 5, p. 692).

¹² Ver: DA. T. II, parte 3, em especial os capítulos 5 e 8 são ilustrativos.

Entretanto, adverte Tocqueville, não se deve crer que todos aqueles que fazem parte dessa classe "baixa" tenham o "coração mesquinho". Ele afirma que, dentro de cada classe, há camadas distintas, a cadeia hierárquica é longa; mesmo aqueles que gozam do privilégio da liberdade não estão isentos de compromissos e responsabilidades que lhes impõem certos deveres. Embora os servidores não possam entender a glória, a virtude e a honra do mesmo modo que os senhores, eles criam uma forma própria de glória, virtude e honra para si mesmos, de modo que, afirma Tocqueville, "concebem uma espécie de honra servil (...) que lhes sugere sentimentos elevados, um altivo orgulho e respeito por si próprios, predispondo-os para as grandes virtudes e para as ações pouco comuns" (DA. T. II, parte 3, cap. 5, p. 691).

Assim, Tocqueville indica a existência de uma ordem normativa, presente na sociedade aristocrática, que dirigia igualmente senhores e servos, suas idéias, seus julgamentos, seus costumes, por meio de regras fixas, às quais todos se submetiam porque lhes pareciam "o efeito necessário e inevitável de alguma lei oculta da Providência" (DA. T. II, parte 3, cap. 5, p. 698).

Na democracia, em contrapartida, os vínculos de submissão que prendiam os indivíduos a uma posição fixa da hierarquia social foram rompidos, de modo que as condições sociais se tornaram mais semelhantes, permitindo aos homens se perceberem como iguais. Quando Tocqueville identifica o estado social democrático como um estado de igualdade de condições, ele não está pensando que possa haver absoluta igualdade entre os homens. Pelo contrário, supõe que existam ricos e pobres, patrões e empregados, pessoas mais e menos cultas etc.

O que caracteriza o estado social de igualdade de condições é a inexistência de vínculos permanentes de submissão. À revelia da condição accidental de pobreza ou riqueza, comando ou obediência, as únicas condições permanentes e idênticas a todos são

as de humanidade e de cidadania, as quais se fortalecem por intermédio da opinião pública,¹³ que os "aproxima do nível comum e cria entre eles uma espécie de igualdade imaginária, a despeito da desigualdade real em que se encontram" (DA. T. II, parte 3, cap. 5, p. 695). Embora exista sempre uma classe de senhores e uma de servidores, o importante para Tocqueville, é que não há perpetuidade nas posições, a condição de mando ou de obediência são, antes, acidentais. Toda distinção entre os cidadãos é fruto da decisão individual e de um acordo livremente firmado, podendo ser, portanto, revogada. Tocqueville insiste que, "naturalmente", ninguém pode ser dito superior ou inferior ao outro, tal distinção entre os cidadãos só pode ser compreendida como efeito de um contrato: "dentro dos limites deste contrato, um é servidor, outro é senhor; fora dele, são dois cidadãos, dois homens" (DA. T. II, parte 3, cap. 5, p. 695).

Se outrora senhores e servidores se acompanhavam por gerações incontáveis, criando vínculos permanentes entre estes seres tão díspares, na democracia, a igualdade presumida entre os homens rompe a antiga teia de vinculações sociais, suprimindo tanto a devoção ao senhor por parte do servidor como a responsabilidade do senhor para com os seus servidores. A nova condição de igualdade entre os homens - na medida em que rompe com a antiga ordem normativa que se impunha por meio de alguma lei oculta da Providência - faz com que a obrigação, de um homem ao outro ou à humanidade em geral, adquira um aspecto puramente humano: condicionado aos interesses de cada um e revogável.

Em ambas as sociedades há obediência, mudam apenas as condições desta obediência. Na sociedade aristocrática, a obediência é irrevogável e rege completamente suas relações, implicando uma organização política apoiada sobre o sentimento de honra e

¹³ Opinião pública não tem, aqui, um sentido pejorativo, mas confunde-se com o conjunto de crenças e opiniões de um povo que deriva, diretamente, do estado social de igualdade de condições.

de fidelidade ao senhor, na qual o inferior obedece ao superior. Na sociedade democrática, obedecer é consequência da liberdade humana, pois as relações entre os homens fundam-se num "direito absoluto" que cada um tem sobre si mesmo.

Assim, afirma Tocqueville, a consequência política dessa nova organização social é o reconhecimento de cada homem indistintamente como membro do poder soberano. A obediência a um poder absoluto e arbitrário já não passa de um "fato material" ou de um "acidente passageiro", nada obriga ou compromete os cidadãos à revelia de suas vontades.¹⁴ Pelo contrário, submeter-se a outrem é abdicar da sua condição de igualdade e da sua liberdade, é degradar-se. Para Tocqueville não há meio termo possível entre "as viris virtudes do cidadão e as baixas complacências do escravo" (ESPF. p. 944).

Tocqueville não deixa dúvidas: a cada uma dessas duas formas de organização social e política descritas correspondem duas diferentes formas de exercício da liberdade. A primeira, a liberdade da sociedade aristocrática baseada no princípio da hierarquia - uma espécie de privilégio restrito a uma classe social -, se manifestava como independência, ou seja, como possibilidade de pensar por si mesmo e agir segundo suas próprias convicções. O gozo da liberdade produziu sobre o espírito desses homens privilegiados o nobre sentimento do valor individual e o gosto pela autodeterminação da própria ação, protegendo-os contra a submissão sem limites.

Tocqueville insiste que o Antigo Regime não se traduzia em dependência e servidão. Se os homens dos tempos aristocráticos obedeciam ao rei, era menos por servilismo ou coação do que por amor. Era-lhes completamente alheio submeterem-se a

¹⁴ Ainda que Tocqueville não utilize a palavra autonomia (caracteristicamente moderna) para definir sua concepção de liberdade, ele resguarda o sentido, pois devemos lembrar que, para autores como Rousseau e Kant, liberdade como autonomia significava que o próprio homem era o fundamento ou a fonte das normas às quais estava submetido. E, nesse sentido, segundo afirma Renault (1998, p. 62-3), "*a autonomia é também uma forma específica de independência*"; não independência em relações às regras, mas em relação "*a uma alteridade radical que ditaria a lei*".

um poder ilegítimo e arbitrário; a obediência dependia fundamentalmente do reconhecimento da legitimidade do governante. Certamente, a legitimidade nesses tempos de desigualdade não repousava sobre direitos individuais, nem sobre leis universais, mas sobre o caráter particular dos mandatos que refletiam diretamente a sábia e benevolente determinação de um superior.¹⁵ Nesse sentido, do ponto de vista de Tocqueville, não há degradação em obedecer a um superior,¹⁶ pelo contrário, há uma inter-relação entre a honra dos inferiores e a glória dos superiores. O aviltamento do homem decorre, antes, da obediência a um poder ilegítimo ou contestado, o qual, embora desprezível, alcança a submissão dos homens por intermédio da barganha e da troca de favores, ou por meio da força e do medo (ARR. L.II, cap. 11, p. 1024).

Nas sociedades democráticas, por outro lado, Tocqueville também define a liberdade como independência. Entretanto - considerando-se que a ordem social da democracia deve basear-se na igualdade dos indivíduos, e, portanto, na presunção de que cada um recebeu da natureza as luzes necessárias para conduzir a si mesmo - a liberdade nessa sociedade depende da igualdade. Para ele, apenas quando os homens não reconhecem nenhuma subordinação de uns em relação aos outros, cada um pode pensar e decidir o que considera melhor para si. É em vista da igualdade que é facultado aos homens o direito da independência, ou seja, a possibilidade de viver segundo suas próprias

¹⁵ Tocqueville afirma, no artigo **ESPF** (p. 942), que "*os franceses do século XVII se submetiam muito mais à realeza do que ao rei, e eles o obedeciam não somente porque eles o julgavam forte, mas porque eles o acreditavam benevolente e legítimo. Eles tinham, se eu posso me exprimir assim, um gosto livre pela obediência*".

¹⁶ Visto que, segundo Tocqueville, o Antigo Regime baseava-se na crença da desigualdade entre os homens, creio que a teoria da escravidão aristotélica, na qual Aristóteles (1990, Livro I) argumenta que o escravo está ordenado ao senhor, assim como o corpo à alma, tomando por fundamento a idéia de harmonia entre as partes e o todo, pode nos auxiliar a compreender a obediência a um superior como importante para ambos. Quando Tocqueville trata da modificação que a democracia traz às relações entre empregados e patrões (DA. T. II, parte 3, cap. 5), ele salienta que na antiga sociedade aristocrática existiam vínculos permanentes e afetivos entre os senhores e seus servos, que os uniam, à revelia das desigualdades, de maneira que um tornava-se parte necessária da existência do outro.

convicções "em tudo o que diz respeito apenas a ele mesmo e a regular, como ele quiser, o seu próprio destino" (ESPF. p. 943).

A independência é a primeira característica inerente à idéia tocquevilliana de liberdade. Ela está presente tanto nos tempos aristocráticos como nos tempos democráticos; mas, em consequência das características peculiares de cada sociedade, a forma pela qual a liberdade se manifesta é diversa. Na sociedade aristocrática, a liberdade é um privilégio de alguns; na democracia, é, antes, um direito comum a todos os indivíduos. Naquela, fortalece a honra de quem, por sua própria determinação, age em favor da glória do seu senhor; nesta, fortalece a convicção de que cada um deve determinar-se em tudo que diz respeito a si mesmo.

Todavia, compreender a noção de liberdade, nos tempos democráticos, exclusivamente como o direito de cada um viver independente de seu semelhante em tudo o que diz respeito a si mesmo faz o indivíduo aparecer completamente só diante do Estado e introduz, assim, um problema: à medida que os cidadãos se percebem como iguais, sem nenhum vínculo necessário para com um superior ou para com um inferior, facilmente isolam-se uns dos outros. Os homens das sociedades democráticas, ao se voltarem sobre si mesmos, perdem de vista os grandes objetivos. Interessa-lhes apenas a busca do seu bem-estar material. A consequência dessa atitude, denunciada por Tocqueville, é o rompimento do tecido político e a restrição da liberdade dos homens ao âmbito de suas vidas privadas. O exercício dos direitos políticos transforma-se numa tarefa desagradável, porque os desvia da dedicação aos seus próprios interesses.

Tocqueville concebe a liberdade do cidadão como algo muito diverso da independência para fazer o que se queira¹⁷. A independência para agir em vista de seus

¹⁷ Percebemos, aqui, uma grande semelhança do pensamento de Tocqueville - no que diz respeito à diferença entre a liberdade e a independência - com o de Montesquieu - de quem foi leitor contínuo e atento.

próprios interesses e desejos não pode ser a finalidade de uma sociedade livre¹⁸. Isso não significa que ele seja contrário à independência pessoal. Tocqueville opõe-se, isto sim, a uma concepção da atividade política fundada exclusivamente na independência, posto que esta encoraja os indivíduos a se afastarem da esfera pública. Assim, se a independência é o primeiro elemento que caracteriza a noção tocquevilliana de liberdade - para além do regime social ou político -, não é o único. A mera independência pessoal não significa propriamente ainda liberdade.

No primeiro tomo de **A Democracia na América**, ao analisar a administração na Nova Inglaterra, Tocqueville afirma: "a revolução nos Estados Unidos foi produzida por um gosto maduro e refletido pela liberdade e não por um instinto vago e indefinido de independência". Esclarece, assim, que o sentimento de liberdade, móvel da ação dos norte-americanos, tão diferente da mera independência, fundamentava-se na compreensão da necessária interdependência dos cidadãos. Em sua visita aos Estados Unidos, constatou, com surpresa e alegria, que o povo norte-americano "jamais pretendeu que o homem, num país livre, tivesse o direito de tudo fazer", pelo contrário, "mostrava-se ciente de suas variadas obrigações sociais" (DA. T. I, parte 1, cap. 5, p. 78). A atitude dos americanos, oposta a dos franceses, auxiliou Tocqueville a compreender que se os cidadãos abrirem mão de suas responsabilidades públicas, movidos exclusivamente por seus próprios interesses e desejos, a ordem política será fortemente prejudicada.

O problema posto, então, é como conciliar a independência, visto que os homens devem pensar e agir por si mesmos sem qualquer subordinação a outrem, com a

Montesquieu (1979, XI 3 - 5) afirma: "*Deve-se ter sempre em mente o que é a independência e o que é a liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proibem, não teria mais liberdade, porque os outros teriam também tal poder. (...) a independência de cada indivíduo é o objetivo das leis da Polônia, e o que disso resulta é a opressão de todos*". Para ambos a liberdade do cidadão supõe a existência de limites à independência de cada indivíduo, de modo a preservar o maior espaço de decisão e ação possível para cada um dos membros da coletividade.

participação no corpo político, o qual supõe agregação, vinculação, dependência entre seus membros. Ou seja, resta saber: é possível ser independente e, ao mesmo tempo, participar na realização de um projeto político comum?

Analisando essa questão, segundo o modo como Tocqueville descreve o Estado aristocrático, devemos considerar que a coesão social e política não apresenta maiores problemas, pois está assegurada pela rígida cadeia hierárquica - que prende todos, indistintamente, numa teia de direitos e deveres recíprocos -, presidida, soberanamente, pelo rei. Afirmar a independência dos homens privilegiados dessa sociedade significa dotá-los do poder de determinar ação para maior glória do seu senhor. Independência, nessa sociedade, não se contrapõe à participação na realização do destino comum, pelo contrário, a fortalece, na medida em que cada um é honrado quando seu senhor é glorioso.

Opostamente, a relação entre a independência individual e a participação no corpo político pode se tornar problemática no estado democrático, pois Tocqueville afirma que, uma vez rompidos os laços hierárquicos que vinculavam os homens, não se estabelece nenhum outro vínculo necessário entre eles, situação agravada ainda mais pelo direito, facultado a cada indivíduo, de regular o próprio destino. Ainda que este seja um problema real do estado social democrático, o remédio para este mal está ao alcance dos cidadãos. Basta lembrar que, para Tocqueville, a exemplaridade da ação dos americanos está na possibilidade de conciliar a independência pessoal e a responsabilidade política.

A participação, ou seja, a ação de cada um no espaço público é a segunda característica que compõe a noção tocquevilliana de liberdade.¹⁹ Contrastando com a independência que separa os homens, a participação política os vincula em torno de

¹⁸ Ver: BOESCHE. 1987. p. 140 - 143.

¹⁹ Há importantes trabalhos que discutem a noção tocquevilliana de liberdade como exigência de participação política. Ver, por exemplo: LIVELY. 1962. capítulo 1; GOLDSTEIN. 1964. ARON. 1969. capítulo 1; BOESCHE. 1987. parte II, capítulo 6; QUIRINO. 2001. capítulo 2.

projetos comuns. Nesse sentido, a participação é uma exigência em ambos estados sociais; o que varia de uma sociedade para outra é o modo pelo qual essa participação se exerce. Se, outrora, participar era o direito de alguns homens decidirem como agir para maior glória do seu senhor, participar, no estado democrático, é o direito de todos os cidadãos tomarem parte nas decisões e ações relativas à sua comunidade. Na sociedade democrática, a independência adquire um conteúdo positivo, quando associada à participação; pois o homem só será verdadeiramente livre quando participar no espaço político com independência, ou seja, quando cada um puder, junto com todos os demais, manifestar o seu próprio pensamento e agir no espaço de decisão e de administração dos assuntos locais e na gestão pública.²⁰

O estado social e político democrático exige a estreita relação entre a liberdade (em seu sentido amplo, que concilia independência e participação) e a igualdade: cada um exerce o seu direito de autodeterminação no seio da coletividade e sendo esta condição igual para todos, não haverá desigualdade nem opressão entre eles. Nenhuma vontade pode ser excluída da determinação do bem público, de modo que "a vontade soberana não pode emanar senão da união da vontade de todos" (**ESPF**, p. 944). Como Tocqueville observou na América, o corpo de cidadãos "reina sobre o mundo político como Deus sobre o universo. Ele é a causa e o fim de todas as coisas; tudo sai do seu seio e tudo se absorve nele" (**DA**, T. I, parte 1, cap. 4, p. 63). Os cidadãos obedecem às leis porque eles mesmos as estabeleceram, e, nesse sentido, não há qualquer servilismo, mas o reconhecimento da legitimidade emanada da soberania popular.²¹

²⁰ Ver: ARON. 1969. p. 22

²¹ As idéias apresentadas por Tocqueville - tanto no **ESPF** como na **DA** - fazem eco ao pensamento de Rousseau, de modo que podemos encontrar uma grande proximidade entre eles no que diz respeito à concepção de poder soberano como poder legislativo que pertence ao corpo do povo e cuja consequência é a proteção à liberdade e à igualdade de cada cidadão. Rousseau (1964, II, 4, p. 374-5) escreve: "*devido à natureza do pacto, todo ato de soberania, isto é, todo ato autêntico da vontade geral, obriga ou favorece*

Na sociedade hierarquizada, os homens tinham "um gosto livre pela obediência" (ESPF. p. 942). A liberdade era compatível com a obediência a um soberano venerável. Em primeiro lugar, porque a obediência estava fundada sobre uma concepção de humanidade na qual os homens são "naturalmente diferentes" (LEGROS. 1990. p. 151) entre si, de modo que as diferenças de classes, de condições, de tarefas sociais não aparecem como convencionais, mas como essenciais. Em segundo lugar, porque aqueles que obedeciam não o faziam coagidos pela violência, mas por acreditarem na benevolência e na legitimidade da instituição política. Em contrapartida, na sociedade democrática, na qual o princípio de igualdade entre os homens faz ruir as antigas instituições aristocráticas, ninguém tem por natureza vocação nem para o mando, nem para a subordinação. O direito de regular o próprio destino, inerente a todo indivíduo em uma sociedade democrática, supõe uma estreita relação entre a liberdade e a igualdade. Se cada um, tal como todos os demais, participa da produção das leis que regulam o seu próprio destino e o de quem quer que seja, a condição é igual para todos. Não havendo diferenças políticas entre os cidadãos, ninguém poderá exercer um poder tirânico, do mesmo modo que ninguém deverá submeter-se servilmente a outrem. O estado democrático tende para um ponto extremo ideal, em que liberdade e igualdade se exigem mutuamente. Apenas então, afirma Tocqueville, "os homens serão perfeitamente livres, porque serão inteiramente iguais; e serão todos perfeitamente iguais, porque serão inteiramente livres" (DA. T. II, parte 2, cap. 1, p. 607).

igualmente todos os cidadãos, de modo que o soberano conhece unicamente o corpo da nação e não distingue nenhum dos que a compõem. (...) Vê-se por aí que o poder soberano, por mais absoluto, sagrado e inviolável que seja, não passa e nem pode passar dos limites das convenções gerais, e que todo homem pode dispor plenamente do que lhe foi deixado, por essas convenções, de seus bens e de sua liberdade, de sorte que o soberano jamais tem o direito de onerar mais a um cidadão do que a outro, porque, então, tornando-se particular a questão, seu poder não é mais competente."

Devemos compreender, portanto, que, no pensamento tocquevilliano, a liberdade não está presa a um estado social, nem é um atributo exclusivo de um determinado regime político; pelo contrário, ele afirma que a liberdade "manifestou-se aos homens em diferentes tempos, sob diferentes formas" (DA. T. II, parte 2, cap. 1, p. 608). A distinção entre a liberdade do homem no estado aristocrático e a liberdade do cidadão no estado democrático está longe de ser uma apologia a uma ou a outra forma de sociedade, posto que não há comparação possível entre formas sociais distintas. Se há diferença entre a obediência da aristocracia a um soberano que venera e a obediência de um cidadão às leis que ele mesmo contribuiu para criar, é porque cada um desses dois modos de obediência caracteriza uma forma de sociedade. Entretanto - e isto é fundamental no pensamento de Tocqueville - as formas de obediência do aristocrata ao rei e do cidadão às leis do Estado são compatíveis com a liberdade, porque ambas se originam na independência e na participação de cada um na esfera pública do Estado, e reconhecem a legitimidade do poder constituído.²² Obedecer, nesse sentido, está longe de qualquer nuance de servilismo.²³ Pelo contrário, Tocqueville reconheceu que não há ninguém mais dependente do que um cidadão livre,²⁴ ou seja, ciente de suas responsabilidades sociais e políticas. A idéia de que a liberdade do homem está vinculada ao reconhecimento da legitimidade do Estado do qual é membro permite-nos superar a alternativa posta pelas duas formas de liberdade: a liberdade como privilégio de alguns, da sociedade aristocrática, e a liberdade como direito comum a todos os homens, da sociedade democrática. A liberdade dos cidadãos supõe, em qualquer sociedade, a independência necessária para que possam

²² Uma boa análise acerca da legitimidade do Estado democrático pode ser encontrada em: BOTANA. 1983. Ver, também, ARON.1969. p. 22-7.

²³ Em DA. T I, parte 2, cap. 6, p. 272, Tocqueville afirma: "*o homem que obedece à violência curva-se e se faz servil; quando, porém, se submete ao direito de comandar que reconhece ao seu semelhante, eleva-se, de certa forma, acima daquele mesmo que o comanda*".

²⁴ Ver: GOYARD-FABRE. 1991. p. 43.

pensar e agir por si mesmos, e possam participar nas decisões relativas às questões de sua comunidade.

2.1.2 Para além das diferenças entre público e privado

As duas características (independência e participação) que compõem a noção toquevilliana de liberdade podem sugerir, no estado democrático, por um lado, uma vinculação entre a esfera privada do indivíduo (na medida em que a cada um é facultado o poder de decidir sobre as próprias ações) e a esfera coletiva (na medida em que o bem-estar de cada um deriva da participação de todos nas decisões e na administração das questões comuns) e, por outro lado, uma certa distinção entre esses dois diferentes planos (público e o privado), nos quais os homens exercem a liberdade.

Entretanto, ainda que Tocqueville reconheça sempre ao indivíduo uma esfera inviolável que ninguém, nem mesmo o Estado, tem o direito de imiscuir-se, ele se afasta da tradição da filosofia política que remonta a Locke, posto que afirma que liberdade individual e liberdade pública não se opõem uma a outra, antes, reforçam-se mutuamente. No estado de igualdade de condições, sempre que o indivíduo - em nome de seus próprios interesses - isolar-se de seus semelhantes, retirar-se exclusivamente ao domínio privado, mais forte torna-se sobre ele a ação do Estado. A inviolabilidade do indivíduo supõe sua permanente participação no espaço político, sob pena de, retirando-se, facultar que o poder instituído penetre completamente no espaço individual.

A vinculação e a distinção entre os dois planos da liberdade humana - privada e pública - implicam a busca de um equilíbrio entre a liberdade entendida como o direito privado de cada um agir conforme o seu próprio interesse e a liberdade entendida como a participação e o respeito incondicional às decisões coletivas. A ausência de equilíbrio entre

essas duas formas do exercício da liberdade tende a determinar, no primeiro caso, a restrição do poder político a um mero garantidor de direitos individuais e, no segundo, a submissão do indivíduo a um poder político onipresente. Tocqueville distancia-se dos dois modelos. Nem um, nem outro, mas a permanente oscilação entre ambos, a fim de salvaguardar a liberdade do homem e evitar o despotismo do Estado.²⁵

Tocqueville é um autor singular,²⁶ pois, ao mesmo tempo que reconhece as peculiaridades que caracterizam o seu tempo - a igualdade de condições e a busca incondicional do interesse individual -, sabe que a grandeza humana depende da participação política e das virtudes cívicas. Assim, Tocqueville se distancia de Rousseau, que entende a liberdade como "a obediência à lei que nós mesmos prescrevemos" (ROUSSEAU. 1964. livro I, cap. 8, p. 365), a qual implica que a participação de cada cidadão na decisão acerca do destino comum é fundamental para a elaboração da vontade geral a que todos, sem exceção, estão voluntariamente submetidos.²⁷ Distancia-se, também, de Constant, para quem a liberdade deve ser entendida como o exercício pacífico da independência privada garantida pelas instituições do Estado,²⁸ de modo que a participação dos modernos no domínio público restringe-se ao necessário para garantir ao cidadão segurança e tranquilidade para desfrutar de sua liberdade privada, a qual Constant

²⁵ Uma boa análise da relação que Tocqueville faz entre a liberdade pública e a liberdade privada pode ser encontrada em: LEFORT.1991. p. 197 - 215.

²⁶ Tocqueville revela um pensamento muito próprio que escapa à classificação fácil. Segundo Boesche (1987. Introduction), não podemos querer classificar Tocqueville por conceitos que lhe são extemporâneos: marxismo, socialismo, liberalismo, capitalismo são categorias que adquiriram uma significação muito própria no século XX e que, portanto, não podem ser usadas para compreender o pensamento de Tocqueville no seu próprio tempo. Sem dúvida, ele era um aristocrata que, freqüentemente, assumia idéias conservadoras e liberais, mas que, para bem equacionar os problemas por ele vividos, não hesitava em apropriar-se de idéias radicalmente democráticas ou fortemente socialistas. Qualquer tentativa de classificar o pensamento de Tocqueville deve admitir, pelo menos, que ele é um liberal de um tipo diferente.

²⁷ Ainda que a vontade geral emane da vontade dos cidadãos integrantes do corpo político, nenhuma divergência ou singularidade pode restar, uma vez manifestada a vontade geral, pois, afirma Rousseau (1964. livro I, cap. 7, p. 364), *"aquele que recusar obedecer à vontade geral a tanto será constrangido por todo o corpo, o que não significa senão que o forçarão a ser livre, pois é esta a condição que entregando cada Cidadão à Pátria o garante de toda dependência"*.

²⁸ Ver: CONSTANT. 1985. p. 10-1.

chama de "verdadeira liberdade" (CONSTANT. 1985. p. 21) dos homens dos tempos democráticos.

A liberdade do cidadão na democracia constitui-se pela ruptura com uma situação de privilégio de alguns *versus* sujeição da maioria, de modo que desautoriza todo poder absoluto e arbitrário e, ao mesmo tempo, protege os direitos individuais. Não há oposição entre independência individual e participação política. O pleno exercício da liberdade supõe, para Tocqueville, que a emancipação do poder absoluto (seja do povo todo, seja apenas do governante), tenha por base, necessariamente, a participação de cada um, sem nenhuma exclusão, no poder soberano. Tocqueville insiste que não podemos conceber a liberdade nem como a independência do indivíduo em relação aos outros, nem como submissão dele à opinião coletiva, pois teme tanto a opressão do Estado sobre os indivíduos quanto a corrupção do Estado pela retirada dos indivíduos na busca de fins particulares.

O equilíbrio entre essas posições Tocqueville descobre no sistema comunal da Nova Inglaterra, onde cada um toma parte nas decisões e na administração local, reconhecendo-se como membro do poder soberano e, ao mesmo tempo, submetendo-se às leis em vista do seu próprio interesse e no limite da sua crença na justiça da lei, permanecendo independente em tudo o que diz respeito tão só a si mesmo:

"o habitante liga-se a cada um dos interesses de seu país como aos seus próprios. Glorifica-se na glória da nação; no sucesso que ela obtém, acredita reconhecer sua própria obra e nela se eleva; rejubila-se com a prosperidade geral da qual tira proveito. Tem por sua pátria um sentimento análogo àquele que experimentamos pela família, e é ainda por uma espécie de egoísmo que se interessa pelo Estado" (DA. T. I, parte 1, cap. 5, p. 105).²⁹

²⁹ Ver também: DA. T. I, parte 2, cap. 6, p. 275-277 e cap. 7, p. 287-288.

O exercício da liberdade supõe, para Tocqueville, a estreita vinculação entre a esfera pública e a esfera privada do homem. Pois, se a independência encontra na esfera da vida privada o espaço próprio ao seu exercício, enquanto a participação se manifesta privilegiadamente no espaço público, essa distinção está longe de ser uma cisão. O esforço de analisar as questões por si mesmo e o esforço de estabelecer as regras de ação junto com os demais cidadãos exigem-se mutuamente. Nem as decisões que os homens tomam no plano coletivo podem prescindir de uma análise individual, nem suas ações de ordem privada podem se dar à revelia de uma análise das conseqüências sobre os demais.

No plano da vida pública, o indivíduo exerce sua liberdade participando das decisões relativas às questões comuns e assumindo as responsabilidades decorrentes de suas decisões. A liberdade pública reúne a independência individual (entendida como não-submissão ao arbítrio de outrem) e a participação nas decisões e na administração da vida coletiva que vincula os homens uns aos outros. No plano da vida privada, o indivíduo exerce sua liberdade quando conduz a si mesmo com as luzes que recebeu da natureza, permanecendo independente dos demais em tudo o que diz respeito tão só a si mesmo. A liberdade privada é a liberdade de cada um dos membros da coletividade de agir como bem entender em tudo que não concerne aos demais, sem que deva prestar contas a ninguém, exceto a Deus, desde que, bem entendido, essa ação não venha em prejuízo da sociedade.³⁰

Ainda que Tocqueville prezasse imensamente a independência para cada um poder julgar de acordo com si mesmo, jamais pretendeu que essa independência separasse os homens. Ele esclarece essa idéia pela análise que faz da crescente complexidade do

³⁰ Mill (1991. cap. 4), mostra o quanto é problemático o estabelecimento do justo limite entre a esfera privada do indivíduo e a esfera pública, pois é impossível traçar um limite definitivo e intransponível entre as duas esferas de ação do homem.

processo de produção das condições materiais para a vida humana. Considerando-se, por exemplo, que a produção de alimentos, ou de moradia, ou de vestimentos, ou o cuidado com a saúde, ou com a educação, torna-se cada vez mais complexa, cada vez menos o homem poderá produzir sozinho as coisas mais simples e necessárias para sua vida.

Só há duas alternativas possíveis no estado democrático tocquevilliano para uma produção eficaz daquilo que os homens necessitam: ou a associação cooperativa do esforço dos cidadãos - de modo a propiciar a participação de todos em um processo de decisão e realização do que julgarem resultar em maiores benefícios para todos - ou a submissão de cada um a uma administração pública previdente e provedora, cuja tarefa será planejar a ação de todos em nome dos benefícios futuros que cada um poderá gozar. Esses dois modelos (associação cooperativa e submissão à administração pública) correspondem a duas formas possíveis de organização política do estado de igualdade de condições. A primeira entende que a liberdade de cada um se desenvolve à medida que o homem se integra e compõe com os demais no espaço público; a segunda entende a liberdade como a busca privada dos interesses individuais.

Ainda que soubesse ser impossível eliminar a busca do interesse privado e impedir um certo isolamento entre os cidadãos do estado social igualitário - posto serem características constitutivas dele -, Tocqueville julgava que a igualdade de condições estimulava cada indivíduo a imaginar-se independente dos demais. Sempre que os indivíduos afirmarem sua independência como capacidade de bastar a si mesmos, adverte Tocqueville, estarão caminhando, a passos largos, em direção à servidão. O homem se degrada quando abre mão de participar das decisões acerca do destino da sua comunidade e cede à administração pública a tarefa de prover tudo o necessário para a vida humana. Nesse sentido, Tocqueville denunciou a falta de vínculos entre os homens e a priorização

da busca dos interesses privados decorrentes do novo estado social como danosos à liberdade.

Conhecendo as dificuldades que a nova sociedade traz à vida coletiva, Tocqueville acredita na possibilidade de controlar aquelas forças desintegradoras, pois, apesar das muitas diferenças que separam os cidadãos - seja a idade, a riqueza, a cultura - participando da vida da sua comunidade o indivíduo aprende a "submeter a sua vontade à vontade de todos os outros, e a subordinar os seus esforços particulares à ação comum" (DA. T. II, parte 2, cap. 7, p. 630). A ação política, segundo Tocqueville, é uma força aglutinadora capaz de retirar cada indivíduo de dentro de si mesmo e fazê-lo interessar-se por aquilo que diz respeito à toda coletividade, inclusive a si mesmo. A atividade política - na medida em que ensina o indivíduo a buscar a cooperação e a prestar auxílio aos seus concidadãos sempre que se fizer necessário - é uma condição fundamental para a liberdade no Estado democrático.

2.2 A Fonte da Liberdade

Se a liberdade do homem não se manifesta exclusivamente em um ou em outro regime político - sendo, portanto, compatível tanto com a aristocracia como com a democracia - e se não está presa nem à esfera da vida pública, nem à esfera da vida privada do homem, resta-nos saber onde está a fonte da liberdade, em quais sentimentos ela se enraíza e se nutre.

Segundo Tocqueville, a liberdade humana não é algo inerente à natureza do homem, não é algo constitutivo do nosso ser, ele próprio afirma ser um trabalho inútil

tentar explicar o que é a liberdade para aqueles homens de "almas medíocres", que jamais sentiram o prazer de determinar-se a si mesmos. Mas, ainda que a liberdade não seja algo inerente à natureza humana, Tocqueville distingue os homens medíocres, degradados, servís, dos homens capazes de pensar, sentir e agir por si próprios, e acrescenta que apenas estes são capazes de se fazerem livres. Pois, acredita Tocqueville, o amor à liberdade, "**em todos os tempos**", para além de suas dádivas e benefícios, advém do próprio "prazer de poder falar, agir, respirar sem constrangimento, apenas sob o governo de Deus e das leis" (ARR. L. III, cap. 3, p. 1053).³¹ A plena realização da condição humana³² exige uma estreita relação entre aquilo que caracteriza o homem para além de sua condição física, animal - ou seja, sua capacidade de pensar, julgar e agir por si mesmo - e o exercício da liberdade, a qual não é um dom dividido igualmente para todos os homens, nem algo que prescindia da ação humana. A liberdade, como gosto ou valor compartilhado pelos homens, é fruto da arte humana.

Concebida à margem de sua relação com o regime político, a liberdade do homem implica uma relação com os outros homens, ou seja, supõe uma determinada forma social. Na sociedade aristocrática - caracterizada pela desigualdade intrínseca entre os homens - a liberdade manifestou-se como um privilégio, sempre ligado a situações de exceção, que exigiam deles o cumprimento de sua função de modo solidário e respeitoso para com todos

³¹ O grifo é meu.

³² Quando Tocqueville trata da condição dos índios e dos negros na América, expressa claramente a estreita relação entre sua concepção de humanidade e o exercício da liberdade, entendida como a capacidade de pensar, julgar e agir por si mesmo. Afirma que o escravo nasceu na degradação e refere-se a ele como alguém "*no qual apenas reconhecemos os traços gerais da humanidade. Seu rosto nos parece horrível, sua inteligência limitada, seus gostos vis, pouco falta para que o tomemos por um ser intermediário entre o animal e o homem*" (DA. T. I, parte 2, cap. 10, p. 396). Sua incapacidade de autodeterminação (a princípio forçada, mas pouco a pouco assumida pelo próprio escravo, que habituado à sua condição teme o exercício da liberdade e acomoda-se) marca o aviltamento da condição plenamente humana. É preciso observar, contudo, que Tocqueville é anti-racista e anti-escravista. Se ele denuncia o rebaixamento do negro americano é justamente porque, segundo ele, a desigualdade da escravidão é a pior das desigualdades, tanto por basear-se em teorias preceituosas e perniciosas para os indivíduos, quanto por ser portadora de vários problemas sociais. Ver: QUIRINO. 2001. p. 100-104.

os membros da hierarquia social. Por outra parte, nas sociedades democráticas, em que os homens se compreendem como iguais, a liberdade deixa de ser um privilégio de alguns para tornar-se o direito de todos os membros da comunidade determinarem o seu próprio destino.

O direito de todos à liberdade - que caracteriza o estado social igualitário - contrapõe-se à idéia de privilégio de alguns tal como havia na sociedade aristocrática. Uma vez que a cadeia hierárquica é rompida, tornando os homens iguais entre si, a liberdade estende-se a todos os membros do corpo social: a cada um é reconhecido o direito de pensar, julgar e agir por si mesmo. É preciso observar que, segundo Tocqueville, o igual direito à liberdade, não sendo inerente à natureza humana, advém da história; vale dizer, é o vir-a-ser da igualdade de condições que faculta a todos os homens o exercício da liberdade.

Afirmar a liberdade como um direito está longe de significar, para Tocqueville, algo inerente ou inalienável da natureza humana, posto que, como sabemos, ser livre supõe a vontade e a ação do homem. Tampouco nos permite compreender a liberdade apenas como um direito civil que garanta aos cidadãos certas prerrogativas e a proteção do Estado. Ainda que, no estado democrático, o direito de cada cidadão à liberdade suponha a proteção das leis contra a ação arbitrária de outrém, ou mesmo do Estado, a liberdade não se deixa apreender em instituições e procedimentos governamentais que visem a bem estabelecer o âmbito da ação de cada um. Certamente, Tocqueville reconhece a grande utilidade das leis e das instituições do Estado para a manutenção da liberdade, pois estas conferem à liberdade "uma espécie de vida vegetativa" (ESPF. p. 945), quando o espírito humano está desatento ou ocupado com o seu interesse individual.

Afirmar a liberdade como um direito de todos no estado democrático significa entendê-la como uma possibilidade aberta a todos os membros da comunidade política.

Ainda que a condição de cidadania possa ser mais ou menos larga no estado democrático toquevilliano,³³ sua retração ou distensão dependerá da ação de todos os integrantes da coletividade que reivindicam ou reconhecem o igual direito de pensar, julgar e agir por si mesmos, no espaço político, a um número cada vez mais abrangente de categorias sociais (mulheres, negros, analfabetos etc.). O vir-a-ser da igualdade de condições possibilita cada membro da coletividade fazer-se livre, pois a liberdade é constitutiva da existência humana no convívio com os seus semelhantes. Nesse sentido, ela não é um atributo do indivíduo isolado dos demais, mas necessariamente do homem que, integrado à sua comunidade, é capaz de ser independente para agir de acordo com a própria convicção, e de participar na realização de um projeto comum.

A liberdade aristocrática - que nasce e se reforça na desigualdade - está diretamente vinculada à estrutura da sociedade aristocrática, a qual imprime nos homens a certeza de que cada um deve permanecer fixo no lugar que lhe fora destinado pela vontade divina. Em contrapartida, a liberdade democrática - que nasce da igualdade entre os homens e declara toda diferença como convencional - vincula-se a uma estrutura social na qual os homens se reconhecem como iguais, de modo que cada um assume para si mesmo a tarefa de pensar, julgar e agir independente de qualquer tradição, de acordo tão-somente com sua própria razão. Ambas as formas de coexistência humana contemplam uma forma de liberdade própria.

Tudo passa como se um determinado modo de coexistência humana produzisse um modo particular de relacionamento entre os homens e o Estado.³⁴ Se a liberdade, na

³³ Célia Quirino (2001, p. 49-50) chama a atenção ao fato de o liberalismo político do século XIX aceitar tranqüilamente que a condição de cidadania não seja universal, permitindo que cada nação decida quais as características necessárias para ser cidadão. Ela afirma que, naquela época, além da nacionalidade e do sexo, a cidadania podia depender também da riqueza, da propriedade, da idade e da educação.

³⁴ Ainda que Tocqueville afirme na *DA*. (T. II, parte 4, cap. 8, p. 852) que a cada forma de sociedade corresponde como que uma "*humanidade distinta*", cada uma com seus próprios sentimentos, costumes e

sociedade aristocrática, é compatível com a obediência e a veneração à autoridade do rei, ao passo que, na sociedade democrática, supõe a derrocada de toda autoridade concebida à margem da ação dos próprios cidadãos, isso é decorrente da forma mesma de coexistência humana.³⁵ Isso significa que Tocqueville concebe que o modo particular do ser humano - desigual ou igual - advém do modo de coexistência entre os homens, ou seja, advém da ordem social - aristocrática ou democrática.

Tocqueville afirma que os tempos aristocráticos constituem uma liberdade deformada em vista do seu caráter restritivo. A capacidade de pensar por si mesmo e, portanto, de participar da determinação do destino comum é privilégio de alguns poucos homens. Na longa cadeia hierárquica, que vincula todos os homens dessa sociedade, não apenas o senhor considera seus servidores como "uma parte inferior e secundária de si mesmo", como o próprio servidor adota a perspectiva do seu senhor identificando-se à pessoa dele. Em tal situação extrema de veneração e servilismo, o servo não reconhece a si mesmo como alguém independente do seu senhor, de modo que, segundo Tocqueville, ele "perde a noção da própria pessoa, deserta de si mesmo, ou melhor, transfere-se por inteiro para o seu senhor; é nele que cria para si uma personalidade imaginária" (DA. T. II, parte 3, cap. 5, p. 692).

A nova organização social aniquila a desigualdade entre os homens e, portanto, a subserviência de uns para com os outros. Entretanto, rompendo os vínculos de obediência

organização política, sua intenção não é negar a existência de uma natureza humana, mas afirmar que esta sofre modificações de acordo com o estado social no qual o homem vive. Segundo Manent (1982. p. 107), *"ao longo de toda sua obra, Tocqueville fala do homem, de seu pensamento, de suas paixões e ações, como de algo que é certamente modificado pelo estado social democrático ou aristocrático, mas que é por isto mesmo implicitamente um. A natureza humana, uma implicitamente, é seu termo de referência. Tocqueville não é um relativista. É preciso então dizer que a natureza humana se produz segundo duas condições, a condição aristocrática e a condição democrática"*.

³⁵ *"É em razão de sua inscrição em uma forma e em um sentido da experiência que o homem é levado a seguir a tradição como norma suprema; e em razão de sua inscrição em outra forma e em outro sentido da experiência que ele é incitado a se retirar para pensar, agir e julgar por si mesmo"*. LEGROS. 1990. p. 150-151.

até então existentes, a democracia, ao mesmo tempo que torna os homens iguais entre si, pode constituir-se numa ameaça às demais relações existentes entre os homens. Pois o direito de cada um permanecer independente dos demais naquilo que diz respeito a si mesmo vem de par com uma descrença nas autoridades e com uma crença na própria razão, podendo, então, fazer de cada cidadão um estranho a todos os outros (DA. T. II, parte 4, cap. 6, p. 836).

O retraimento voluntário de cada um para sua própria esfera privada tende a abrir um espaço vazio no qual se instala um poder, que, em nome da maioria ou do governo providente, oprime o indivíduo. Tal poder, a cada dia, torna menos útil e mais raro o emprego do "livre-arbítrio", determinando que, pouco a pouco, percam "a faculdade de pensar, de sentir, e de agir por si mesmos" fazendo-os "cair, assim, abaixo do nível da humanidade" (DA. T. II, parte 4, cap. 6, p. 839).³⁶ Esse indivíduo tutelado assemelha-se ao lacaios: aquele que ocupa o mais baixo degrau na escala hierárquica da aristocracia, pois, segundo Tocqueville, "a palavra lacaios servia como termo extremo, quando todos os outros faltam, para representar a baixeza humana" (DA. T. II, parte 3, cap. 5, p. 692).

Para gozar de liberdade no estado social democrático, é preciso que o próprio cidadão, junto com seus iguais, encontre os meios de fazer-se livre. Renunciar à sua participação nas decisões acerca do destino comum equivale a renunciar à direção de si

³⁶ Neste mesmo capítulo (p.837), esboçando a figura de um Estado imenso e tutelar, que sozinho prevê e provê tudo o que o indivíduo pode querer e fazer por si mesmo, Tocqueville afirma: "*É assim que, todos os dias, torna menos útil e mais raro o emprego do livre arbítrio; é assim que encerra a ação da vontade num pequeno espaço e, pouco a pouco, tira a cada cidadão até o emprego de si mesmo.*" Tal frase nos permite melhor compreender o sentido que Tocqueville atribui ao termo livre arbítrio. Este relaciona-se diretamente à possibilidade de o indivíduo determinar a si mesmo, tendo na sua vontade o princípio da sua ação. Tal idéia nos remete à afirmação aristotélica de que "*o homem é o princípio motor e o pai de suas ações como o é de seus filhos*" (1979. III, 5, 1113 b 15), estabelecendo uma relação direta entre as escolhas que os homens fazem e suas ações. Ainda assim, ambos autores consideram que o homem vive e se realiza como membro da comunidade política, de modo que a idéia de livre arbítrio não implica a inexistência de qualquer limite ou determinação exterior, mas a considera como o absoluto poder do homem escolher por si mesmo. Isso significa que a escolha entre o vício e a virtude, ou a escolha entre seguir ou contrapor-se às determinações do Estado e da sociedade, baseia-se na possibilidade de cada um julgar e agir de acordo com suas próprias convicções no espaço público de convivência.

mesmo. Tocqueville não se compadece daquele que, em nome de seus mesquinhos interesses privados submete a outrem sua capacidade de julgar e de decidir. Aquele que não se faz livre, se faz servo; degrada-se. Essa não é, porém, uma consequência necessária, segundo Tocqueville, mas uma possibilidade que se insere no estado social democrático em razão da maior ou menor habilidade da arte humana em dirigir o processo de igualização da sociedade, ou seja, em razão da maior ou menor participação dos cidadãos na esfera pública. Certamente, a igualdade é vantajosa aos homens, visto que estende a todos o direito à liberdade, entretanto a liberdade não está assegurada *a priori*, posto que a liberdade não é inerente ao homem, mas depende da sua arte.

Embora Tocqueville estivesse persuadido de que não havia nenhum poder capaz de impedir o vir-a-ser da igualdade de condições conduzir o cidadão à busca do seu bem-estar privado, o reconhecimento da liberdade como a possibilidade de cada um permanecer independente dos demais naquilo que diz respeito a si mesmo não tem como consequência necessária a degradação humana. O cidadão dos tempos democráticos degrada a si mesmo, não quando pensa e julga as questões por si mesmo, mas quando deixa a outrem a tarefa de determinar o seu destino e o obedece servilmente. A independência é fundamental para que os cidadãos permaneçam senhores de si mesmos. Mas a independência não pode prescindir de limites,³⁷ sob pena de tornar o homem vulnerável aos seus próprios excessos. Se a submissão à opinião alheia tende a tornar o poder instituído mais forte e opressivo, a crença excessiva do indivíduo nas próprias faculdades tende a desfazer a trama social e política. Participar implica confrontar as diferentes posições dos cidadãos, de modo que cada um possa sentir a importância e a precariedade de sua posição. Ainda que isso não

³⁷ Ver: **DA**. T. II, parte 1, cap. 2, p. 520.

confira à liberdade o estatuto de um guia seguro, pelo menos garante o respeito à pluralidade e à diferença.

Podemos compreender, então, segundo o pensamento de Tocqueville, que a liberdade do cidadão, ou seja, o prazer de poder falar, agir e respirar por si mesmo, sem qualquer vínculo de obediência ou servidão em relação aos outros homens, cumpre-se, necessariamente, no espaço público de convívio com os demais concidadãos (abstraindo-se a forma - privilégio ou direito - pela qual a liberdade se manifesta nas diferentes sociedades, assim como a forma política ou privada, pois a liberdade sempre supõe relação com os demais membros de uma comunidade) e apresenta-se como condição de humanidade.³⁸ No pensamento de Tocqueville, o que caracteriza a vida plenamente humana é a liberdade, ou seja, é a capacidade humana de decidir e agir por si mesmo no espaço público de convivência entre iguais. Um espaço sempre aberto à pluralidade e ao novo, de modo a facultar o confronto e a busca, ainda que provisória, do consenso.

Ainda que a liberdade seja uma exigência da condição propriamente humana, ela não existe por si. Nada assegura aos homens, *a priori*, a liberdade. Pelo contrário, a construção da liberdade, longe de dispensar o homem, o requisita. Se, como afirma Tocqueville, no longo capítulo que encerra o primeiro tomo de **A Democracia na América**, o escravo é um ser degradado (quase um intermediário entre o homem e o animal), isso se deve não apenas ao fato de ele já ter nascido na degradação, mas porque ele mesmo não concebe outra vida para si. O esforço de pensar e julgar por si mesmo, assim como o esforço de buscar com os demais soluções aos problemas comuns, lhe

³⁸ Tocqueville acredita haver uma relação direta entre o exercício da liberdade e a realização do homem considerado como ser propriamente humano, entre sua capacidade de pensar, julgar, sentir, criar, agir por si mesmo no espaço de convivência com seus iguais e a dignidade humana. Ver: GIBERT. 1971. p. 12-6; LEGROS. 1990. cap. 3, p. 188-9; LEFORT. 1991; JASMIN. 2000. p. 74-6.

parecem acima de suas capacidades. Ele mesmo não busca a liberdade, pelo contrário, ele a teme.

Se a liberdade caracteriza a plenitude da condição humana, adverte Tocqueville, a conquista da liberdade não se dá senão por "meio de sacrifícios" e "com muito esforço"(DA. T. II, parte 2, cap. 1, p. 495). A liberdade do cidadão, no estado democrático, só se realiza à medida que

"retira os cidadãos do isolamento no qual a independência de sua condição os faz viver, para constrangê-los a se aproximarem uns dos outros, animando-os e reunindo-os cada dia pela necessidade de se entenderem, de se persuadirem e de se agradarem mutuamente na prática dos assuntos comuns". (ARR. Avant-propos, p. 951).

2.3 A Conquista da Liberdade

Na passagem do artigo "Estado social e político da França antes e desde 1789" - em que a liberdade democrática é definida como o direito irrevogável de o indivíduo viver independente dos demais, em tudo o que diz respeito a ele mesmo, de modo que a determinação do próprio destino se constitua como tarefa de cada um³⁹ - Tocqueville considera essa forma da liberdade como a mais bem adaptada ao seu tempo. Podemos entender que semelhante julgamento se deve à estreita relação que ele encontra entre a ordem social de um povo e as manifestações desse povo por intermédio da sua cultura, costumes, valores. Isso implica uma incompatibilidade radical entre a sociedade democrática e a forma aristocrática de liberdade. Supondo-se que todos os homens sejam

iguais (sem qualquer vínculo necessário de submissão e obediência), é completamente destituído de sentido, para Tocqueville, que apenas alguns homens possam gozar do privilégio da liberdade.

O estado social igualitário avança irresistivelmente, negando a hierarquia, aproximando os indivíduos e transformando sua cultura, seus costumes e valores. Contudo, ainda que a igualdade social se imponha, Tocqueville afirma que de modo nenhum ela assegura ou determina o vir-a-ser da liberdade. Certamente, a igualdade é necessária para que todos os homens desfrutem de liberdade; mas igualdade e liberdade nem sempre andam juntas: liberdade e igualdade não são da mesma ordem. A igualdade ocorre à revelia da vontade dos homens, é consequência de um movimento natural submetido à Providência Divina, ao passo que a liberdade depende exclusivamente da arte humana.

Na introdução de **A democracia na América**, Tocqueville atribui à Providência Divina a responsabilidade pela transformação das condições sociais de coexistência humana. O avanço da igualdade de condições entre os homens, ou seja, a passagem de uma ordem social baseada na desigualdade intrínseca para uma sociedade baseada na igualdade entre os homens não depende da sua vontade, mas avança obedecendo aos desígnios divinos. É, antes, um "fato providencial" (DA. Introdução. p. 7), cujas principais características são a universalidade, a durabilidade e o poder de dar-se à despeito dos homens.

Tocqueville não nos oferece outra fundamentação senão a descrição de inúmeros fatos gerais (como, por exemplo, a ruína financeira de reis e nobres que se envolveram em guerras particulares; o enriquecimento dos plebeus com o comércio; a invenção da imprensa; a expansão das luzes), visando justificar sua crença em que todas as ações

³⁹ Ver: **ESPF**, p. 943

humanas, até mesmo aquelas contrárias à igualdade, auxiliaram o seu desenvolvimento. Importa-lhe ressaltar a passagem necessária da sociedade aristocrática para a sociedade democrática, mesmo que a situação presente ainda não permita aos homens antever o futuro. A igualdade de condições rompe com o passado introduzindo um elemento inédito que o faz, prudentemente, recusar-se a prever o que acontecerá no presente a partir da observação do passado.⁴⁰ Entretanto, isso não significa que Tocqueville não tenha nenhuma idéia do que pode suceder aos homens. Se os acontecimentos do passado já não iluminam a compreensão dos tempos democráticos, Tocqueville reconhece na regularidade da marcha da natureza e dos acontecimentos "os sinais da vontade de Deus" (DA. T. I, Introdução. p. 7) que dirigem e dão inteligibilidade aos eventos humanos. Desse modo, já na introdução do primeiro tomo de **A democracia na América**, ele distingue consequências políticas diferentes que decorre do estado social igualitário pela observação do que ocorre na França e nos Estados Unidos.

Apesar de Tocqueville argumentar que o desenvolvimento da igualdade é um fato providencial contra o qual não podemos lutar sem desafiar a Deus, ele se mostra, por outro lado, averso à concepção que representa todos os eventos da história como ligados uns aos outros por uma cadeia necessária de causas e consequências, de modo que todos os fatos dependam de uma primeira grande causa.⁴¹ Por mais que admita o vir-a-ser irrevogável da

⁴⁰ "Neste caso, onde iremos nós? Ninguém saberia dizê-lo, porque já nos faltam os termos de comparação: as condições são, entre os cristãos hoje em dia, mais iguais do que jamais foram em qualquer tempo ou em qualquer país do mundo; por isso, a grandiosidade daquilo que já se fez impede-nos de prever o que ainda se pode fazer". DA. T. I, Introdução. p. 7.

"Quando comparo as repúblicas gregas e as romanas às da América, as bibliotecas manuscritas das primeiras e sua população grosseira, aos mil jornais que as segundas cultivam e ao povo esclarecido que nelas habita; quando depois penso em todos os esforços que ainda se fazem para julgar um com auxílio dos outros e prever, pelo que aconteceu há dois mil anos, o que acontecerá hoje em dia, sou tentado a queimar os meus livros, a fim de só aplicar idéias novas a um estado social tão novo". DA. T. I, parte 2, cap. 9, p. 350.

⁴¹ É preciso observar que, quando Tocqueville encerra o tomo de 1840 da DA, ainda que retome a idéia da história Providencial já presente deste a introdução de 1835, ele parece distanciar-se da maneira fatalista de compreender a história. A edição da DA organizada por Nolla (nota K, p. 281) traz rascunhos e anotações de Tocqueville da época da redação do texto, no qual podemos vê-lo marcar sua posição com clareza: "Idéia de

igualdade, não pode aceitar que a vontade e a ação humanas sejam excluídas. Sua posição torna-se mais clara pela distinção que faz entre os historiadores que escrevem nos séculos aristocráticos e aqueles que vivem nos séculos democráticos, pois os primeiros fazem depender todos os acontecimentos da vontade e da ação de alguns homens, enquanto os segundos, desprezando a influência dos indivíduos e dos grupos, atribuem todos os acontecimentos a grandes causas gerais.

Uns e outros erram, no julgamento de Tocqueville: "nos séculos de aristocracia, a atenção dos historiadores acha-se desviada todos os momentos para os indivíduos, e o encadeamento dos acontecimentos por isso lhes escapa; ou melhor, não acreditam em semelhante encadeamento" (DA. T. I, parte 1, cap. 20, p. 599). Ainda que discorde dos historiadores aristocráticos, posto que entende a história como um processo que envolve o homem em sua generalidade, demonstra verdadeira aversão à maneira característica dos tempos democráticos de representar a história. Esta funda-se na impossibilidade de se tornarem perceptíveis as marcas da vontade e da ação dos indivíduos sobre os fatos, de modo que os homens são levados a acreditar que o movimento da história não é voluntário, mas obedece a uma força superior que o domina. Semelhante compreensão da história, por um lado, recusa a atribuir "a alguns cidadãos o poder de agir sobre o destino do povo", e, de outro lado, nega aos povos "a faculdade de modificar sua própria sorte e os submetem ora a uma Providência infalível, ora a uma espécie de cega fatalidade" (DA. T. II, parte 1, cap. 20, p. 600).

Tocqueville critica severamente essa maneira fatalista de compreender a história, pois, em lugar de estimular os homens dos tempos de igualdade ao desenvolvimento de

necessidade, de fatalidade. Explicar como meu sistema difere essencialmente daquele de Chiquet [Mignet (Ed.)] e companhia. (...) Explicar como o meu sistema é perfeitamente compatível com a liberdade humana". Ver também: JASMIN. 1997. pág. 217.

suas capacidades e da sua liberdade, reforça o sentimento de fraqueza que os leva a duvidarem de si mesmos. É necessário, sob o ponto de vista de Tocqueville, combater, por meio da arte humana, tal sentimento, pois "se trata de restabelecer a dignidade das almas e não de completar a sua destruição"(DA. T. II, parte 1, cap. 20, p. 601).

Embora Tocqueville afirme diretamente que os homens são "instrumentos cegos nas mãos de Deus"(DA. Introdução. p. 3), ele acrescenta, algumas linhas mais adiante, um parágrafo esclarecedor:

"Os povos cristãos me parecem oferecer em nossos dias um terrível espetáculo; o movimento que os impele é demasiado forte para que possamos suspendê-lo, mas não é tão rápido para que percamos a esperança de dirigi-lo: **sua sorte está entre suas mãos**; mas logo pode escapar-lhes" (DA. Introdução. pág. 7-8).⁴²

Pouco adianta os homens lutarem contra o estabelecimento da igualdade de condições, posto que esta é um desígnio da Providência Divina. Entretanto, Tocqueville recusa-se a admitir, como alguns de seus contemporâneos, que os homens obedecem, necessariamente, a uma força desconhecida; pelo contrário

"(...) a Providência não criou o gênero humano nem inteiramente independente, nem totalmente escravo. Ela traça, é verdade, em torno de cada homem, um círculo fatal do qual ele não pode sair; mas, dentro dos seus vastos limites, o homem é poderoso e livre; assim como os povos" (DA. T. II, parte 4, cap. 8, p. 853).

⁴² O grifo é meu.

A história permanece aberta. Embora os homens não possam impedir o processo de igualdade crescente, dependerá exclusivamente deles mesmos dirigi-lo.⁴³

Na doutrina de Tocqueville, a Providência impõe o crescimento da igualdade de condições, mas a liberdade humana é produzida pelas ações dos homens. Podemos perceber, portanto, o seu esforço de adotar uma posição intermediária, na medida em que concede à Providência a determinação do vir-a-ser da igualdade de condições, mas reconhece à ação política dos cidadãos a possibilidade de dirigir este vir-a-ser.⁴⁴

Descrevendo as mazelas sofridas pelo povo francês durante o período que antecedeu a queda do Antigo Regime, Tocqueville salienta que, embora a ordem social baseada na igualdade de condições se impusesse, a população em geral se encontrava ainda muito distante do poder de decisão sobre sua sorte. Entretanto a igualdade, como "fato gerador" que estende sua influência a "tudo aquilo que ele mesmo não produz" (DA. Introdução. p. 7), faz com que os sentimentos e os costumes se transformem, de modo que a imagem da liberdade, aos poucos, se apresente ao espírito do povo:

"os franceses não se limitavam mais a desejar que seus negócios fossem melhor dirigidos; começavam a querer fazê-lo eles mesmos, e era visível que a grande Revolução, que tudo preparava, ia acontecer, e não somente com o consentimento do povo, mas por suas mãos" (ARR. L. III, cap. 3, p. 1052).

⁴³ Sobre a capacidade humana de dirigir o processo do vir-a-ser da igualdade de condições, ver: LAMBERTI. 1983. p. 55-57; DUMAS. 1982; MELONIO. 1993. p. 31-32; JASMIN. 1997. p.114-115; QUIRINO. 2001. p. 60-61.

⁴⁴ Jasmin (1997, cap. 9, p. 247) afirma que, embora Tocqueville, nas obras posteriores à DA, não retome a distinção entre os historiadores de cada sociedade, mantém a distinção entre causas gerais e imediatas cuja combinação "*procura garantir simultaneamente a inteligibilidade do processo em sua dimensão universal e o espaço da política como privilegiado para produção de resultados qualitativamente distintos deste mesmo processo*". O que importa, no contexto do presente trabalho, é assinalar o esforço de Tocqueville, ao longo de sua obra, em buscar a combinação entre as causas que escapam à vontade humana e a capacidade de intervenção dos homens, como forma de oferecer coerência ao processo de construção da liberdade.

Ainda que Tocqueville afirme a necessária submissão dos homens à inexorável marcha da história, ele pretende, em oposição ao que chama de historiadores democráticos, salvaguardar a liberdade humana. Pois, afirma, o homem não pode ser banido do processo de determinação do seu destino em favor da Providência Divina, sob pena de degradá-lo. Para que a história humana permaneça aberta à possibilidade da liberdade, Tocqueville a concebe como o "fruto de uma cooperação entre Deus e os homens" (MELONIO. 1993. p. 32). Cooperar com a Providência Divina significa, segundo Tocqueville, comandar o processo do vir-a-ser da igualdade de condições entre os homens, realizando o ideal de igual liberdade desejado pela Providência Divina. O homem realiza o desígnio providencial, na medida em que toma para si a responsabilidade de dirigir o processo histórico e se faz livre.

A inevitabilidade histórica da igualdade de condições pode parecer aos leitores atuais de Tocqueville surpreende ou desarrazada;⁴⁵ entretanto, evocando a Providência como uma justificação última, Tocqueville evita uma explicação materialista da história, ao mesmo tempo em que confere à vida do indivíduo um sentido mais amplo, integrando-o à comunidade do gênero humano, e, sobretudo, combate os adversários da democracia com suas próprias armas. Tradicionalmente, a concepção providencialista da história caracterizou a posição dos mais ferrenhos inimigos da igualdade. Para estes, a Revolução

⁴⁵ Há inúmeras interpretações acerca do providencialismo de Tocqueville. Jasmin (1997, p. 188-194) nos oferece, uma análise detalhada das diferentes posições assumidas pelos intérpretes, que resumo brevemente: podemos dizer que o providencialismo de Tocqueville foi compreendido ou como o reconhecimento e a submissão a um plano divino para com os homens, ou como um mero artil retórico usado para o convencimento dos homens, ou ainda como o reconhecimento de uma idéia de justiça presente na necessidade histórica que confere um suporte moral às ações humanas. Nessa terceira posição, os intérpretes atribuem à Providência tocquevilliana um caráter religioso e fatalista, mas admitem a responsabilidade do homem na determinação do seu futuro, que os faz considerar o recurso à Providência também como um meio de convencimento dos homens. Sem analisar ou discutir as posições apresentadas, parece-me importante, no entanto, assumir a posição daqueles que reconhecem em Tocqueville um caráter marcado tanto pela crença religiosa, quanto pelo desejo político de orientar seus concidadãos, pois essa posição é a única que, segundo creio, resguarda a liberdade humana. Ver a excelente apresentação do problema feito por Goldstein: 1997. cap. 7.

Francesa era apenas um castigo; logo, a Providência restabeleceria o seu curso normal, favorecendo a realeza.

Em nome da liberdade democrática, o recurso que Tocqueville faz à história providencial cumpre, pelo menos, duas funções: uma retórica ou de convencimento e outra política e moral. Ambas funções não podem ser separadas. Tocqueville não é um escritor ingênuo. Com sua obra, dirige-se aos homens em geral visando influenciá-los a determinadas atitudes que contribuam no sentido de realizar aquilo que suas análises apontam como justo. Quando escreve que todas as ações dos homens, mesmo quando estas visam impedir ao desenvolvimento da igualdade de condições, concorrem, contrariamente, em seu benefício, podemos entender como uma dupla exortação. Por um lado, aos nobres franceses para que não apenas se submetam ao regime político dos novos tempos, mas, principalmente, para que, contestando os excessos revolucionários, contribuam para o desenvolvimento da democracia; por outro lado, exorta o povo a submeter o ímpeto revolucionário à determinação Providencial, de modo que, tirando exclusivamente desses homens a responsabilidade pelo vir-a-ser da democracia, eles possam encontrar maior serenidade na convivência com seus concidadãos.

Chamando o indivíduo para participar da construção de um projeto presidido pela Providência, Tocqueville acredita ser possível estabelecer a harmonia entre a igualdade (que não depende da vontade e da ação dos homens) e a liberdade (a qual depende exclusivamente da arte humana), impedindo, desse modo, a degradação humana no estado democrático. Assim, se o recurso a uma concepção providencial da história tem um sentido retórico, devemos observar também que Tocqueville manifesta sua crença sincera num plano divino para a história humana, ou seja, que ele compartilha "a concepção tradicional de justiça providencial, que supõe a existência de um ser inteligente, externo ao mundo e que o governa" (JASMIN. 1997, p. 205). Ainda na introdução do primeiro tomo de A

Democracia na América, após descrever os reveses que acometeram a sociedade francesa naquele momento e as incertezas dos tempos que ainda estariam por vir, Tocqueville afirma sua certeza de que o futuro será benigno porque está nas mãos do Senhor, mesmo que não possa conhecê-lo: "Deus prepara para as sociedades européias um futuro mais fixo e mais calmo; ignoro os seus desígnios, mas não deixarei de acreditar neles, porque não posso penetrá-los, e antes, preferiria duvidar de minhas luzes do que da sua justiça" (DA. Introdução. p. 14).

A conquista da liberdade depende dos homens. O vir-a-ser da igualdade de condições é irreversível, entretanto, o modo pelo qual essa igualdade se estabelecerá não está dado. Tocqueville encerra o segundo tomo de **A Democracia na América** reafirmando sua crença na história providencial, mas salienta também que, se os homens não podem impedir o avanço da igualdade, depende unicamente deles "que a igualdade os conduza à servidão ou à liberdade, às luzes ou à barbárie, à prosperidade ou às misérias" (DA. T. II, parte 4, cap. 8, p. 854). O espaço político é o lugar privilegiado da ação humana: pela ação política o homem interfere na ordem social e constrói o estado democrático.

2.4 O Valor Moral da Liberdade

Tocqueville adere à forma democrática da liberdade não apenas porque considera a liberdade democrática a mais bem adaptada ao seu tempo, visto que a democracia se impõe aos homens quase à revelia de suas vontades, mas sobretudo porque ele qualifica a liberdade democrática como a "noção justa" de liberdade e a contrapõe à liberdade

aristocrática, a qual será sempre uma forma "reduzida e deformada" (**ESPF**. p. 943)⁴⁶ da liberdade, posto que fundamentada na desigualdade e no privilégio. Tocqueville converte-se à igualdade de condições não por sentir-se derrotado, acreditando que de nada valeria opor-se a ela; pelo contrário, converte-se porque acredita que o estado social igualitário traz consigo maiores benefícios ao gênero humano do que o estado social aristocrático, na medida em que possibilita a todos os homens a independência para cada um pensar, julgar e agir por si mesmo, e a participação da determinação do destino comum, sendo, portanto, a igualdade entre os homens mais justa do que a desigualdade aos olhos do criador.

Tocqueville não pretende afirmar a superioridade de uma sociedade sobre a outra, pois cada forma de sociedade (aristocrática ou democrática) produz como que uma humanidade peculiar que apresenta vícios e virtudes próprios. Ainda que seu pensamento se desenvolva por intermédio da análise das formas diversas de coexistência, de produção de valores, de organização política, de modo algum ele quer compará-las ou julgá-las. A comparação lhe parece injusta, pois, afirma, não é razoável pedir aos homens de uma sociedade virtudes, por exemplo, decorrentes de outra situação social. Entretanto, considerando que a igualdade de condições se imponha por vontade da Providência Divina, Tocqueville afirma: "é natural acreditar que o que mais satisfaz os olhares deste criador e deste conservador dos homens não é a prosperidade singular de alguns, mas o maior bem-estar de todos". Sabendo que o julgamento humano jamais será isento, Tocqueville, como alguém que está examinando o mundo dos homens, esforça-se por "penetrar no ponto de vista de Deus" e aceita que, embora a igualdade de condições possa ser menos elevada do que a liberdade, "ela é mais justa, e sua justiça faz sua grandeza e sua beleza" (**DA**. T. II,

⁴⁶ Ver também: **ARR**. L. II, cap. 11, p. 1024.

parte 4, cap. 8, p. 852). Resta-nos saber como a noção justa de liberdade pode advir do estado social, pouco elevado, que torna todos os homens iguais.

Na sociedade aristocrática, a liberdade é considerada privilégio de uma classe restrita, restando aos demais a honra de servir. Contudo, a cega obediência do servidor ao mestre, que o faz considerar a si mesmo um acessório deste, não é degradante. Nessa sociedade, "a condição de servidor não amesquinha em nada a alma daqueles que a ela se submetem", não apenas porque esses homens não conhecem e não imaginam outras formas de sociedade, mas sobretudo "porque a prodigiosa desigualdade que se faz ver entre eles e o senhor parece-lhes o efeito necessário e inevitável de alguma lei oculta da Providência" (DA. T. II, parte 3, cap. 5, p. 698). Tudo se passa como se a Providência Divina conduzisse todas as relações entre os homens e todas as suas ações, de modo que se furtar a sua condição seria desobedecer a Deus.

Na sociedade igualitária, a liberdade é o direito comum a todos os homens de se conduzirem a si mesmos com as luzes que receberam da natureza, sem quaisquer outros constrangimentos senão aqueles advindos das leis, e de Deus. Ainda que a vontade de Deus se apresente no curso irreversível da história humana, em direção à igualdade de condições, é na própria razão que os homens dos tempos democráticos - segundo a generalização que Tocqueville faz de uma característica que ele observou no povo americano - encontram "a fonte mais visível e mais próxima da verdade" (DA. T. II, parte 1, cap. 1, p. 514). Quando a razão individual, ou o subjetivismo igualitário, substitui o princípio normativo ditado pela tradição ou pela Providência Divina, nada mais resta como critério para o julgamento racional de cada um senão a busca do próprio bem-estar ou daquilo que lhe é útil. O problema posto é o fato de esse princípio da utilidade não se mostrar suficiente para bem orientar a razão humana, tanto no plano político como no plano moral. O direito de cada um determinar-se pode criar obstáculos para o surgimento

de compromissos ou responsabilidades de uns para com os outros, na medida em que a obediência à própria vontade pode favorecer o isolamento entre os cidadãos e a corrupção da vida pública, cuja consequência é a servidão e a degradação.

A independência individual é uma das condições fundamentais da liberdade, na concepção toquevilliana. No entanto ela "não pode ser ilimitada" (DA. T. II, parte 1, cap. 2, p. 520). Tocqueville afirma que apenas Deus "poderia sem perigo ser todo poderoso, porque sua sabedoria e sua justiça são sempre iguais ao seu poder" (DA. T. I, parte 2, cap. 7, p. 289). Assim, o limite que Tocqueville impõe ao prazer de cada cidadão "falar, agir e respirar", ao evocar o "governo de Deus e das leis" (ARR. L. III, cap. 3, p. 1053), visa conferir aos homens certos valores para guiarem seus atos.⁴⁷ Ainda que esses valores possam variar de uma sociedade para outra, é preciso que os homens creiam neles, pois a descrença torna os homens vulneráveis à servidão.⁴⁸

O esforço de Tocqueville vem no sentido de favorecer o desenvolvimento da liberdade do cidadão num estado de igualdade de condições, o que exige não apenas que os homens ajam com independência e participem da vida política, mas, fundamentalmente, exige que a participação produza um sentido de coletividade capaz de levá-los a ultrapassarem a própria singularidade. O bem público não resulta de um mero somatório dos interesses individuais, mas prende-se àquilo que é de interesse aos homens como

⁴⁷ Sabemos que, para Tocqueville, a humanidade do homem reside propriamente na capacidade de cada um pensar, julgar e agir por si mesmo. Entretanto ele reconhece a incapacidade humana de conhecer os fundamentos últimos. Segundo Legros (1990. p.183) "*esta idéia de homem é seguramente historicamente advinda - ela nasce, mostra Tocqueville, quando, em vista da dissolução das estruturas feudais, as condições começaram a se aproximar - mas ela não é simplesmente, no espírito de Tocqueville, uma idéia contingente entre outras: ela envia a capacidades cuja perda leva a uma desumanização. Como conceber que o homem não possa aprender a pensar, julgar, fazer, sentir e agir por si mesmo senão em vista de sua inscrição numa tradição e numa forma de sociedade? A questão que está no coração do problema de Tocqueville é aquela que atravessa todo o pensamento romântico. (...) Tocqueville tira, de fato, uma consequência que o pensamento romântico não teve a audácia de tirar: se o propriamente humano reside numa inscrição que não é um fechamento, é forçoso reconhecer como originais, ao mesmo tempo, a naturalização e a desnaturalização: que a retirada fora de toda humanidade particular é indissociável do pertencimento a uma humanidade particular, que o descolamento advém em vista de uma inscrição em um mundo, e isto graças à capacidade de se retirar*". Ver também: LEFORT. 1991. p. 211-215.

coletividade. Assim, para bem orientar a liberdade do homem nos tempos democráticos, Tocqueville encontrou, no espírito religioso inerente ao homem, uma norma transcendente ainda válida nos tempos democráticos.

Sem desprezar os móveis dos homens que vivem sob a igualdade de condições, a experiência americana mostrou a Tocqueville que, embora o desejo de conquistar o próprio bem-estar material seja uma paixão dominante nos séculos democráticos, "há momentos de distensão onde a alma parece quebrar de um golpe as ligações materiais que a prendem e escapar impetuosamente para o céu" (DA. T. II, parte 2, cap. 12, p. 646). Tudo se passa como se a grandeza espiritual do homem pudesse ser sufocada ou deformada em certos momentos, mas jamais destruída, pois "o gosto pelo infinito e pelo que é imortal" não nasce de um capricho da vontade do homem, mas "tem seu fundamento imóvel na sua natureza; existe a despeito de seus esforços" (DA. T. II, parte 2, cap. 12, p. 647).

Dirigindo os corações dos homens em direção aos seus semelhantes, argumenta Tocqueville, a fé religiosa - entendida como "uma forma particular da esperança, tão natural ao coração humano quanto a própria esperança" (DA. T. I, parte. 2, cap. 9, p. 343)⁴⁹ - leva os indivíduos de uma sociedade democrática à realização de ações que os fazem sair de dentro de si mesmos e a se relacionarem com seus semelhantes, fortalecendo o reconhecimento mútuo da igual liberdade entre os homens. O exercício da liberdade, que reconhece ao outro o igual direito à liberdade, realiza o propósito Divino de justiça. O homem coopera com a Providência Divina realizando a liberdade e a justiça, as quais encontram seu fundamento em Deus; pois Tocqueville parte do pressuposto cristão que

⁴⁸ Ver: DA. T. II, parte 1, cap. 5, p. 532.

⁴⁹ Segundo Tocqueville, o ateísmo e a indiferença religiosa são contrários à natureza do homem: "é por uma espécie de aberração da inteligência, e com ajuda de uma espécie de violência moral exercida sobre sua própria natureza, que os homens se afastam de suas crenças religiosas; uma tendência invencível os conduz a elas. A incredulidade é um acidente; apenas a fé é o estado permanente da humanidade".

considera ser mais justo aos olhos de Deus o bem-estar da maioria dos homens do que o privilégio de alguns.

Quando os vínculos tradicionais da sociedade aristocrática são dissolvidos, Tocqueville acredita que a religião cumpre o papel de criar uma nova ordem moral que guia o julgamento e a ação individual, ao mesmo tempo que impede a destruição da liberdade. Se a igualdade de condições tende a isolar os homens, levando-os a se ocuparem apenas de si mesmos, a religião exerce um contrapeso a esse estado social, na medida em que

"situa o objeto dos desejos do homem além e acima dos bens da terra, e eleva naturalmente a sua alma para regiões muito superiores às dos sentidos. A religião impõe a cada um alguns deveres para com a espécie humana ou em comum com ela, tirando-o, assim, de tempo em tempo, da contemplação de si mesmo" (DA. T. II, parte 1, cap. 5, p. 533).

Independentemente da verdade intrínseca da religião, fundamental, para Tocqueville, é que os homens creiam.⁵⁰ Apesar de sua falta de fé pessoal nas instituições religiosas em geral,⁵¹ Tocqueville afirma que todas as religiões são igualmente boas, posto que elevam a alma humana para além dos bens materiais e lhes impõem deveres para com a humanidade. A multidão inumerável de religiões, embora difiram no modo de cultuar a Deus, concordam unanimemente acerca dos deveres dos homens uns em relação aos outros. Disto resulta que "o espírito humano jamais percebe diante de si um campo sem

⁵⁰ "Não há religião que não situe o objeto dos desejos do homem além e acima dos bens da terra, e que não eleve naturalmente a sua alma para regiões muito superiores às dos sentidos. Nenhuma há também que não imponha a cada um alguns deveres para com a espécie humana ou em comum com ela, e que não o tire assim, de vez em vez, da contemplação de si mesmo. **Isso se encontra nas religiões mais falsas e nas mais perigosas.**" DA. T. II, parte 1, cap. 5, pág. 533 (o grifo é meu).

⁵¹ Na sua correspondência com Corcelle (1º de agosto de 1850) e com Mme. Swetchine (26 de fevereiro de 1850), Tocqueville afirma suas dúvidas, que o acompanham desde a juventude, nas instituições religiosas, mas se confessa doente, pois considera a dúvida como o mais insuportável dos males deste mundo. É preciso observar, porém, que apesar de suas dúvidas, Tocqueville jamais deixou de crer na existência de Deus, na imortalidade da alma e na retribuição dos atos (OC. T XV, vol. 2).

limites" (DA. T. I, parte 2, cap. 9, p. 337). Entretanto, julgando as religiões do ponto de vista do fortalecimento da liberdade, Tocqueville argumenta acerca da superioridade do cristianismo na medida em que este determina apenas as relações entre os homens e Deus, deixando a cargo daqueles as decisões acerca das suas próprias relações. Ainda que a religião cristã forneça-lhes alguns princípios morais aos quais devam obedecer, a vida pública está à mercê da determinação humana, e não da vontade Divina, os preceitos morais não atuam diretamente como freios sobre os homens, eles oferecem segurança para que os homens ajam com maior liberdade na esfera pública. Isso não ocorre, por exemplo, no islamismo, duramente criticado por Tocqueville, em suas narrativas de viagens à Argélia, como uma doutrina política e socialmente danosa, na medida em que extrapola o âmbito da religião, determinando também sobre a vida política, civil, moral e sobre as teorias científicas.

Se o mundo político parece aos homens um espaço aberto à discussão e às inovações, o mundo moral lhes fornece certezas. Na América, o espírito religioso dirige as ações dos cidadãos:

"seja qual for a sua audácia, o homem sente, de tempos em tempos, que deve deter-se diante de barreiras intransponíveis. Antes de inovar é forçado a aceitar certos dados prévios e a sujeitar as suas mais ousadas concepções a certas formas que o retardam e o detêm. (...) Até hoje, não se encontrou ninguém nos Estados Unidos que tenha ousado avançar a máxima de que tudo é permitido no interesse da sociedade. Máxima ímpia que parece ter sido inventada num século de liberdade para legitimar todos os tiranos futuros" (DA. T. I, parte 2, cap. 9, p. 337-338).

O estado social igualitário estende a liberdade a todos os homens. Contudo, Tocqueville teme que a liberdade sem limites possa produzir o efeito contrário ao esperado: em lugar de facultar aos cidadãos a independência equilibrada pela consciência de sua responsabilidade pública, pode levá-los a se voltarem exclusivamente para seus próprios interesses individuais. Oferecendo-lhes uma norma moral firme, a religião impede

que os homens do estado democrático façam um mau uso de sua liberdade,⁵² pois "ao mesmo tempo que a lei permite ao povo tudo fazer, a religião impede-o de tudo ousar" (DA. T. I, parte 2, cap. 9, p. 338). A fé religiosa dirige os corações dos homens em direção aos seus semelhantes e leva os cidadãos de uma sociedade democrática à realização de ações que os façam saírem de dentro de si mesmos e a relacionarem-se com seus semelhantes, fortalecendo-lhes o apego à liberdade. Em outras palavras, é limitando a liberdade por meio de uma norma transcendente que, segundo Tocqueville, a religião assegura a liberdade do cidadão no estado democrático. Não há nenhum paradoxo nessa proposição, pois a liberdade - como um direito comum a todos os homens de permanecerem independentes dos demais - significa, tão-somente, que o direito de pensar, de julgar e de agir de acordo com a própria razão pertence a todos os homens. Tocqueville é amplamente favorável à independência pessoal entendida no sentido de autodeterminação da própria vontade ou de não-submissão, mas o respeito e a tolerância não podem estar separados do exercício da liberdade. A capacidade de os cidadãos reconhecerem a mútua dependência que os vincula e, em vista desse reconhecimento, participarem das decisões e da administração de suas comunidades, tem como suposto, por um lado, a capacidade de cada um analisar por si mesmo as questões que o envolvem, e por outro, o direito ao respeito dos demais pela sua própria posição.

A liberdade por si mesma é desprovida de qualquer conteúdo moral, ela é puro livre-arbítrio, um absoluto poder de escolher por si mesmo. E é desse modo, como independência, exaltação do eu e consolidação das desigualdades naturais, desprovida de toda significação moral que não seja a do valor individual, que a liberdade aparece nas sociedades aristocráticas. Em contrapartida, no estado democrático, a liberdade adquire um

⁵² Ver: GOLDSTEIN. 1964; MELONIO. 1984; BENOÎT. 1991; QUIRINO. 2001. p. 181-182.

conteúdo moral. E, nesse sentido, a liberdade já não pode mais ser concebida como um simples gosto pela independência individual, pois sua consequência no plano político seria a separação dos homens, sua servidão e degradação. O respeito e a tolerância estão intimamente ligados à liberdade dos tempos democráticos: a liberdade democrática adquire um conteúdo moral positivo, posto que colabora com a realização do plano da Providência. Estendendo a todos os homens o direito de exercer aquelas faculdades que caracterizam o que há de propriamente humano no homem: "pensar, agir e sentir por si mesmo" (DA. T. II, parte 4, cap. 6, p. 839), a liberdade democrática recebe a qualificação de liberdade "justa" (ESPF. p. 943). O homem, como participe de um projeto providencial, deve estar sempre pronto para impor à ordem social e política um princípio moral que a conduza, vale dizer, para submeter o estado social de igualdade de condições e a soberania do povo ao princípio de respeito à igual liberdade de todos os homens.

Fazendo eco a Lamberti,⁵³ podemos dizer que a concepção tocquevilliana de liberdade democrática reúne três elementos: primeiro, a independência individual expressa no direito imprescritível de cada indivíduo julgar e agir de acordo com suas próprias convicções, ou seja, sem nenhum vínculo de dependência ou submissão entre eles; em segundo lugar, o compromisso de participação na vida política, posto que a liberdade só se realiza no convívio entre os homens. Essas duas características da liberdade, a independência individual e o compromisso com a vida pública, podem ser encontradas - ainda que de forma "reduzida e deformada" - na liberdade aristocrática; entretanto a liberdade democrática é acrescida de um terceiro elemento pelo qual ela recebe a qualificação de "justa": a exigência da igual liberdade para todos.

⁵³ Ver: LAMBERTI. 1970. cap 1, seção 3.

3 DEMOCRACIA: A DIFÍCIL RELAÇÃO ENTRE A IGUALDADE E A LIBERDADE

Considerando que Tocqueville converte-se à liberdade tal como ela se manifesta no estado democrático (visto que a qualifica como justa), nos dedicaremos, neste segundo capítulo, a apresentar o descompasso existente entre a liberdade e a igualdade na concepção toquevilliana de democracia. Na primeira seção, nos propomos a analisar, ao longo do texto de Tocqueville, sua concepção de democracia, a qual supõe um estado social marcado pela igualdade de condições, e um estado político de liberdade que se manifesta por intermédio da soberania do povo. Liberdade e igualdade, na democracia, relacionam-se intimamente, entretanto não são análogas, podendo, portanto, ser separadas. Tocqueville constata, então, que pode haver um conflito entre a liberdade e a igualdade, ou seja, entre a soberania do povo e a igualdade de condições, pois esta, é a característica própria do estado social democrático, ao passo que aquela depende da vontade e da ação dos homens. Tanto mais frágil será a soberania do povo, quanto mais intensa for a paixão dos homens dos tempos democráticos pela igualdade de condições. As causas desta paixão serão analisadas, na segunda seção, e suas conseqüências, na terceira seção.

3.1 Democracia: Liberdade e Igualdade

Ao longo de **A Democracia na América** facilmente percebemos que Tocqueville atribui à palavra "democracia" mais de um sentido,⁵⁴ o que pode trazer uma certa dificuldade de compreensão. Em geral, na obra de Tocqueville, a palavra democracia adquire dois significados predominantes: por um lado é um estado social marcado pela igualdade de condições, por outro é uma forma política que se caracteriza por dar expressão à vontade dos cidadãos. Nesta seção, procuraremos compreender esses dois significados e, a partir de então, verificaremos a vinculação entre ambos.

Tomemos o primeiro significado: a democracia entendida como o estado social marcado pela igualdade de condições. Tocqueville parte do suposto que a transformação das condições sociais de coexistência humana - ou seja, que a passagem de uma ordem social baseada na desigualdade intrínseca dos indivíduos para uma sociedade baseada na

⁵⁴ Jack Lively (1962. p. 49-50) listou as várias significações atribuídas por Tocqueville à palavra "démocratie": *"Ocasionalmente ele usou a palavra 'democracia' com um sentido puramente político para descrever ou algum sistema político de autogoverno, ou um sistema representativo, ou, mais freqüentemente, um sistema representativo no qual a noção de soberania do povo era reconhecida e de algum modo incorporada. Noutro momento, ele usou a palavra simplesmente para descrever as massas como opostas à aristocracia. Mais freqüentemente, entretanto, ele a usou no contexto social para descrever ou o modelo teórico de uma sociedade na qual a igualdade de condições estava perfeitamente realizada, ou as sociedades reais que mais se aproximavam deste modelo, ou aqueles aspectos das sociedades existentes que se conformavam a certos aspectos do modelo. Contudo, aqui havia ambigüidades, pois ele aplicava a expressão 'igualdade de condições' a um número de diferentes idéias e fenômenos. Algumas vezes ele queria dizer igualdade política, pela qual ele insinuava não apenas igual direito de voto, mas também a possibilidade de que homens de todos os grupos sociais alcançassem posições de poder político; em outros momentos, estava falando de igualdade civil, igualdade perante a lei e igualdade de tratamento pela administração; em outros, estava se referindo à igualdade econômica de renda ou de propriedade; e, finalmente, algumas vezes tinha em vista uma atitude social genericamente igualitária, que pressionava no sentido da destruição das barreiras de classes e distinções e encorajava a igualdade de oportunidades. - 'O direito de perseguir os mesmos prazeres, de entrar nas mesmas profissões, de encontrar as outras pessoas nos mesmos lugares; em uma palavra, de viver do mesmo modo e de buscar a riqueza pelos mesmos meios.' Além disso, o uso que ele fazia dos termos variou de ênfase de acordo com o tipo de economia à qual se referia. Quando falou acerca de uma sociedade majoritariamente agrária, normalmente considerou a igualdade como consistindo na crescente distribuição igualitária da propriedade da terra; mas quando falou da sociedade mercantil ou industrial, aceitou que poderia haver enormes variações da distribuição da propriedade, ainda denominando-a igualitária se ela apresentasse igualdade de oportunidades, sem imposição de barreiras hereditárias ou vantagens e permitindo grande fluidez de riqueza".* Ver também: SCHLEIFER. 1984.cap. XIX: "Algunos sigificados de démocratie".

igualdade entre eles - não depende da vontade dos homens, mas avança inelutavelmente obedecendo ao desígnio Divino. Nada lhe impede; todas as ações humanas, mesmo aquelas que lhe são diretamente contrárias, contribuem ao seu sucesso. As fortes palavras de Tocqueville - na introdução de **A Democracia na América** - parecem reverenciar a vontade de Deus que se faz presente no curso da história humana. Desse modo, Tocqueville isenta-se de maiores justificativas: o gradual desenvolvimento da igualdade de condições - que pouco a pouco negou privilégios aos nobres, reduzindo sua esfera de influências, ao mesmo tempo que concedeu ao povo os mais diversos meios de ascensão na escala social - é um fato; basta, para Tocqueville, comprová-lo pela análise das sociedades existentes.

Em contraste com o velho mundo, o qual por muito tempo permaneceu marcado por diferenças sociais que impediam os homens de se reconhecerem plenamente como iguais - o novo mundo aparece para Tocqueville como a comprovação de sua crença na marcha inexorável da história humana em direção a um estado social igualitário. Nas primeiras linhas de sua introdução a **A Democracia na América**, ele afirma que nada lhe impressionou mais vivamente em sua viagem aos Estados Unidos do que a igualdade de condições lá existente. Por um lado, não havia uma nobreza local, de modo que toda vantagem hereditária estava eliminada; por outro, os homens facilmente trocavam de posições sociais, posto que havia oportunidades múltiplas para todos aqueles que quizessem empregar o seu próprio talento. Contudo, isso não eliminava a existência de ricos e pobres, ou pessoas mais ou menos inteligentes na América, porém - e eis o que importa - tais diferenças eram apenas circunstanciais, passíveis de mudança a todo instante, de modo que todos podiam nutrir esperanças acerca da possibilidade de modificarem a sua situação particular. O estado social igualitário estendia sua influência sobre toda a sociedade civil, assim como sobre o estado político, tornando semelhantes não apenas as

condições materiais, mas, sobretudo, banindo do espaço social e político toda subserviência.⁵⁵ Eis por que Tocqueville julga que, nos Estados Unidos, o estado social era "eminentemente democrático" (DA. T. I, parte 1, cap. 3, p. 50): lá os cidadãos não admitiam que a existência de qualquer diferença, seja de ordem econômica, intelectual, política, impusesse a submissão de uns a outros. E confirma sua observação quando, tratando acerca da influência dos costumes sobre a democracia, no segundo tomo da obra, afirma que, nos Estados Unidos, a opinião pública cria entre os homens uma espécie de "igualdade imaginária", (DA. T. II, parte 3, cap. 5, p. 695) que penetra em suas almas e lhes confere o sentimento de igualdade a despeito de qualquer desigualdade real em que possam, porventura, se encontrar.

Tocqueville não compreende o estado social igualitário como um estado de igualdade real,⁵⁶ mas como o estado social no qual os homens se percebem como iguais,

⁵⁵ Lamberti (1983. p. 61-74) afirma que a igualdade, tal como entendia Tocqueville, engloba, ao mesmo tempo, a igualdade nas relações da vida social, que faz os indivíduos partilharem as mesmas vivências, cultura, idéias, valores, costumes, prazeres; a igualdade jurídica, de modo que as leis garantem a todos os mesmos direitos civis e sociais; a igualdade política, posto que são todos cidadãos e, portanto, gozam todos dos mesmos direitos políticos como membros do corpo soberano; e a igualdade de respeito e dignidade fundada na religião e na moral, que confere a cada um o sentimento de igualdade. Pois, segundo Lamberti (p. 66): "*quando o sentimento de igualdade existe, todas as relações humanas são transformadas. Os homens descobrem então sua natureza comum, e o fundamento moral torna-se sensível a todos. A igualdade da qual fala Tocqueville não deve ser procurada nas comparações econômicas ou mesmo numa igual repartição do poder entre todos os homens, mas antes de tudo neste poder de dar às relações humanas uma outra significação*". Ver também: MELONIO. 1993. p. 103-105; QUIRINO. 2001. p. 119-121.

⁵⁶ Embora Tocqueville não exija absoluta igualdade material entre os indivíduos, ele adverte, na DA (T. II, parte 2, cap. 20), acerca dos danos sociais decorrentes da excessiva desigualdade entre os cidadãos que pode ter origem com a formação de uma aristocracia industrial nos estados aristocráticos. Além disso, em sua *Mémoire sur le pauperisme*, após ter apresentado a gênese da desigualdade a partir da propriedade privada da terra, fortemente influenciado pelo *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, de Jean-Jacques Rousseau, ele afirma que a caridade pública é uma virtude cívica produzida e regularizada pela própria sociedade: "*A sociedade, olhando continuamente sobre si mesma, sondando cada dia suas feridas, e ocupando-se de cura-las; a sociedade, ao mesmo tempo que assegura aos ricos o gozo dos seus bens, garante o pobre do excesso de sua miséria, pede a uns uma porção do seu supérfluo para conceder aos outros o necessário. Há nisso certamente um grande espetáculo em presença do qual o espírito se eleva e a alma não poderia deixar de se emocionar*" (MP. p. 11-12). O sentido dessas palavras revela-se ainda com maior clareza na seqüência do texto, quando Tocqueville critica as formas da caridade pública - sobretudo na Inglaterra - na medida em que a ação do Estado tende a desestimular e mesmo a impedir o pobre de tomar iniciativa para deixar a sua situação de penúria; e quando propõe uma forma para o Estado tratar corretamente o problema da pobreza, vinculando os homens uns aos outros, de modo a estimular a superação das misérias sociais evitando a desigualdade excessiva entre os cidadãos. Ver também:

mesmo quando mantêm uma relação desigual entre si. Tal percepção tem origem, sobretudo, na mobilidade social que, numa sociedade igualitária, decorre do emprego do esforço e do talento de cada um, de modo que ninguém está preso a uma situação predeterminada; e, da ausência de uma grande disparidade material, intelectual ou moral entre os indivíduos, posto que uma situação de disparidade fragiliza o tecido social e político na medida em que as pessoas se vêem coagidas a uma relação de mando e obediência em nome da sobrevivência.⁵⁷ Por exemplo, a relação entre patrão e empregado existente em uma sociedade marcada pela igualdade de condições, ainda que guarde grande semelhança com a relação entre mestre e servidor da sociedade aristocrática - posto que, do mesmo modo, baseia-se na prestação de serviço de um homem em favor de outro - é, entretanto, totalmente diferente desta. Na sociedade aristocrática, a identificação do servidor com seu mestre acaba por fazê-lo considerar a si mesmo como um acessório deste, uma parte inferior e secundária, cujas opiniões e costumes estão à mercê da vontade dominante do senhor. Nas sociedades democráticas, a relação patrão-empregado é fruto de um contrato temporário livremente consentido, o qual fixa não somente a obediência, mas, sobretudo, o limite dessa obediência. Para além desse contrato revogável, ambos, patrão e empregado, são cidadãos.

A igualdade de condições não pode ser entendida, portanto, apenas no sentido material, mas como princípio constitutivo da ordem democrática, em oposição ao mundo aristocrático, radicalmente desigual. À medida que a igualdade torna os homens

SALOMON. 1935, p. 417-420; LECA. 1988, p. 634-642; RODRÍQUEZ. 1998. cap. 2: A problemática da pobreza segundo Tocqueville.

⁵⁷ É preciso observar que a oposição de Tocqueville em direção a uma igualdade completa entre os indivíduos nasce do seu temor de que a ação do Estado se alastre, tomando conta e uniformizando todos os espaços de convívio humano, banindo, desse modo, a liberdade. Entretanto - e é sobre isto que nós queremos chamar atenção - Tocqueville compreende que a liberdade democrática, ou seja, a liberdade entendida como um direito de todos os cidadãos, só é possível quando a igualdade de condições não for meramente formal. Tal exigência aproxima-o mais daquilo que ao longo dos séculos XIX e XX caracterizou-se como socialismo

independentes uns dos outros, rompendo com a cadeia hierárquica que os prendia, confere a cada um o gosto e a possibilidade de seguir sua própria vontade. Assim, aos poucos, a igualdade de condições - que suprime as hierarquias sociais - afeta a propriedade, os costumes, a opinião dos homens, e afeta, também, a esfera política. Pois, segundo Tocqueville, não é possível conceber que homens iguais uns aos outros permitissem que restasse entre eles um único ponto de desigualdade.

O segundo significado da palavra democracia é, então, soberania do povo, a qual deve ser entendida como uma forma política que se caracteriza por dar expressão à vontade dos cidadãos. Ou seja, a soberania do povo deve ser compreendida, segundo propõe Tocqueville, como a manifestação política de uma condição social igualitária, na qual ninguém está, por natureza, subordinado ao outro. Cada indivíduo constitui uma porção igual do soberano, pois, segundo Tocqueville, "cada um tendo um direito absoluto sobre si mesmo, resulta que a vontade soberana não pode emanar senão da união da vontade de todos" (ESPF. p. 944). A soberania do povo exige que os homens obedeçam a si mesmos (ou aos seus representantes), o que implica, em primeiro lugar, a independência de pensamento (no sentido de não estar submetido ou constrangido em relação a um outro homem ou à maioria de um povo) e a possibilidade de expressá-lo participando da tomada de decisão acerca do destino comum; e, em segundo lugar, implica que os homens possam agir visando realizar aquilo que conjuntamente decidiram, de modo que todos compartilhem o cuidado com o bem público. A soberania popular advém da idéia de cada indivíduo, e por conseqüência cada povo, ter o direito de livremente decidir e dirigir os seus próprios atos.

do que dos ideais liberais ou neoliberais. Ver a análise que Tocqueville faz da desigualdade entre ricos e pobres nas cidades industriais da Inglaterra: **VA**n. Oeuvre. p. 500 - 504.

A soberania do povo, entendida como manifestação política da igualdade social entre os homens, supõe que cada cidadão participe do espaço público. À diferença da igualdade de condições, que se impõe à revelia da vontade dos atores sociais, a liberdade não é uma dádiva, mas supõe o emprego da vontade e da ação de cada um. Ser livre significa fazer-se livre. Assim, a soberania do povo implica participação, pois, o que mais propriamente define a soberania, segundo Tocqueville, é "o direito de fazer as leis" (DA. T. I, parte 1, cap. 8, p. 137). Mesmo que os cidadãos possam escolher representantes para executarem as tarefas públicas, eles não podem abdicar de acompanhar e fiscalizar seus representantes sob pena de perderem a liberdade.

Não é preciso lembrar que o pensamento político de Tocqueville parte da análise dos estados existentes, de modo que, embora ele compartilhe com Rousseau a convicção de que a soberania, em última instância, pertence ao próprio povo,⁵⁸ o exercício da soberania do povo, para Tocqueville, só é possível por intermédio da divisão e da representação. Eis por que, segundo Tocqueville, a soberania do povo é, ao mesmo tempo, a manifestação de uma forma republicana de Estado - ou seja, todo poder pertence e emana do povo - e uma forma de governo, de modo que a soberania pode ser representada e dividida. Representada,⁵⁹ pois, embora o povo seja, em última instância, o titular do poder soberano e lhe caiba sempre a fiscalização, o exercício desse poder se dá por meio de

⁵⁸ Acerca dos Estados Unidos, Tocqueville (DA. T. I, parte 1, cap. 4, p. 62-63) afirma que "*a sociedade age sozinha sobre ela própria. Não existe poder a não ser no seio dela; quase nem mesmo se encontram pessoas que ousem conceber e, sobretudo, exprimir a idéia de ir procurá-lo em outra parte. O povo participa da composição das leis pela escolha dos legisladores e da sua aplicação pela eleição dos agentes do poder executivo; pode-se dizer que ele mesmo governa, tão frágil e restrita é a parte deixada para a administração, tanto se ressentem esta da sua origem popular e obedece ao poder de que emana. O povo reina sobre o mundo político americano como Deus sobre o universo. Ele é a causa e o fim de todas as coisas; tudo sai de seu seio e tudo se absorve nele*".

⁵⁹ "*A manutenção da forma republicana exigia que o representante do poder executivo fosse sujeito à vontade nacional. O presidente é um magistrado eletivo. A sua honra, os seus bens, a sua liberdade, a sua vida, respondem sem cessar ao povo pelo bom emprego que fará do seu poder. Ao exercer tal poder, não é, aliás, completamente independente: vigia-o o Senado nas suas relações com as potências estrangeiras assim como na distribuição dos empregos; de tal sorte que não pode ser nem corrupto nem corruptor. (...) O*

representantes eleitos para desempenharem as tarefas governamentais de elaboração, execução e julgamento das leis. E, ainda, a soberania pode ser dividida,⁶⁰ pois, a exemplo dos Estados Unidos, Tocqueville concebe que mais de um corpo governamental - legislando, executando ou julgando sobre objetos diferentes, porém complementares - pode, cada um na sua esfera de atuação, ser soberano. Em lugar de prejudicar a unidade do Estado, Tocqueville assegura que essa partilha da soberania a favorece, pois as diferentes instâncias representativas aproximam o objeto público do entendimento e do interesse dos cidadãos e facilitam o exercício da representação política e sua fiscalização.

Na América, o povo é o titular da soberania: apenas ele mesmo pode designar seus representantes, ou seja, "aquele que faz a lei e aquele que a executa; e constitui ainda o júri que pune as infrações à lei". Segundo Tocqueville, as instituições americanas são democráticas não apenas em seu "princípio", mas também em seus "desenvolvimentos". Assim, "ainda que a forma de governo seja representativa, é evidente que as opiniões, os preconceitos, os interesses e mesmo as paixões do povo não podem encontrar obstáculos duráveis que lhes impeçam de se produzirem na direção diária da sociedade" (DA. T. I, parte 2, cap. 1, p. 193). O modelo americano de soberania do povo coaduna-se, portanto, ao segundo significado que Tocqueville atribui à palavra democracia, pois, tendo o povo como fonte primeira, a soberania é representada por diversos corpos governamentais hierarquizados, compostos por grupos de cidadãos eleitos por seus pares para, temporariamente, desempenharem as tarefas públicas de legislar, executar e julgar em nome do interesse comum.

presidente foi transformado em representante único e exclusivo do poder executivo da União". DA. T. I, parte 1, cap. 8, p. 134; ver também: cap.5, p. 94-95.

⁶⁰ *"Trata-se de dividir a soberania de tal modo que os diferentes estados que formam a União continuassem a se governar por si mesmos em tudo o que não dissesse respeito senão à sua prosperidade interior, sem que a nação inteira, representada pela União, deixasse de formar um corpo e de prover a todas as suas necessidades gerais". DA. T. I, parte 1, cap. 8, p. 126. Ver também: p. 188-189.*

A agitação constante que o governo democrático introduz no mundo político e na sociedade civil em nada prejudica a estabilidade necessária para que os cidadãos possam gozar de liberdade e igualdade. Pelo contrário, a estabilidade exigida baseia-se fundamentalmente, segundo Tocqueville, no respeito que cada cidadão deve ter para com a lei. Isso não significa, contudo, que a vontade de cada um não possa ser divergente da vontade da maioria. Tocqueville não nega aos cidadãos (como indivíduos ou como comunidade) o direito de discordarem,⁶¹ pois, em um estado no qual reina a soberania do povo, as leis procedem da vontade da maioria dos cidadãos, não da vontade unânime; contudo, isso não determina que as vontades discordantes devam romper com a vontade majoritária. A tolerância e o respeito às posições divergentes estão na base de um estado democrático dinâmico, para o qual a participação de todos e a reciprocidade são condições fundamentais. Tocqueville afirma que cada cidadão tem uma espécie de interesse pessoal em que todos obedeçam às leis, pois quem compartilha da posição minoritária num aspecto da vida pública pode fazer parte da maioria noutro aspecto e, se deseja o respeito dos demais a essa posição, precisa, do mesmo modo, respeitar as posições minoritárias de que não compartilha. Assim, como não há igualdade material real entre os cidadãos, também não deve haver identidade de interesses e opiniões no estado democrático. Pelo contrário, a soberania do povo, como manifestação da liberdade dos cidadãos, supõe divergências e antagonismos, os quais caracterizam a individualidade de cada um. O temor de Tocqueville é justamente a extinção das diferenças. A identidade de opiniões implica a

⁶¹Esta idéia transparece de modo suave no elogio que Tocqueville faz ao "*amor paternal*" que os americanos sentem pelas leis que os regem, na medida em que reconhecem nelas a sua própria vontade e sabem que podem mudá-las caso lhes seja conveniente. E reaparece, de modo mais veemente, quando ele reivindica uma lei geral de justiça como "*limite do direito de cada povo*". **DA**. T. I, parte 2, cap. 6, p. 276 e cap. 7, p. 288.

despersonalização do homem, o que significa a aniquilação da capacidade de pensar e agir por si mesmo.⁶²

A partir da análise dos dois significados principais que Tocqueville atribui à palavra democracia, igualdade de condições e soberania do povo, podemos compreender que, embora esses termos estejam em estreita relação, "não são análogos" (DA. T. I, parte 1, cap. 3, p. 50, nota a): a igualdade de condições é uma forma da sociedade, a soberania do povo é a expressão política da forma social baseada na igualdade de condições. Esta depende de um ato voluntário dos homens, enquanto aquela avança mesmo que os homens não ajam intencionalmente nesse sentido.

Em **O Antigo Regime e a Revolução**, Tocqueville mostra que a Revolução Francesa deveu-se a uma série de causas econômicas, sociais e políticas que enraizavam-se em práticas e costumes muito antigos, admitindo, portanto, que a ação do homem, e não a sua vontade, determinou o processo revolucionário que transformou o Estado. A democracia, entendida como estado social, é um fato providencial, e, portanto, inevitável: à revelia da vontade dos homens, cada vez mais se faz presente nas sociedades humanas. Em contrapartida, o exercício da soberania depende, fundamentalmente, da vontade dos homens.

Se liberdade e igualdade não são análogos, tampouco há contradição entre os dois significados da palavra democracia: por estado social democrático compreende-se que se estabelece uma tal igualdade entre os homens de forma que nenhum cidadão está obrigado

⁶² Devemos admitir que Tocqueville distancia-se de Rousseau, para quem as diferenças privadas desaparecem quando do enunciado da vontade geral, a qual revela a vontade una do corpo que todos devem obedecer em nome de sua própria liberdade. Tocqueville teme profundamente que a unicidade do corpo possa redundar em opressão de uma parcela minoritária ou desprivilegiada da população. Ele salienta, portanto, o benefício da diversidade. A vontade do corpo como um todo será sempre parcial e provisória devendo ser continuamente revista. Longe de expulsar o conflito do âmbito do Estado, ele o supõe. Nesse sentido, o pensamento de Tocqueville está na base do pensamento democrático contemporâneo, que reconhece no pluralismo e na tolerância as condições fundamentais da democracia. Ver: LEFORT. 1991. p. 23-36; TOURAINE. 1996.

a obedecer ou a submeter a sua vontade à vontade de outro, exceto quando este for um agente da soberania do povo; e por soberania do povo compreende-se que cada cidadão participa, diretamente ou por intermédio de representantes, da tarefa política de legislar, executar e julgar em vista do interesse coletivo. Se o vir-a-ser da igualdade de condições transformou a liberdade - que antes era privilégio de alguns - em direito comum a todos os homens, Tocqueville afirma que os homens não podem tornar-se absolutamente iguais sem ser inteiramente livres. Isso significa, mais precisamente, que não pode haver uma perfeita igualdade social enquanto não houver uma inteira liberdade política. Ou seja, liberdade e igualdade exigem-se mutuamente.

Desse modo, concordamos com Manent, que afirma ser a definição social e a definição política da palavra democracia apenas dois modos diferentes de dizer a mesma coisa. Implicando, portanto, que "a distinção entre a sociedade civil e a instituição política não é fundamental", visto que não se distinguem uma da outra senão "para realizar um mesmo projeto (...) que envolve a maior parte das ações humanas" (MANENT. 1987. p. 226).⁶³ Apenas quando todos os cidadãos desempenharem suas responsabilidades políticas, ninguém mais estará sujeito à vontade de outrem, de modo que haverá, então, uma perfeita harmonia entre a liberdade e a igualdade. É para esse ideal que os povos democráticos tendem, segundo acredita Tocqueville. Assim, embora a igualdade de condições não seja análoga à soberania popular, de nenhum modo isso significa que, num estado democrático, possam ser separadas; pelo contrário, liberdade e igualdade devem ser entendidas como necessariamente complementares.

Ao iniciar esta seção, porém, indiquei perceber, na obra de Tocqueville, que nem sempre ele aplica a palavra democracia a uma situação de convergência entre um estado

social de igualdade de condições e um estado político de liberdade. Tocqueville não afasta de seu horizonte a possibilidade de que a igualdade se estabeleça no seio da sociedade civil sem, contudo, manifestar-se politicamente: "a igualdade pode se estabelecer na sociedade civil e não reinar no mundo político" (DA. T. II, parte 2, cap. 1, p. 608), pois liberdade e igualdade são duas coisas distintas. A liberdade não se liga a um determinado estado social, podendo ser encontrada em diferentes momentos e sob diferentes formas. Em contrapartida, a igualdade de condições é a característica própria do estado social democrático.

Contudo é preciso ter claro que, embora Tocqueville afirme que a igualdade de condições pode estabelecer-se na sociedade civil e não reinar no mundo político, isso não significa haver democracia política, a qual se caracteriza fundamentalmente pela soberania do povo. Há uma anotação datada da época em que Tocqueville estava redigindo **O Antigo Regime e a Revolução**, na qual afirma que o sentido das palavras democracia, instituições democráticas e governo democrático "está intimamente ligado à idéia de liberdade política. Dar o epíteto de governo democrático a um governo onde a liberdade política não se encontra é um absurdo palpável, seguindo o sentido natural das palavras" (ARR. Oeuvres Complètes. T. II, vol. 2, p. 198-199). Se Tocqueville afirma que o estado social democrático pode conduzir a uma situação política despótica, devemos ter claro que ele não tem a intenção de atribuir a dignidade de democrático ao despotismo. Pois, por si mesmo, o despotismo é contrário à democracia.⁶⁴

O avanço da igualdade de condições, na medida em que extingue as diferenças sociais e confere a cada indivíduo o direito de pensar e agir por si mesmo, implica a

⁶³ Manent afirma, ainda, que a interpretação tocquevilliana da democracia americana, a partir de uma unidade entre a sociedade civil e a instituição política, o conduziu a "*pôr em causa as categorias fundadoras da doutrina liberal*".

⁶⁴ Ver: ARON. 1976.

liberdade. Entretanto, é também em vista da igualdade que o homem se torna independente de cada um de seus concidadãos, ficando isolado e despreparado para o uso adequado de sua liberdade, sucumbindo facilmente ou diante da ação da maioria, ou sob o poder tutelar do Estado. Se o estado social democrático é compatível com um regime político despótico, isso se deve a um descompasso existente entre a liberdade e a igualdade.

3.2 A Paixão pela Igualdade

Aqui nos interessa é compreender quais são, segundo Tocqueville, as causas do descompasso constados entre os dois significados da palavra democracia, igualdade de condições e soberania do povo, ou, de modo mais genérico, entre a igualdade e a liberdade.

Ainda que Tocqueville distinga liberdade e igualdade, ele não nos autoriza a inferir que tudo aquilo que as diferencie as oponha também. Não é sua intenção imputar ao vir-a-ser da igualdade de condições, que depende diretamente da Providência Divina, a responsabilidade de dificultar o desenvolvimento da liberdade política. Longe disso, o vir-a-ser da igualdade, na medida em que suprime as barreiras que fixavam cada um em seu lugar, estende a liberdade a todos os homens. A causa do descompasso entre a liberdade e a igualdade, Tocqueville atribui ao próprio homem, pois afirma que o gosto dos homens pela igualdade e pela liberdade são, em todas as épocas, "coisas distintas", porém nos povos democráticos são "coisas desiguais".⁶⁵ Embora Tocqueville não esclareça por que coisas

⁶⁵ Há um nítido contraste no texto de Tocqueville, no que diz respeito ao gosto que os homens têm pela liberdade e pela igualdade, vale a pena citar toda a frase: "*O gosto que os homens têm pela liberdade e aquele*

que eram apenas distintas tornam-se desiguais em um estado social democrático, vale a pena investigarmos.

A chave para compreender essa transformação implica compreender como Tocqueville articula duas idéias fundamentais acerca do estado social democrático: em primeiro lugar, ele se vale da concepção providencial da igualdade de condições como um fato irreversível contra o qual não adianta resistir ou opor-se; nada escapa ao desígnio Divino. O estado social igualitário avança impondo-se como um fato singular e característico de uma nova e irreversível forma de sociedade.⁶⁶ E, partindo desse fato primeiro, Tocqueville afirma, em segundo lugar, o domínio deste sobre todos os acontecimentos particulares e sobre o próprio homem, baseando-se na idéia de que, em cada época, há um fato singular e dominante ao qual todos os demais estão vinculados. A igualdade de condições, característica dos tempos democráticos, invade todos os domínios da vida humana, dando origem a uma paixão à qual os homens aderem irrefletidamente. Ou seja, a igualdade de condições aparece como o valor dominante da sociedade igualitária. Enquanto dominante, a igualdade de condições faz nascer entre os homens um "pensamento mãe ou paixão principal" (DA. T. II, parte 2, cap. 1, p. 608) pela igualdade, que pode preencher completamente o coração humano.⁶⁷

Segue-se, como consequência direta, que a origem da difícil relação entre a igualdade e a liberdade pode ser encontrada numa espécie de adesão espontânea e

que sentem pela igualdade são, de fato, duas coisas distintas, e eu não temo acrescentar que, nos povos democráticos, são duas coisas desiguais". DA. T. II, parte 2, cap. 1, p. 608.

⁶⁶ Ver: DA. T. II, parte 2, cap. 1. Ver também: FURET. 1980 - 1981. p. 609-613; LEFORT. 1991. p. 227-233; QUIRINO. 2001. p. 69.

⁶⁷ Tocqueville, cujos argumentos são bem fundamentados a partir da análise das sociedades existentes e de um raciocínio logicamente encadeado, parece pouco convincente quando tenta explicar a origem da paixão democrática pela igualdade em detrimento da liberdade. Ele afirma na DA. T. II, parte 2, cap. 1, p. 609: "*Não me perguntam que singular encanto encontram os homens das épocas democráticas em viver iguais, nem as razões particulares que podem ter para apegar-se tão obstinadamente à igualdade mais do que aos outros bens que a sociedade lhes oferece: a igualdade forma o carácter distintivo da época em que vivem; basta isso para explicar que a preferem a todo o resto*" (o grifo é meu).

irrefletida dos indivíduos ao valor supremo da sociedade. Numa sociedade na qual a igualdade se impõe, penetrando em todas as relações entre os indivíduos, segundo Tocqueville, os homens não apenas se submetem a essa condição social, mas aderem a ela, estão convictos das vantagens que o estado social igualitário pode lhes oferecer. Uma vantagem material, riqueza, bem-estar - uma vantagem mesquinha segundo o julgamento de Tocqueville.

Tal vantagem material está de acordo com a tendência natural que leva os homens dos tempos democráticos à busca incondicional da realização de seus próprios interesses. Isso não significa, no entanto, que eles não amem a liberdade. Pelo contrário, Tocqueville observa uma outra tendência, também natural aos homens que vivem em um estado social marcado pela igualdade de condições, que os faz seguirem suas próprias convicções, levando-os a subtraírem-se à autoridade e sugerindo-lhes o amor à liberdade.⁶⁸ Entretanto, há uma assimetria entre essas duas tendências. Se Tocqueville afirma que os homens almejam a igualdade dentro da liberdade, reconhece, porém, que a paixão ardente e insaciável pelo bem-estar material pode prejudicar o equilíbrio das convicções e do julgamento de cada um:

"Não se diga nunca aos homens que, entregando-se assim cegamente a uma paixão exclusiva, comprometem os seus mais caros interesses; são surdos. Não se lhes mostre a liberdade que foge de suas mãos enquanto olham noutra direção, estão cegos; ou melhor, só percebem em todo o universo, um único bem digno de ser desejado" (DA. T. II, parte 2, cap. 1, p. 610).

O amor à igualdade é o traço distintivo desses tempos e suficiente para fazer os homens mudarem de opinião junto com a mudança da fortuna, tal como Tocqueville observou na América. Ele conta que, em um remoto distrito da Pensilvânia, nos Estados

Unidos, foi surpreendido pela noite precisando, então, pedir abrigo a um rico plantador. Este, por coincidência, era francês e havia sido, 40 anos atrás, um importante revolucionário cujo nome havia ficado na história. Conversando com esse homem - que quando pobre era um grande "nivelador, mas que tornando-se rico falava do direito à propriedade como um "proprietário" (DA. T. I, parte 2, cap. 9, p. 329) - Tocqueville afirma ter-se dado conta da enorme influência que o bem-estar material exerce sobre o julgamento humano.

Embora Tocqueville não atribua diretamente ao vir-a-ser do estado social democrático o descompasso entre a liberdade e a igualdade, devemos admitir, pelo menos de modo indireto, que tal descompasso enraíza-se nele, pois é justamente a igualdade de condições que faz nascer nos homens dos séculos democráticos a mais viva e ardente de suas paixões: "o amor a esta mesma igualdade" (DA. T. II, parte 2, cap. 1, p. 607). A paixão que os homens professam pela igualdade corresponde diretamente àquilo que eles acreditavam que a sociedade democrática pode lhes oferecer de modo seguro. É como se uma espécie de "encanto em viver iguais" (DA. T. II, parte 2, cap. 1, p. 609) tomasse conta da sociedade. Esses homens espontaneamente aceitam e desejam a igualdade, a qual, em vista da sua inevitabilidade, aparece como o fato dominante ou o valor supremo dessa sociedade.

A paixão pela igualdade, entretanto, não é, *a priori*, um mal, pois, não devemos esquecer, o apego que os homens dos tempos democráticos têm pela igualdade leva-os a reconhecer para todos os demais o igual direito de agir e pensar por si mesmos. Nesse sentido, o problema, verdadeiramente, não é ainda a paixão pela igualdade, posto que os povos democráticos a amam permanentemente; segundo afirma Tocqueville, o problema é

⁶⁸ Ver: DA. T. II, parte 4, cap. 1.

o caráter desmedido dessa paixão. Tocqueville observou, na França revolucionária, que, no momento em que as barreiras da desigualdade social são destruídas, os homens apegam-se de modo ainda mais fervoroso à igualdade, temendo sempre voltar a perdê-la.

Entretanto, ainda que Tocqueville conceba que o estado social democrático avance como um fato inelutável, não se segue, segundo ele, que os homens estejam autorizados a esperar um estado de total igualdade de condições. A concepção tocquevilliana de estado social de igualdade de condições, elaborada pela análise dos Estados existentes, refere-se a um Estado no qual os homens compartilham um sentimento recíproco de igualdade, visto que não há qualquer submissão natural entre os indivíduos, e uma certa semelhança de condições sociais entre os cidadãos, apesar das desigualdades de riquezas, de posição social, de inteligências.

Tocqueville sabe que, por mais que um povo se esforce para aniquilar com toda desigualdade social, "jamais chegará a tornar as condições perfeitamente iguais no seu seio" (DA. T. II, parte 2, cap. 13, p. 651). A simples possibilidade de que a igualdade se estabeleça entre os indivíduos cria a expectativa de uma igualdade plena; mas esta permanece sempre como uma promessa não realizada, sempre como uma possibilidade no horizonte da sociedade. Nesse sentido, devemos compreender, a paixão pela igualdade se fortalece e vivifica em vista da impossibilidade real de realização de uma plena igualdade de condições.

A igualdade - como a paixão própria do estado social democrático, mas que, por definição, não se realiza jamais - introduz uma dissociação entre a paixão pela igualdade compartilhada pelos homens dos tempos democráticos, e o pleno gozo da igualdade de condições. Nessa dissociação, que aparece aos homens de um modo muito mais brutal

quando as grandes desigualdades são abolidas, enraíza-se o caráter desmedido da paixão democrática pela igualdade.⁶⁹

Assim, no momento de transição de uma sociedade aristocrática para uma sociedade democrática, o desejo de igualdade confrontado com as múltiplas desigualdades ainda existentes, faz com que, segundo Tocqueville, "a menor dissemelhança pareça chocante no seio da uniformidade geral, a sua visão torna-se mais insuportável na medida em que a uniformidade é mais completa" (DA. T. II, parte 4, cap. 3, p. 813). Eis por que, para os revolucionários franceses, não bastava a instituição de uma nova ordem política baseada na igualdade de condições sociais e no livre exercício dos direitos políticos de todos os membros da coletividade: era necessário aniquilar a ordem anterior, varrer do cenário toda desigualdade, toda hierarquia e submissão. Não bastava instaurar um governo republicano, era necessário matar o rei, e os nobres, e os simpatizantes, e todos aqueles que pudessem parecer simpatizantes.

Certamente, a adesão irrefletida dos homens a este caráter distintivo dos séculos democráticos pode ser considerada a causa fundamental, de acordo com o raciocínio apresentado por Tocqueville, do descompasso entre os dois significados de democracia. Contudo, ele aponta ainda para a existência de outras razões que, "**em todos os tempos**" (DA. T. II, parte 2, cap. 1, p. 609),⁷⁰ levam os homens a preferirem a igualdade em lugar da liberdade. Certamente Tocqueville não pretende que nas sociedades aristocráticas os homens almejem a igualdade, porém essas outras razões não são próprias ao Estado democrático. Elas ocorrem em todos os tempos (mesmo numa sociedade aristocrática), e baseiam-se, sobretudo, na percepção de maior vantagem para si mesmo, levando-nos a

⁶⁹ Ver: FURET. 1980 - 1981. p. 609-613; LEFORT. 1997. p. 39-40.

⁷⁰ O grifo é meu.

concluir que, segundo os argumentos de Tocqueville, os homens podem, sempre, encontrar mais razões para preferirem a igualdade do que a liberdade.

A principal razão da preferência que os homens de todos os tempos têm pela igualdade não se deve a um apego à igualdade por ela mesma, mas porque, enquanto a liberdade parece sempre fugir de suas mãos, eles se apegam à igualdade "porque crêem que ela deve durar para sempre" (DA. T. II, parte 2, cap. 1, p. 609). Tocqueville afirma ser sempre mais acessível aos homens em geral a percepção das vantagens que a igualdade pode produzir na vida dos particulares e as desvantagens que os excessos de liberdade podem trazer à tranquilidade e ao patrimônio de cada um. Rompida a rígida cadeia hierárquica (que mantinha os homens numa situação de profunda desigualdade, que não apenas lhes impedia o acesso aos direitos políticos, mas também condenava a maior parte dos indivíduos a uma vida miserável), os pequenos prazeres cotidianos que a igualdade de condições proporciona aos homens lhes parecem sublimes. A liberdade política, fonte permanente de instabilidade e agitação, produz no espírito desses indivíduos, apegados aos prazeres materiais, o profundo temor de perdê-los. Por outro lado, os bens que a liberdade proporciona, assim como os males produzidos pela igualdade, quando esta penetra em todos os domínios da vida do indivíduo, despersonalizando-o, só se tornam perceptíveis ao longo do tempo, não podendo ser sentidos imediatamente na vida diária dos homens. A sociedade igualitária, na medida em que isola os indivíduos, os enfraquece. O prazer de dirigir o próprio destino, tão pouco presente quando os homens estão mais ocupados com seus negócios privados do que com a determinação do bem público, pouco a pouco desvanece.

O apego à igualdade - que Tocqueville observa nos homens de todos os tempos - é, no entanto, sempre mais forte nos tempos democráticos. Por um lado, a adesão espontânea ao valor supremo da sociedade, o qual aparece aos indivíduos como uma promessa que

jamais se realiza plenamente, mas cujas vantagens lhes são evidentes, faz com que a paixão pela igualdade cresça com o próprio desenvolvimento da igualdade de condições. Por outro lado, o esforço contínuo exigido de cada um para, pelo exercício da liberdade política, assegurar o consenso público, assim como a dificuldade de percepção das vantagens da participação de todos os cidadãos no processo de decisão do destino comum, e a instabilidade social resultante, fazem com que os homens facilmente abram mão do exercício da liberdade.

É no julgamento errôneo, e não no desprezo pela liberdade, que, segundo Tocqueville, tem origem o descompasso entre os dois significados do termo democracia, a igualdade de condições e a soberania do povo. Eis por que, no estado democrático, a liberdade é sempre mais frágil do que a igualdade: esta vincula-se essencialmente à natureza do estado social democrático; aquela depende de um julgamento equilibrado, da vontade e da ação dos homens. A arte política, difícil em qualquer estado social - posto que implica os homens se entenderem sobre o que há de comum a todos eles e assumam as responsabilidades decorrentes da sua decisão, de acordo com a análise Tocqueville, é ainda mais difícil na democracia.

Certamente, a igualdade e a liberdade são inseparáveis como qualificativos do estado democrático; entretanto a diferença entre ambos, ou a diferença entre a natureza e a arte da democracia, se traduz pela distinção que Tocqueville observa, tanto nos Estados Unidos quanto na França, entre a democracia como estado social de igualdade de condições, à qual os homens aderem espontaneamente, e a democracia como o conjunto de instituições políticas livres,⁷¹ uma possibilidade à mercê da inteligência, da vontade e da ação dos homens. É no diferente apego dos homens à igualdade e à liberdade que reside a

⁷¹ Ver: MANENT. 1987. p. 240.

dificuldade do Estado democrático, ou seja, que reside o descompasso entre a igualdade de condições e a soberania do povo.

Tomando como pontos de referência os Estados Unidos e a França, Tocqueville afirma que, no primeiro, a paixão pela igualdade - estando menos estimulada em vista do privilegiado acaso de sua colonização⁷² por homens que se acreditavam iguais - permitiu aos americanos melhor harmonizarem a igualdade de condições com a soberania do povo. Não que o apego dos americanos à igualdade seja menor do que o dos franceses; se ele é menos intenso é porque se estende amplamente por toda sociedade, penetrando profundamente na consciência de cada um. Na América, as leis reconhecem a todos o direito de pensarem por si mesmos e de participarem do processo de decisão sobre o destino comum, sem qualquer constrangimento em relação a um outro homem, manifestando politicamente uma condição social igualitária, na qual ninguém está, por natureza, subordinado ao outro, ainda que a cada um se faça sentir sua subordinação à maioria do povo. Na França, por outro lado, as lembranças e os ressentimentos deixados pela desigualdade social estão vivos na memória de cada cidadão, instigando-o a uma busca, apaixonada e permanente, de bem-estar material, que o conforte das necessidades passadas. O entendimento com o outro - antes um concorrente do que um concidadão - torna-se uma tarefa pesada desviando-o daquilo que ele acredita ser seus verdadeiros interesses; a busca ardente da igualdade de condições o absorve de tal modo que o exercício público da liberdade já pouco lhe importa. O descompasso entre a igualdade de condições e a soberania do povo faz com que esses homens busquem a liberdade "por impulsos rápidos e esforços súbitos" (DA. T. I, parte 1, cap. 3, p. 59), resignando-se facilmente se não a alcançam; a paixão pela igualdade, em contrapartida, é "ardente,

⁷² Ver: DA. T. II, parte 2, cap. 3, p. 615.

insaciável, eterna, invencível: desejam a igualdade dentro da liberdade, e, se não a podem obter, ainda a desejam na escravidão" (DA. T. II, parte 2, cap. 1, p. 611).

3.3 As Conseqüências da Paixão

Ainda que a liberdade não possa prescindir da igualdade, o desmedido da paixão pelo bem-estar material age, no indivíduo, fragilizando a clareza de seu julgamento. Isolado de seus concidadãos e ofuscado por sua mesquinhez, renuncia à liberdade. As conseqüências de tão ardente paixão são fortemente perniciosas ao Estado democrático. Ou os dois significados de democracia estão vinculados, ou não podemos falar propriamente de democracia. Sempre que a paixão dos homens pela igualdade de condições se sobrepuser ao gosto pela liberdade, as conseqüências previstas por Tocqueville são a servidão política e a degradação da condição humana.

3.3.1 A Aniquilação da Individualidade e a Tirania da Maioria

O forte fascínio de Tocqueville pelos Estados Unidos, que transparece no texto do primeiro tomo de **A Democracia na América**, escrito logo após o regresso de sua viagem, não lhe impediu de fazer uma análise crítica e equilibrada da democracia lá existente.⁷³ Ainda que Tocqueville reconheça uma grande diferença entre a situação social e política da

França e dos Estados Unidos - posto que afirma o privilégio dos americanos em relação aos franceses, pelo fato de já terem nascido iguais - ele não desconhece uma permanente tensão entre a igualdade de condições e a soberania do povo no Estado americano.

Na frase com que inicia a introdução ao primeiro tomo de **A Democracia na América**, Tocqueville afirma que dentre todos os objetos novos que atraíram sua atenção, durante sua permanência nos Estados Unidos, nada lhe impressionou mais do que a igualdade de condições lá existente.⁷⁴ Esta sua posição inicial é confirmada e melhor apresentada ao longo deste primeiro tomo, mas, sobretudo, no segundo e terceiro capítulos da primeira parte, os quais ele dedica diretamente à análise da situação social dos anglo-americanos.

Segundo Tocqueville, a situação social americana, radicalmente democrática, está ligada às circunstâncias de sua colonização.⁷⁵ Tocqueville observou, entre os imigrantes ingleses que foram se estabelecer no novo continente, uma igualdade muito grande. Eram todos de um mesmo povo, falavam a mesma língua, viviam os mesmos acontecimentos políticos e religiosos, aprendendo, desse modo,

"os princípios da verdadeira liberdade", [pois, segundo Tocqueville,] "na época das primeiras imigrações, o governo comunal, esse fecundo germe das instituições livres, já penetrara

⁷³ A análise tocquevilliana da democracia norte-americana lhe valeu os mais diversos elogios em vista do modo claro e perspicaz pelo qual Tocqueville descreveu o estado social e político e apontou os problemas lá existentes. Ver: JARDIN. 1989. p. 224 - 230; ver, também, DÍEZ DEL CORRAL. 1989. p. 393 - 402.

⁷⁴ Vale lembrar que, se Tocqueville inicia **DA** chamando atenção à igualdade lá existente, ele refere-se à situação dos imigrantes ingleses. Isso não significa que ele desconheça a problemática relação baseada na desigualdade e inimizade entre brancos, índios e negros. Ele afirma, entretanto, que tal problema, embora vinculado ao seu assunto, não faz parte dele: "*são americanos sem ser democráticos, e foi sobretudo o retrato da democracia que desejei fazer*" (T. I, parte 2, cap. 10, p. 367). Com essa afirmação, Tocqueville introduz o longo capítulo final do primeiro tomo de **DA**, no qual ele denuncia a tirania e a miséria a que estão submetidos os negros e os índios e adverte que tal situação constitui-se como uma grande ameaça ao futuro da democracia americana.

⁷⁵ No segundo capítulo, Tocqueville faz uma analogia entre a infância de uma criança e a de uma nação, para dizer que, em ambos os casos, as marcas dos primeiros tempos são indelévels: "*Os povos guardam sempre as marcas de sua origem. As circunstâncias que acompanharam o seu nascimento e serviram ao seu desenvolvimento influem sobre todo o resto da sua existência*". **DA**. T. I, parte 1, cap. 2, p. 29-30.

profundamente no hábito dos ingleses e, com ele, o dogma da soberania do povo se introduzira no próprio seio da monarquia dos Tudors" (DA. T. I, parte 1, cap. 2, p. 31).

Tocqueville argumenta que a igualdade de condições e o gosto pela liberdade - característicos dos imigrantes ingleses que colonizaram os Estados Unidos - impediram qualquer relação de subordinação ou subserviência entre eles. Ora, as consequências políticas de uma situação tão igualitária são, segundo Tocqueville, "fáceis de deduzir" (DA. T. I, parte 1, cap. 3, p. 58): a igualdade que reina no mundo social reina também no mundo político. Afinal, homens que se consideram iguais em tudo o mais não aceitariam a desigualdade política.⁷⁶ Não havia qualquer preponderância de uns sobre os outros; nenhuma influência de famílias ou de grupos, por menos durável que fosse, se fazia presente nessa sociedade.

Tocqueville não poupa elogios ao estado democrático americano, no qual um feliz acaso tornou possível, ao mesmo tempo, a igualdade de condições e a soberania do povo. Entretanto Tocqueville parte do suposto que, em estados nos quais o povo é o soberano, a maioria do povo governa absolutamente: "fora da maioria, nas democracias, não há coisa alguma que subsista" (DA. T. I, parte 2, cap. 7, p. 282).⁷⁷ Desse modo, Tocqueville denuncia o principal perigo ao qual a democracia americana está sujeita: o império absoluto da maioria que impede a livre expressão do pensamento de cada um. Tocqueville

⁷⁶ Segundo Tocqueville, a igualdade política é possível de dois modos distintos: ou concedendo os direitos políticos a todos, ou não os concedendo a ninguém. Embora as consequências políticas sejam opostas entre si, ambas podem ter origem na mesma situação social. Certamente, no que diz respeito à situação particular dos Estados Unidos, Tocqueville afirma que a feliz coincidência entre as circunstâncias sociais, as origens e os costumes lhes permitiram fundar e manter a soberania do povo.

⁷⁷ Esta frase pode nos parecer ambígua, pois sabemos que Tocqueville reconhece que a legitimidade das decisões numa democracia assenta-se na vontade da maioria, entretanto, e este é o perigo ao qual Tocqueville se refere, a maioria pode ser tirânica. O reconhecimento dessa ambivalência é muito angustiante para Tocqueville, de modo que seu esforço será, não no sentido de impedir a maioria (coisa que ele sabe ser impossível), mas de instruí-la.

não pretende afirmar, com isso, que não haja uma ampla discussão de todo e qualquer assunto nos Estados Unidos; pelo contrário, ele diz não conhecer nenhum outro país no qual se possa propor qualquer idéia (mesmo política ou religiosa) tão livremente. Entretanto ele chama a atenção para o fato de que liberdade de discussão não é o mesmo que independência de espírito.⁷⁸ Não que fosse proibido ao cidadão americano expressar qualquer idéia oposta àquela aceita pela sociedade em geral. Porém, analisando a liberdade de pensamento e expressão de um escritor norte-americano, ele afirma:

"antes de publicar suas opiniões, acreditava ter partidários; parece-lhe que não mais os tem, agora que se descobriu diante de todos; pois aqueles que o censuram por se expressar altivamente, e aqueles que pensam como ele, sem ter a sua coragem, se calam e se afastam. Ele cede, vencido afinal pelo esforço de cada dia, e cai no silêncio, como se sentisse remorso por ter dito a verdade" (DA. T. I, parte 2, cap. 7, p. 293).

Assim, conclui Tocqueville, se, por acaso, alguém contrariar diretamente a posição aceita pela maioria da sociedade, estará indispondo-se com um sutil inimigo: não sofrerá crueldades físicas, não confiscarão seus bens, não o impedirão de viver seu dia-a-dia, mas passará a ser um estranho na comunidade, completamente insignificante. Os monarcas absolutos das antigas sociedades aristocráticas apenas pela força física conseguiam submeter os homens, mas seus golpes só atingiam o corpo, a alma humana elevava-se convicta e gloriosa acima de todo suplício. A maioria de um povo, segundo Tocqueville, não suplicia o corpo, mas aniquila a alma.

Tocqueville teme que as instituições políticas do estado democrático não encontrem os mecanismos necessários para permitir a cada um pensar, julgar e agir por si mesmo. Isso não significa, entretanto, que "algumas crenças dogmáticas não lhes sejam indispensáveis",

⁷⁸ Ver: DA. T. I, parte 2, cap. 7, p. 292.

pois, afirma Tocqueville: "não há sociedade que possa prosperar sem crenças semelhantes; ou melhor, não há sociedades que subsistam assim; pois, sem idéias comuns não há ação comum, e sem ação comum ainda existem homens, mas não um corpo social" (DA. T. II, parte 1, cap. 2, p. 519-520). Resta saber em que se fundamentam tais crenças, no Estado democrático.

Tomando como exemplo os Estados Unidos, Tocqueville afirma que num estado social igualitário, no qual não há qualquer ascendência política, intelectual, econômica ou moral de uns sobre os outros, que possa criar tradições ou autoridade sobre os indivíduos, cada um acredita encontrar tão-só na sua própria razão os critérios para todo julgamento. Os americanos, argumenta Tocqueville, embora não leiam as obras de Descartes, melhor do que nenhum outro povo seguem as suas máximas, pois a igualdade de condições "naturalmente" os dispõe a adotá-las, uma vez que todos os americanos, segundo observa, dirigem o espírito do mesmo modo e segundo as mesmas regras:

"fugir ao espírito de sistema, ao jugo dos hábitos, às máximas de família, às opiniões de classe e, até certo ponto, aos preconceitos de nação; só aceitar a tradição como uma informação e os fatos presentes como uma útil lição para fazer de outra e melhor forma; procurar sozinho e em si mesmo a razão das coisas; tender ao resultado sem se deixar prender aos meios e visar o fundo através da forma" (DA. T. II, parte 1, cap. 1, p. 513).

Ainda que a independência de cada um pensar e julgar por si mesmo seja um suposto da democracia, isso não significa que Tocqueville considere os homens capazes de julgar por si mesmos todas as idéias e valores de que precisam, posto que "se esgotariam em demonstrações preliminares sem avançar". Uma "lei inflexível" (DA. T. II, parte 1, cap. 2, p. 519) da condição humana impõe que cada um creia em um milhão de coisas por fé em outrem. Então, o problema posto para homens que vivem num estado social igualitário, no qual ninguém tem qualquer ascendência sobre os demais, é saber como se constitui uma

autoridade com base na qual os homens possam exercer o seu julgamento. Fragilizados pela crença excessiva em si mesmos, que os isola e os afasta de seus concidadãos, não reconhecem a nenhum homem ou grupo capaz de se diferenciar qualquer ascendência ou autoridade. Nessa sociedade de homens iguais e isolados, é a semelhança, afirma Tocqueville, que fornece ao julgamento de cada um a garantia de sua validade. A fonte da autoridade é encontrada, portanto, na opinião do maior número.

A principal censura de Tocqueville ao estado democrático, tal como se encontra organizado nos Estados Unidos, é a "força irresistível" (DA. T. I, parte 2, cap. 7, p. 290) da opinião da majoritária e, por consequência, a pouca garantia que os indivíduos têm contra a força opressora da maioria. Nesse sentido é bastante ilustrativo o diálogo que Tocqueville teve com um habitante da Pensilvânia:

" 'Explique-me por favor como, em um Estado fundado por quakers e conhecido pela sua tolerância, os negros alforriados não são admitidos a exercer os direitos de cidadãos. Pagam imposto, não é justo que votem?' 'Não nos faça injúria - respondeu-me ele - de acreditar que nossos legisladores tenham cometido tão grosseiro ato de injustiça e intolerância.' 'Então, em seu Estado os negros têm direito de votar?' 'Sem a menor dúvida.' 'Então, como se explica que, no colégio eleitoral, esta manhã, não percebi sequer um na assembléia?' 'Isso não é culpa da lei - retrucou-me o americano; - os negros têm, na verdade, o direito de se apresentar às eleições, mas se abstêm voluntariamente de comparecer.' 'Isso é muita modéstia da parte deles.' 'Oh, não é que se recusem a ir, mas que temem ser ali maltratados. Entre nós ocorre faltar força à lei quando a maioria não a apóia. Ora, a maioria está imbuída dos maiores preconceitos contra os negros, e os magistrados não sentem a força de garantir a estes os direitos que o legislador lhes conferiu.' 'Com efeito! A maioria, que tem o privilégio de fazer a lei, quer ter ainda o de desobedecer à lei?' " (DA. T. I, parte 2, cap. 7, p. 290, nota).

Tocqueville teme que a igualdade de condições, assemelhando os homens entre si, faça com que cada cidadão (semelhante a todos os demais) perca-se na multidão, e não perceba senão "a imagem vasta e magnífica do próprio povo", pois o estado social

igualitário favorece uma "opinião muito elevada dos privilégios da sociedade e uma idéia muito humilde dos direitos do indivíduo" (DA. T. II, parte 4, cap. 2, p. 809). Se a igualdade de condições faculta a cada um a possibilidade de pensar por si mesmo, propiciando uma ampla discussão, essa mesma igualdade permite, também, que chegando a maioria a uma decisão, as minorias já não podem contrapor-se a ela. Pois, acreditam os homens dos tempos democráticos, segundo Tocqueville, "há mais conhecimentos e mais sabedoria em muitos homens reunidos do que em um só" (DA. T. I, parte 2, cap. 7, p. 284). Cada um é levado a crer que nada pode por si mesmo, mas recusa-se a suportar a idéia de submeter-se a um outro homem que considera tão fraco e desprezível quanto ele mesmo; rende-se, porém, facilmente, à força da multidão. Pensa, julga e age apenas seguindo o eco da opinião da maioria que se faz ouvir até no espaço mais íntimo do indivíduo. Sem oferecer resistência, o indivíduo se submete, se faz servo da maioria, se degrada.

O império ou a tirania da maioria - fundamentado no princípio de que os direitos do maior número devem ser preferidos aos do menor (mesmo que isso implique em desconhecer os iguais direitos de cada cidadão) - é, para Tocqueville, uma consequência política possível para um estado social igualitário, no qual a independência individual de julgar sobre todas as coisas só reconhece como autoridade a opinião da maioria.⁷⁹ Não que seja esta, exatamente, a situação que ele encontrou nos Estados Unidos. Logo após tratar do poder que a maioria exerce na América sobre o pensamento, Tocqueville afirma que tal influência só se faz sentir "debilmente" na sociedade política, contudo ele adverte:

"tem a maioria nos Estados Unidos um poder imenso de fato e um poder de opinião igualmente grande; e quando se tenha estabelecido sobre determinada questão, não existem, por assim dizer,

⁷⁹ A opinião pública é muito problemática, pois uma vez aceita, passa a ser vista como sinônimo de verdade e, portanto, servir de justificativa para a violação da liberdade dos discordantes; o que muito recorda à

obstáculos que poderiam já não direi deter mas sequer retardar a sua marcha e dar-lhe tempo para escutar as queixas daquele que esmaga ao passar. As conseqüências deste estado de coisas são funestas e perigosas para o futuro" (DA. T. I, parte 2, cap. 7, p. 285).

A advertência aos americanos é, ao mesmo tempo, uma forma de Tocqueville jogar luz nos eventos da Revolução Francesa.

Ainda que Tocqueville não tenha vivido o período do terror revolucionário, conheceu de perto a intolerância da multidão por intermédio das penas impostas à sua família. A ação avassaladora da maioria, contra a qual os americanos descobriram formas muito próprias para se protegerem,⁸⁰ é tanto mais preocupante quando da passagem de uma forma de sociedade para outra, pois de um lado a sociedade ainda não desenvolveu formas políticas de proteger os direitos dos indivíduos contra a posição opressora da maioria;⁸¹ e, por outro lado, devemos lembrar a advertência de Tocqueville, a paixão pela igualdade de condições é sempre mais intensa quando as marcas e lembranças da desigualdade ainda estão presentes.

Tocqueville os eventos da Revolução Francesa. Sobre a opinião pública no período da Revolução Francesa, ver: NASCIMENTO. 1989.

⁸⁰ No quarto capítulo desta tese, analisaremos as formas que Tocqueville propõe para proteger a soberania do povo dos vícios originados pelo estado social igualitário. Nesse sentido, as associações civis e políticas, a ausência de centralização administrativa, o espírito legal, o júri como instituição política presente na vida americana serão alvos do elogio de Tocqueville.

⁸¹ A longa amizade entre Tocqueville e John Stuart Mill transparece na preocupação, comum a ambos, de defender o pluralismo e a diversidade. Em **Sobre a Liberdade**, publicado em 1859, pouco antes da morte de Tocqueville, Mill argumenta que a opinião da maioria de um povo é por si mesma opinião, de modo que nenhuma sociedade livre pode atribuir verdade e derivar determinações incontestáveis da opinião da maioria de um povo.

3.3.2 O Individualismo e o Poder Político Tutelar

Aos olhos de Tocqueville, a França pós-revolucionária está longe de ser um estado democrático. A igualdade de condições que se impôs pelo desmembramento do estrito encadeamento de obrigações - que comprometiam desde o servo até o rei - não resultou no compromisso de cada um com os assuntos comuns. A passagem de uma situação de obediência à vontade do outro para a situação de obediência a uma vontade comum, emanada da vontade de cada um dos cidadãos, perde o rumo na medida em que os franceses não estão preparados para o entendimento e a tolerância. Por um lado, aqueles que eram os primeiros na hierarquia social sentem-se desprezados, degradados; vêem os demais cidadãos como seus algozes e não reconhecem qualquer interesse comum. Por outro lado, aqueles recentemente chegados à independência experimentam uma soberba e um temor, fazendo-os fecharem-se sobre si mesmos e tornando-os incapazes de construir um Estado que considere a todos.

Tocqueville argumenta que, na sociedade democrática formada sobre os destroços de uma sociedade aristocrática - de modo que as classes sociais se aproximam e se misturam, fragilizando a força dos antigos vínculos - os homens pouco a pouco se sentem descomprometidos uns com os outros, tornando-se indiferentes e estranhos entre si. A igualdade põe os homens uns ao lado dos outros, mas não os vincula. Segundo Tocqueville, o estado social igualitário, que se estabelece sobre um estado social marcadamente desigual, não apenas faz os homens isolarem-se de seus concidadãos, mas também os faz esquecerem seus antepassados e descendentes; afasta-os de suas referências passadas e impede-os de projetarem suas esperanças para o futuro. Nada resta ao homem

senão se fechar "inteiramente na solidão de seu próprio coração" (DA. T. II, parte 2, cap. 2, p. 614). Nessas sociedades democráticas, em lugar de cidadãos comprometidos com o destino comum, encontramos freqüentemente, afirma Tocqueville, uma multidão de indivíduos semelhantes voltados sobre si mesmos à procura de seus pequenos prazeres cotidianos.

Nada resta, entre os indivíduos, que possa dar origem a um projeto comum. Se a riqueza e o poder de uns poucos diminui enormemente - impedindo o patrocínio das grandes causas comuns - a riqueza e o poder encontram-se cada vez mais partilhados por um número maior de indivíduos, sem favorecer, tampouco, o desenvolvimento da idéia de cooperação entre os concidadãos. Os indivíduos aprendem a não esperar nada de pessoa alguma, a contar tão somente com si mesmo: com seu próprio talento e inteligência. Tudo que cada um é ou tudo que cada um tem, acredita ele, não deve a ninguém, senão a si próprio. Semelhante situação social propicia que cada um faça uma imagem muito grande e positiva de si mesmo, ao mesmo tempo que relega para segundo plano a imagem do outro. Imaginando que "seu destino inteiro está entre as suas mãos" (DA. T. II, parte 2, cap. 2. p. 614), acredita bastar-se a si mesmo.

Esses homens são tomados, então, por um novo sentimento: o individualismo. O qual, diferente do egoísmo (um instinto cego do indivíduo), Tocqueville descreve como ausência de civismo, ou "doença do espírito público" (LAMBERTI. 1970. p. 12), posto que é um sentimento refletido e pacífico que procede, não de um sentimento depravado, mas de um julgamento errôneo: da ilusão de cada um bastar-se a si mesmo. O individualismo, segundo a análise de Tocqueville, pode ser compreendido pela convergência entre uma estrutura social - a qual, ao mesmo tempo que iguala os homens, os isola, tornando-os fracos perante o Estado, de modo que eles quase não possam opor resistência ao poder central - e uma estrutura intelectual - caracterizada por um julgamento errôneo, que leva o

indivíduo crer que basta a si mesmo e, portanto, não encontra razões que o faça lutar contra o isolamento.⁸² O individualismo, originado pelo julgamento errôneo, desenvolve-se à medida que as condições se tornam cada vez mais iguais; à medida que cresce, em cada indivíduo, a paixão insaciável pela igualdade.

As consequências da conjunção entre homens semelhantes e isolados e a crença de que cada qual basta a si mesmo pode levar a sociedade democrática, segundo Tocqueville, por duas vias opostas: em primeiro lugar, é possível, embora menos provável (e, por isso, essa via é de pouco interesse para Tocqueville que, nesse momento, tem a França sob seus olhos), que o estado social igualitário desenvolva de tal modo o sentimento de independência do indivíduo a ponto de não reconhecer nenhum vínculo de obrigações recíprocas, impelindo o Estado democrático para a anarquia. Para Tocqueville, a probabilidade de desmembramento do corpo político é pequena, pois o gosto pelo bem-estar, que move a ação desses povos, exige uniformidade e ordem que faltariam a tal Estado. Tocqueville acredita que os povos democráticos facilmente podem perceber essa tendência e opor-lhe resistência. A segunda tendência produzida pelo estado social igualitário, segundo Tocqueville, conduz os homens "por um caminho mais longo e mais seguro para a servidão" (DA. T. II, parte 4, cap. 1, p. 807),⁸³ pois, estando os indivíduos voltados para sua própria esfera privada, isolados uns dos outros, cada um adquire o sentimento de não dever nada a ninguém, de não se submeter a nenhuma autoridade, a nenhum dogma ou revelação. Entretanto, esse mesmo refúgio de cada um para dentro de

⁸² Ver: LAMBERTI. 1970. p. 76.

⁸³ Segundo Tocqueville, pode haver igualdade no mundo político sem que haja liberdade política: "*somos iguais a todos os nossos semelhantes, menos um, que é, sem distinção, o senhor de todos*" (DA. T. II, parte 2, cap. 1. p. 608). A consequência política de um estado social marcado pelo individualismo, pela corrosão das virtudes públicas e pela não participação dos cidadãos será a constituição de um Estado "Leviatã". Ainda que Tocqueville não se refira a Hobbes, não podemos deixar de observar que, para ambos os autores, os homens - isolados uns dos outros e enfraquecidos por esse isolamento - servem ao poder absoluto do Estado, único que detém o poder de tudo fazer para resguardar os interesses do indivíduo e que, por isso mesmo, inspira sua confiança e o faz servir sem que perceba.

um espaço individual exclusivo dá-lhes, também, o sentimento de sua própria insignificância e impotência. Sendo todos os homens iguais uns aos outros, cada um estende para todos os demais o mesmo sentimento que tem em relação a si próprio. Tocqueville afirma, então, que do desejo de escapar à sua fraqueza surge, no homem, o desejo de um estado que englobe e incorpore cada um nele; assim "o individualismo inerente à democracia prepara o cidadão para servir ao poder do Estado" (GIBERT. 1971. p. 11).

A análise de Tocqueville nos leva a compreender que o individualismo acomoda-se perfeitamente à fraqueza dos sentimentos cívicos: o homem da sociedade democrática é como um estranho aos seus concidadãos; o destino público, acredita, não lhe concerne. Tocqueville denuncia que esse indivíduo de modo algum percebe qualquer relação entre os seus próprios interesses e os interesses coletivos; deseja a proteção do estado para o gozo tranqüilo de seu bem-estar, mas nega-se a compartilhar a responsabilidade sobre o que diz respeito à coletividade como um todo. Existe apenas em si e para si mesmo. A indiferença política faz com que, voluntariamente, deixe escapar seus direitos políticos, na medida em que considera inútil e inconveniente o exercício da deliberação conjunta sobre a coisa pública. Tudo o que o distrai da busca do bem-estar parece-lhe um contratempo desagradável. Assim, segundo Tocqueville, a igualdade que estende a todos os homens o direito de pensar e agir por si próprios leva-os, também, ao isolamento e ao desprezo da vida política: se cada um deseja permanecer livre para dirigir seus negócios privados, pouco lhe importa ser conduzido em tudo o que diz respeito ao domínio público.

Muito choca a Tocqueville a percepção de que seus concidadãos caminham a passos largos em direção à servidão, pois nada lhes estimula a unirem esforços e a agirem em vista da criação do bem-estar comum. Desgostosamente constata que nem mesmo a busca de maior vantagem privada leva os franceses do período pós-revolucionário a se

unirem, uma vez que se abstiveram de se entenderem e de decidirem acerca do que concerne a todos, tampouco conceberam a idéia de se associarem para maior proveito do bem-estar privado. Esses homens não são capazes de perceber o estreito laço que une a fortuna particular de cada um à prosperidade de todos, de modo que facilmente se submetem àquele que sozinho lhes garantir a boa ordem para que seus interesses materiais prosperem.⁸⁴

Tocqueville observa um estreito laço de união entre a liberdade pública e o desenvolvimento da indústria e do comércio na sociedade americana. Afirma, ainda, que isso pode ser considerado verdadeiro para todas as nações democráticas, pois, explica, os homens que vivem sob a igualdade são levados a se entenderem sobre as questões comuns, e a se associarem na busca do bem-estar privado, de modo a superarem, mais facilmente, a fraqueza individual. Se esse laço não é percebido na França, é porque, nos franceses, "o gosto pelos prazeres materiais se desenvolve mais rapidamente do que as luzes e o hábito da liberdade" (DA. T. II, parte 2, cap. 14, p. 653) e, nesse caso, a agitação pública decorrente das disputas entre os cidadãos penetra em suas vidas privadas e as ameaça. Tocqueville teme que os homens dos tempos democráticos, antes de perceberem como a liberdade pública proporciona o bem-estar privado, se inquietem com ela, posto que vêm na agitação da liberdade uma ameaça à sua prosperidade. Em nome da paz pública, à primeira desordem, não hesitam em abrir mão de sua liberdade política. Isso não significa que a paz pública não seja um grande bem. Entretanto, adverte Tocqueville, o caminho da servidão não é oposto ao da boa ordem.⁸⁵

⁸⁴ "Uma nação que não pede ao seu governo senão a manutenção da ordem é já escrava, no fundo de seu coração; é escrava do seu bem-estar e está prestes a surgir o homem que deve prendê-la com correntes". DA. T. II, parte 2, cap. 14, p. 654.

⁸⁵ "Eu não hesitaria em admitir que a paz pública é um grande bem; mas eu não quero esquecer, todavia, que é através da boa ordem que todos os povos chegaram à tirania. Daí não se segue necessariamente que

Embora o despotismo seja perigoso em todas as sociedades, é ainda mais temível, segundo Tocqueville, nas sociedades democráticas, pois, mesmo que o poder soberano emane do próprio povo, uma vez eleitos os representantes do povo para exercerem em seu nome a soberania, há uma tendência de esse poder instituído penetrar em todos os espaços (mesmo naqueles reservados, até então, à independência individual⁸⁶), dominando de modo absoluto.⁸⁷ Igualdade e despotismo se favorecem mutuamente: a primeira rompe as amarras que prendiam hierarquicamente os homens uns aos outros e coloca todos juntos sem vínculos comuns, despertando-lhes o desejo de independência para se dedicarem à própria fortuna; o despotismo aproveita-se da fragilidade dos indivíduos e os separa, impedindo que haja resistência ao poder que se ergue, sozinho, sobre todos os indivíduos. Tanto mais perigoso é o governo despótico que surge em um estado de igualdade de condições, quanto maior serenidade e abundância oferecer aos indivíduos. Caso estes não encontrem empecilhos para a satisfação de seus interesses privados, não encontrarão razões para opor resistência àquele que, paternalmente, lhes assegura tão doce fruição. Transformando o sentido natural das palavras, afirma Tocqueville, o despotismo considera

os povos devem desprezar a paz pública; mas não convém que a tenham como suficiente". DA. T. II, parte 2, cap. 14, p. 654.

⁸⁶ Na **DA**. (T. II, parte 4, cap. 5, p. 829-830) Tocqueville argumenta que a ação do Estado amplia-se invadindo o espaço da liberdade dos cidadãos e dominando-os quando se torna, ele mesmo, aliado do desenvolvimento industrial: "*Quando a nação se torna mais industrial, sente uma necessidade maior de estradas, canais, portos e outras obras de natureza semi-públicas, que facilitam a aquisição das riquezas e, à medida que se torna mais democrática, os particulares experimentam mais dificuldades em executar semelhantes obras e o Estado mais facilidade para realizá-las. Não temo afirmar que a evidente tendência de todos os soberanos do nosso tempo é a de encarregarem-se sozinhos da execução de semelhantes empreendimentos; por meio deles, cada dia, encerram as populações em uma dependência mais estreita*". Ver, também, a crítica que Tocqueville faz aos economistas franceses de sua época (**ARR**. L III, cap. 3, p. 1049), os quais propõem um Estado provedor e dominador, pois afirmam que é tarefa do Estado "*moldar o espírito dos cidadãos de acordo com um determinado modelo que se propõe de antemão*".

⁸⁷ "*Os cidadãos caem a cada instante sob o controle da administração pública, são insensivelmente arrastados, como que sem o saber, a sacrificar a ele, todos os dias, algumas novas partes de sua independência individual, e esses mesmos homens que de tempos em tempos derrubam um trono e espezinham reis, curvam-se cada vez mais, sem resistência, às menores vontades de um funcionário*". **DA**. T. II, parte 4, cap. 5, pág. 832.

bons cidadãos aqueles que se fecham sobre si mesmos e se entregam, obedientes, aos seus tutores, fazendo com que a indiferença política adquira o estatuto de virtude pública.⁸⁸

Eis por que, nas sociedades em que a paixão pela igualdade é tão ardente, o caminho ao despotismo é simplificado. O cidadão do estado democrático jamais poderia suportar obedecer a um outro indivíduo ou a uma classe, mas vê no representante do povo o guia necessário para sua condução. A centralização do poder se apresenta aos indivíduos, enfraquecidos pela igualização das condições sociais, como uma força que lhes assegura sua reintegração no corpo social, com a vantagem de poupar-lhes do aviltamento que a obediência a um outro homem significaria. Representando a vontade dos indivíduos, exerce-se um governo absoluto que cobre a sociedade inteira com

"uma rede de pequenas regras complicadas, minuciosas e uniformes, através das quais os espíritos mais originais e as almas mais vigorosas não poderiam ultrapassar a multidão; ele não quebra as vontades, mas as amolece, as dobra e as dirige, raramente força a agir, mas se opõe sem cessar à ação; jamais destrói, impede de nascer; jamais tiraniza, incomoda, comprime, enerva, extingue, embrutece e reduz enfim cada nação a não ser mais do que uma tropa de animais tímidos e industriais, do qual o governo é o pastor" (DA. T. II, parte 4, cap. 6, p. 837).

Estranho vínculo Tocqueville faz surgir entre a igualdade de condições, a soberania do povo e o despotismo: desde que a sociedade democrática não impeça a manifestação de algumas formas aparentes de liberdade, a soberania do povo se faz compatível com um regime político no qual a liberdade do cidadão está banida, ou, pelo menos, descaracterizada. Desde que os indivíduos, de tempos em tempos, elejam os governantes, "consolam-se por ser tutelados pensando que eles mesmos escolheram seus tutores" (DA. T. II, parte 4, cap. 6, p. 838). Ainda que os cidadãos possam iludir-se pensando ter

⁸⁸ Ver: DA. T. II, parte 2, cap. 4, p. 616.

garantida a sua liberdade, posto que eles mesmos indicaram o seu senhor, tal ato mostra-se, antes, como um ardil despótico.

Nada poderia fazer Tocqueville acreditar que um povo, voluntariamente renunciando ao direito de dirigir a si mesmo, possa escolher sabiamente aqueles para quem delegam o poder soberano. Os governos despóticos de Robespierre e de Napoleão, representantes legítimos de um povo ao mesmo tempo soberbo e tolo, são considerados, por Tocqueville, fonte de maiores danos e lástimas para o povo do que qualquer período de despotismo aristocrático. Nenhum nobre de um estado aristocrático submeter-se-ia, voluntariamente, àquele que, em nome de todos, o afastasse das decisões acerca do destino público. Por prudência poderia obedecer, mas tão logo conseguisse vislumbrar a possibilidade de acabar com a servidão, não hesitaria em buscar a liberdade. Nessa espécie decaída de sociedade democrática, no entanto, a soberania do povo foi usurpada com o consentimento dos próprios indivíduos, os quais se satisfazem em obedecer a um poder tutelar que fala em nome do povo, desde que o governante lhes ofereça a tranquilidade necessária para gozarem dos benefícios privados alcançados com a igualdade de condições. No entanto, adverte Tocqueville, "a natureza do senhor importa muito menos que a obediência". A sujeição constante dos cidadãos ao poder central, ou a renúncia ao pleno exercício de sua liberdade, faz com que eles percam, pouco a pouco, "a faculdade de pensar, de sentir, de agir por si mesmos", fazendo-os cair "abaixo do nível da humanidade" (DA. T. II, parte 4, cap. 6, p. 839).

4 VIRTUDE: A CONDIÇÃO DA LIBERDADE DO CIDADÃO

Nos capítulos anteriores, procuramos mostrar que Tocqueville converte-se à democracia e que o faz reconhecendo os problemas inerentes a este estado social e político. Ainda que a muitos leitores possa causar estranheza essa sua conversão (um aristocrata por instinto cuja adesão às instituições democráticas deve-se à razão), devemos lembrar que tal conversão se dá em nome do seu amor à liberdade: "Amo com paixão a liberdade, a legalidade e o respeito dos direitos, mas não a democracia, eis o fundo da minha alma. (...) A liberdade é a primeira de minhas paixões, eis o que é verdade" (**EDP**. Oeuvres Complètes. T. III, vol. 2, p. 87). Partindo dessa confissão de Tocqueville, na qual ele assume a liberdade como o principal valor que rege a sua vida e o seu pensamento, cabe agora investigar profundamente por que um aristocrata, não apenas por instinto, mas também por formação, adere à democracia. Quais são as esperanças de realização da liberdade humana que ele deposita no estado democrático? Quais vantagens esse estado pode oferecer à liberdade?

Tal problema não encontra uma solução fácil. A análise minuciosa que Tocqueville faz dos fatos não lhe permite a ilusão da simplicidade, tampouco lhe arrebatam a esperança. Encerrando **A Democracia na América**, ele afirma que, embora as nações não possam impedir que a igualdade de condições se estabeleça, depende tão-somente delas mesmas que "a igualdade as conduza à servidão ou à liberdade, às luzes ou à barbárie, à prosperidade ou às misérias" (**DA**. T II, parte 4, cap. 8, p. 853-854). A liberdade é uma possibilidade no horizonte democrático, mas depende diretamente da ação humana, e isto é o que importa, não de uma ação qualquer, mas de uma ação própria à construção da liberdade.

Assim, na primeira seção deste capítulo argumentaremos - no sentido de mostrar como é uma exigência interna ao pensamento de Tocqueville - que a construção da liberdade no estado democrático supõe que os homens ajam segundo um critério moral, o qual implica virtude. Na segunda seção, analisaremos o exemplo americano do interesse bem-compreendido e discuto seus limites. Finalmente, na terceira seção, partindo da análise dos limites da doutrina do interesse bem compreendido, discutiremos a exigência tocquevilliana de articulação entre a liberdade, o critério moral e a virtude, e verificaremos a possibilidade de superação dos limites do interesse bem compreendido, ainda que tal tarefa possa constituir-se numa dificuldade colossal.

4.1 Liberdade, Justiça e Virtude

Reconhecendo que apenas no estado democrático, baseado no estado social igualitário, a liberdade pode tornar-se um direito igual para todos, Tocqueville trava uma luta profunda com si mesmo, a fim de ingressar no novo tempo marcado pela igualdade entre os homens. Tocqueville opta pelo modelo democrático, não porque a democracia seja boa em si, longe disto, mas porque, rompendo a estrutura hierárquica da sociedade, o estado social igualitário permite que todos os homens gozem de liberdade, possibilitando, portanto, a realização daquilo que Tocqueville considera um Estado justo.

Sem comparar a sociedade democrática com a aristocrática, pois cada uma reflete como que uma humanidade distinta com seus próprios vícios e virtudes, Tocqueville não oculta a existência de uma diferença essencial entre ambas. No último capítulo do segundo tomo de **A Democracia na América**, apesar de lastimar os danos que a igualdade trouxe à

grandeza moral de alguns homens privilegiados, que outrora existiu no estado aristocrático, Tocqueville reconhece que essa mesma igualdade proporciona o maior bem-estar de todos os homens. Assim, considerando que a igualdade de condições se impõe por vontade Providencial, Tocqueville julga que, mesmo podendo implicar uma certa degradação moral, a igualdade é mais satisfatória, sob o olhar do Criador, do que a prosperidade singular de alguns. Portanto, admite ele: "a igualdade é menos elevada talvez, mas ela é mais justa, e sua justiça faz a sua grandeza e a sua beleza" (DA. T II, parte 4, cap. 8, p. 852).

Tal argumento nos permite afirmar que Tocqueville considera a igualdade entre os homens mais justa do que a desigualdade. Entretanto, é preciso ter cuidado. Isso não nos autoriza, ainda, a afirmar que a democracia seja mais justa do que a aristocracia. É preciso lembrar que nosso autor emprega a palavra democracia para designar tanto um estado social quanto um estado político. Se a igualdade é mais justa do que a desigualdade, na medida em que proporciona a todos os homens um maior bem-estar, devemos ter claro que o estado social marcado pela igualdade de condições pode ser compatível tanto com um estado político de liberdade quanto com um estado político de servidão - seja à maioria do povo, seja a um governo tutelar. Sem dúvida, a igualdade de condições que assegura o bem-estar de todos os cidadãos é mais justa do que a desigualdade que confere privilégios a alguns e condena a maioria dos homens à miséria e à exclusão do espaço político. Contudo, jamais Tocqueville pretendeu dizer que a igualdade é justa por si mesma. A justiça não é uma característica inerente à igualdade de condições; pelo contrário, a igualdade de condições pode levar os homens dos tempos democráticos a uma situação de maior injustiça do que aquela existente nos séculos aristocráticos, na medida em que, tornando a maior parte dos cidadãos indistintamente servos, degrada o homem.

Podemos dizer que a igualdade de condições é uma condição necessária para a realização daquilo que Tocqueville considera um Estado justo, mas tal condição não é ainda suficiente. A igual servidão não é justa. A realização da justiça supõe não apenas um estado social no qual haja igualdade de condições entre os homens, exige também que todos eles possam igualmente pensar e julgar de acordo com suas próprias convicções e participar das decisões e das ações políticas de sua comunidade. O estado democrático só pode ser dito justo quando estender a todos os homens igualmente o exercício da liberdade. Para Tocqueville, assim como para Aristóteles,⁸⁹ a atividade política é o meio privilegiado de realização do homem, ou seja, o espírito humano não se desenvolve senão quando o homem exerce sua condição de cidadão: "os sentimentos e as idéias não se renovam, o coração não cresce e o espírito não se desenvolve a não ser pela ação recíproca dos homens uns com os outros" (DA. T. II, parte 2, cap. 5, p. 623).

Compreendemos, então, que, se a igualdade satisfaz mais ao Criador do que a desigualdade, tal como afirmou Tocqueville, é porque não apenas ela concede a todos os homens o benefício do bem-estar material, mas, fundamentalmente, porque a igualdade estende a liberdade a todos os cidadãos, assegurando-lhes a realização da mais elevada condição humana.

Não há justiça sem que haja um perfeito equilíbrio entre a liberdade e a igualdade, um ponto extremo no qual uma seja indiscernível da outra; este é o ideal para o qual a democracia, segundo Tocqueville, deve tender.⁹⁰ Entretanto não é este o único caminho

⁸⁹ Ver: ARISTÓTELES. 1990. I, 2, 1251 b 30 - 1252 a 35.

⁹⁰ Em DA. T II, parte 2, cap. 1, p. 607, Tocqueville afirma: "*os homens serão perfeitamente livres, porque serão todos inteiramente iguais; e serão todos perfeitamente iguais porque serão todos inteiramente livres. É para este ideal que **tendem** os povos democráticos*". Grifo a palavra *tendem*, pois aqui Tocqueville assume um tom de inelutabilidade (talvez para consolar e apaziguar seus concidadãos, em vista da igualdade de condições que se impõe à revelia de suas vontades e ações), que já no parágrafo seguinte é minimizado: "*Tal é a mais completa forma que poderia tomar a igualdade sobre a terra; mas existem mil outras que, sem ser tão perfeitas, não são menos caras a tais povos. A igualdade pode estabelecer-se na sociedade civil e não reinar no mundo político*". Donde devemos entender que não há, segundo Tocqueville, uma tendência natural

possível do estado democrático. O equilíbrio desejado supõe que cada cidadão possa igualmente participar do espaço público, contribuindo para a realização do bem-estar coletivo. A apatia cívica, que decorre de um julgamento ofuscado pela paixão ao bem-estar e da conseqüente negligência por parte dos cidadãos com a participação na vida pública, desequilibra a relação entre a liberdade e a igualdade, abrindo caminho para um estado político despótico, no qual, embora reine uma mesma condição para todos os governados, não existe nem igualdade, nem liberdade, nem justiça, mas servidão e degradação.

Se o vir-a-ser do estado democrático não depende diretamente da vontade dos homens, a determinação das condições sob as quais ele se estabelecerá é, segundo Tocqueville, responsabilidade dos próprios cidadãos. O estado social democrático é compatível seja com um estado político despótico - no qual pouco importa se o déspota é apenas um ou a maioria de um povo-, seja com um estado político de liberdade - no qual cada cidadão se reconhece como membro do poder soberano. Ambos são possíveis, apenas um é desejável. A escolha do estado político é uma atribuição dos cidadãos, pois a ação política (esclarecida e participativa ou dominada pela paixão ao bem-estar e negligente) cria as condições da vida comum. Assim, a realização do Estado justo depende diretamente da ação política dos cidadãos, mas não de uma ação política qualquer; é necessário que esta esteja comprometida com a igual liberdade de todos os concernidos. A idéia importante a destacar é a necessidade de uma ação específica dentro de um leque de ações possíveis; a escolha entre as tantas depende dos próprios cidadãos e, portanto, é indiscernível *a priori*. Nada impõe que os homens escolham agir de um modo ou de outro, mas, vale lembrar, as conseqüências de sua escolha recairão sobre eles mesmos.

a esse equilíbrio perfeito entre a liberdade e a igualdade; esse equilíbrio é, antes, uma possibilidade inerente ao estado democrático e desejada por Tocqueville, pois, quando a igualdade não reina também no mundo político, os homens estão condenados à servidão e à degradação.

Ainda que a responsabilidade de realizar a justiça seja dos homens, posto que a servidão ou a liberdade estão à mercê das suas ações, não podemos perder de vista que a justiça, compreendida como igual liberdade, apresenta-se como um fato Providencial, transcendendo a vontade dos indivíduos e a determinação do Estado. Conclui-se, portanto, que há uma submissão da ordem política à ordem Providencial, no pensamento tocquevilliano, o que põe em perigo seu mais alto valor: a liberdade do homem. Se não queremos acusar facilmente Tocqueville de incoerente ou paradoxal, é preciso verificar qual a medida dessa submissão; ou, em outras palavras, em qual medida o exercício da liberdade, como condição de realização do homem no estado democrático, precisa estar apoiada no ideal de justiça.

Partindo do suposto que a liberdade do homem, no estado democrático, manifesta-se como soberania do povo, a qual implica o direito de legislar e comandar, Tocqueville diz claramente que tais direitos devem estar subordinados à condição de não saírem dos limites "da justiça e da razão" (DA. T. I, parte 2, cap. 7, p. 288).⁹¹ Ele não reconhece, nem a um homem, nem a um povo, o direito absoluto de tudo fazer. Um poder tão extremo parece-lhe incompatível com a capacidade humana, na medida em que a sua sabedoria e a sua justiça estariam aquém de suas forças. E acrescenta que não reconhece sobre a terra

⁹¹ Vale observar que limitar a soberania do povo a partir de uma exigência moral parece para Lamberti (1970, p. 33-35) algo que carece de boa lógica; pois do seu ponto de vista, "*a subordinação da política à moral é de pouco peso quando a liberdade política é o bem supremo*". Não há dúvida que é a paixão pela liberdade que leva Tocqueville a buscar compreender a democracia. Devemos lembrar, entretanto, que Tocqueville afirma, na introdução a DA, ter escrito esse livro tomado por uma espécie de "*terror religioso*", em face ao vir-a-ser Providencial da igualdade de condições. "Invocar a Providência", esclarece Melonio (1993, p. 32), "*é então escolher considerar o gesto dos homens como um todo sob o ângulo do universalismo cristão e tomar o partido de trabalhar para a resolução do dualismo entre a história e o seu fim na liberdade igual de todos os filhos de Deus*". Tocqueville recusa tanto a posição de Rousseau, para quem a soberania do povo é absolutamente ilimitada, quanto a posição de Constant, que limita a soberania do povo em nome da proteção à liberdade individual; ele está ciente de que a novidade do estado social e político que a ele se apresenta exige algo novo. Se sua posição carece de boa lógica, vale lembrar, entretanto, que a discussão acerca da necessidade de submeter a soberania de cada povo em particular a um limite moral ocupa um lugar central no debate internacional acerca da proteção aos direitos humanos, desde o final do século XX.

nenhuma autoridade, que por si mesma, pudesse "agir sem controle e dominar sem obstáculos" (DA. T. I, parte 2, cap. 7, p. 289).

Embora Tocqueville conceda que o império absoluto da maioria seja uma característica inerente à "essência dos governos democráticos" (DA. T. I, parte 2, cap. 7, p. 282), reconhecendo, então, que, nesse Estado, a vontade do maior número se impõe pelas leis que regulam as ações de todos, ele não está, com isso, querendo afirmar o direito de essa maioria agir à revelia de qualquer limite. Para ele, a idéia de uma ilimitada soberania do povo equivale ao despotismo:

"há pessoas que não temem dizer que um povo, nos objetos que não interessam senão a ele próprio, não poderia sair inteiramente dos limites da justiça e da razão, e que, por isto, não se deveria temer dar todo o poder à maioria que o representa. É essa, porém, uma linguagem de escravo" (DA. T. I, parte 2, cap. 7, p. 288).

A maioria de um povo nada mais é, segundo Tocqueville, senão um indivíduo que tem opiniões e interesses contrários a outro indivíduo, a minoria. Permitir, portanto, àquele indivíduo, o direito de tudo fazer, implica, em contrapartida, condenar este outro indivíduo à servidão.

Do mesmo modo que o julgamento da maioria não pode ser dito justo pelo simples fato numérico, tampouco o julgamento do indivíduo pode ser dito justo apenas por ter a si mesmo como princípio. Pensar, julgar e agir por si mesmo é diferente de fazê-lo em vista de si mesmo, como denuncia Tocqueville em sua análise sobre o individualismo. Nesse sentido, o mero critério daquilo que é do interesse seja do indivíduo, seja da maioria é, segundo Tocqueville, insuficiente para ultrapassar o despotismo e produzir a justiça.

Nas sociedades democráticas, a busca do interesse ou do útil a cada cidadão ou à maioria deles "não permite resolver com certeza acerca da validade dos fins e não esgota a

questão dos direitos" (MELONIO. 1993. p. 94), pois, embora o princípio da utilidade confira aos homens a possibilidade de regularem seus destinos, não assegura o direito democrático à igual liberdade. O critério para guiar a escolha humana acerca de sua ação pública não pode ser, portanto, um puro casuísmo baseado na vontade ou no interesse arbitrário de cada um. É preciso, segundo uma exigência interna ao pensamento toquevilliano, que tal critério encontre o seu fundamento numa norma transcendente e universal.⁹²

Admitindo a existência de uma lei da justiça, que se vincula à maioria do gênero humano e se constitui no limite ao direito de cada povo, Tocqueville oferece aos indivíduos um critério superior ao interesse próprio ou da maioria, que lhes serve de critério para julgar a sua própria ação e a ação proposta pela maioria do povo.⁹³ A partir desse critério, Tocqueville reconhece ao indivíduo o direito de recusar-se a obedecer a uma lei injusta, e acrescenta que, desse modo, não está negando à maioria o direito de comandar, o que faz é apenas apelar "da soberania do povo à soberania do gênero humano" (DA. T. I, parte 2, cap. 7, p. 288).

A idéia de justiça cumpre o papel de norma moral universal que confere aos cidadãos um critério último para julgar a própria ação e a ação coletiva.⁹⁴ Toda a lei civil

⁹² Transcendente aqui não significa exterior à humanidade em geral, pois, ainda que a justiça seja determinada pela Providência Divina, a justiça, para Tocqueville, tal como explica Lamberti (1983. p. 57) "*está, ao mesmo tempo, presente na necessidade histórica e no apelo aos homens para que cumpram na moralidade o que já está inscrito na necessidade histórica*".

⁹³ Tocqueville parece apelar (ainda que apenas de modo implícito) para a concepção romana de "direito das gentes", o qual era entendido pelos jurisconsultos como "*regras de Direito comuns a todos os homens, e estabelecidas entre eles em conformidade às luzes da razão*" (DERATHÉ. 1979. Apêndice. p.387). Acredito que tal apelo à concepção romana de "direito das gentes" permite-lhe ultrapassar as particularidades do direito civil de cada povo sem precisar recorrer a um direito imutável ou fundado sobre a natureza humana, tal como propunham os jusnaturalistas dos séculos XVII e XVIII (Grotius, Pufendorf, Hobbes, Locke, entre outros). Para um bom entendimento acerca das diferenças entre direito das gentes, direito natural e direito civil, ver: DERATHÉ. 1979. Apêndice. p. 386 - 397.

⁹⁴ Mesmo que esse ideal não encontre vigência, Schleifer (1984. p. 227) observa que Tocqueville acreditava que "*pelo menos oferecia uma base racional para questionar a suposta autoridade moral de qualquer maioria, e especialmente de uma opressiva. A humanidade, a razão e a justiça eram, pois, para Tocqueville, salvaguardas morais significativas para qualquer minoria ou indivíduo*".

que se oponha à igual liberdade entre os homens é uma lei injusta e, portanto, os homens devem recusar-se a obedecê-la. Privar uma parcela de indivíduos de sua liberdade pública, impedindo-os, por exemplo, de divulgar idéias políticas opostas às vigentes, pode redundar em algum benefício ou utilidade a uma outra parcela de cidadãos, mesmo mais numerosa, capaz de compartilhar o mesmo interesse privado; entretanto não é justo. Quando a idéia de justiça, entendida como igual liberdade, não é tomada como norma universal, o critério que passa a guiar as ações humanas no estado democrático é o interesse do mais forte (aquele da maioria ou do governo tutelar); ou seja, não admitindo nenhum critério exterior a si para decidir qualquer controvérsia, a maioria e o governo tutelar podem comportar-se despoticamente em relação aos demais, de modo a impor a servidão a um grupo de cidadãos.

Assim, desfaz-se o aparente paradoxo: a exigência de limitação da soberania do povo pela idéia de justiça, como critério moral norteador das ações humanas, é perfeitamente compatível com o valor supremo que Tocqueville defende para a vida política: a liberdade. Esta, tal como vimos no primeiro capítulo, supõe que o indivíduo seja independente - capaz de pensar e agir por si mesmo, sem qualquer subordinação - e que tome parte nas decisões e ações que dizem respeito ao bem comum. A liberdade, entendida como independência e participação, que existiu de modo reduzido na sociedade aristocrática, existirá, nas sociedades democráticas, apenas quando cada cidadão respeitar o direito de cada outro pensar e julgar por si mesmo, sem jamais negar-lhe a possibilidade de contestar a posição vigente. Sem costumes que os façam respeitar a igual liberdade de cada um de seus concidadãos, rompe-se a democracia. Ou são todos igualmente parte do poder soberano, agindo em vista da justiça, ou devemos escolher entre a maioria que tiraniza a minoria e o governo que tutela os indivíduos. Não há outra possibilidade, segundo

Tocqueville. A igualdade se impõe; resta aos homens decidir se querem ser livres ou servos.

O caminho para a servidão parece ser mais fácil, na medida em que Tocqueville afirma estar de acordo com as propensões mais comuns aos homens que vivem sob um estado social igualitário; entretanto, a servidão degrada o homem. A plenitude da condição humana exige a liberdade, mas ela não está dada *a priori*, faz-se necessário desenvolver nos indivíduos virtudes cívicas. A democracia exige não apenas que o homem decida e aja no espaço político, mas exige que o faça de um certo modo: é necessário que cada um seja capaz de exercer sobre si mesmo o domínio de sua tentação (a busca exclusiva do próprio bem-estar) de modo a impedir-se de violar os direitos dos demais. Ou seja, para que o direito à liberdade possa estender-se a todos os cidadãos (de modo que a democracia realize a justiça), é necessário que eles sejam virtuosos. Afinal, virtude e direitos confundem-se, segundo Tocqueville. Para ele, "a idéia dos direitos não é outra coisa senão a idéia da virtude introduzida no mundo político" (DA. T. I, parte 2, cap. 6, p. 272).

Podemos encontrar, nessa exigência de virtude aos cidadãos do estado democrático, uma proximidade muito grande ao pensamento de Montesquieu, que afirma ser princípio dos Estados republicanos a virtude dos cidadãos,⁹⁵ a qual ele considera "uma renúncia a si próprio" ou, ainda, "o amor pelas leis e pela pátria", o qual, "exigindo sempre a supremacia do interesse público sobre o interesse particular, produz todas as virtudes individuais; elas nada mais são do que esta supremacia" (MONTESQUIEU. 1979. Parte 1, livro IV, capítulo 5, p. 54).

Em **A Democracia na América**, Tocqueville trata da virtude justamente após elogiar o patriotismo americano, diferenciando-o de um sentimento irrefletido e

⁹⁵ Ver: MONTESQUIEU. 1979. Parte 1, livro III, capítulo 3, p. 41.

desinteressado, o qual vincula o homem ao lugar onde nasceu, de outro que é mais fecundo e durável, posto que "nasce das luzes e desenvolve-se com auxílio das leis, cresce no exercício dos direitos e de certo modo acaba por se confundir com o interesse pessoal" (DA. T. I, parte 2, cap. 6, p. 270). Donde devemos ressaltar uma diferença e uma semelhança em relação à idéia de virtude de ambos os autores: em primeiro lugar, Tocqueville, diferentemente de Montesquieu, não exige a supremacia do interesse público ao particular, mas afirma que há uma identificação entre esses dois interesses. Tocqueville não pretende que o homem dos tempos democráticos abra mão de seus interesses próprios, mas que eles amem a pátria por seu próprio interesse.

Em segundo lugar, tal como Montesquieu, Tocqueville apela aos costumes como forma de desenvolver a virtude pública.⁹⁶ Quando Tocqueville investiga as causas que mantêm a democracia americana, ele elimina aquilo que é exterior aos homens: as causas acidentais ou Providenciais (que tão grande influência tiveram na origem da democracia americana, como podemos ver nos primeiros capítulos de **A Democracia na América**). Para a manutenção da democracia, Tocqueville valoriza tão-só aquilo que é produzido pelo próprio espírito humano: as leis e os costumes.⁹⁷

As leis e os costumes que sustentam e dão vigor a essas leis, como fruto da ação dos homens, diferem de um povo para outro, determinando, assim, que povos tão prósperos quanto os americanos não sejam capazes de realizar a democracia. Comparando os países do novo mundo - Estados Unidos, Canadá, México, Brasil, os quais, segundo

⁹⁶ Montesquieu (1979. Parte 1, livro IV, capítulo 5, p. 54) fala diretamente em educação, mas exemplifica dizendo que o melhor meio de inspirar este amor numa República é pelo exemplo que os pais dão aos filhos.

⁹⁷ Segundo Schleifer (1984. p. 77), "*as leis constituem para Tocqueville a armação legal, política e institucional da República. A frase traz à mente absolutamente tudo, desde a divisão dos poderes estabelecida na Constituição pelos Pais fundadores, até as leis de imprensa e o direitos de voto. Em particular, para Tocqueville, evocava a estrutura federal, as instituições locais e a justiça independente. (...) Os costumes significavam a moralidade, a inteligência, a experiência política e a atividade incessante dos americanos*".

Tocqueville, gozavam de circunstâncias semelhantes (a inexistência de uma aristocracia, a abundância de recursos naturais, o isolamento geográfico em relação a inimigos, a fertilidade do solo etc.) -, ele destaca o caráter peculiar e dominante da democracia norte-americana e se pergunta por que nesses outros países, cujas circunstâncias se assemelham, a democracia não floresceu do mesmo modo. Sua resposta é direta: "as leis e os costumes anglo-americanos constituem, portanto, a razão especial da sua grandeza e a causa dominante que procuro" (DA. T. I, parte 2, cap. 9, p. 356).

Buscando compreender o êxito da democracia nos Estados Unidos, Tocqueville atribui às leis um papel determinante. Mas, embora insista que as leis americanas são boas, não admite a bondade absoluta dessas leis. Por um lado, as leis americanas não são aplicáveis a todos os povos democráticos, é o caso do México, que apropriou-se das leis americanas, como lembra Tocqueville, e nem assim conseguiu fazer florescer a democracia em seu seio. E, por outro, muitas dessas leis Tocqueville considera perigosas, embora afirme que o conjunto das leis está bem adaptado ao gênio do povo; ou seja, o sistema de leis criado pelos norte-americanos é adequado à manutenção das instituições democráticas no seio desse povo. Porém, apesar da bondade das leis, Tocqueville afirma não acreditar que sejam elas a causa principal da manutenção da democracia.

Tocqueville minimiza a influência das leis, pois, analisando as atitudes das pessoas dos diferentes estados da União (e que portanto estão submetidas às mesmas leis), percebe que esse correto sistema legal não é ainda suficiente. Segundo sua observação,

"a leste da União, o governo republicano se mostra forte e regular e procede com maturidade e vagar" [imprimindo] "a todos os seus atos um caráter de sabedoria e permanência; a oeste os poderes da sociedade parecem marchar ao acaso (...) no movimento dos negócios públicos, algo de desordenado, de apaixonado, poder-se-ia quase dizer de febril, que de modo algum anuncia um grande futuro" (DA. T. I, parte 2, cap. 9, p. 356-357).

Isso não quer dizer que as leis civis não exerçam uma influência importante na proteção aos direitos, entretanto semelhante proteção não pode ser entendida meramente como proteção a prerrogativas individuais. Sendo assim, deveríamos considerar todos os povos, cada um a seu modo, virtuosos, independentemente de suas ações estarem ou não de acordo com a idéia de justiça. Mas, insisto, não basta um sistema legal. Tocqueville apresenta um exemplo bastante eloqüente acerca de alguns jornalistas que foram mortos por defenderem opinião oposta à da maioria da população de Baltimore, nos Estados Unidos, quando o Estado reconhecia legalmente o direito à livre expressão:

"Viu-se em Baltimore, por ocasião da guerra de 1812, um exemplo vivo dos excessos que o despotismo da maioria pode acarretar. Naquela época, a guerra era muito popular em Baltimore. Um jornal que se mostrava muito oposto a ela excitou, com a sua conduta, a indignação dos habitantes. O povo reuniu-se, quebrou as máquinas e atacou a casa dos jornalistas. Desejou-se reunir a milícia, mas esta de modo algum atendeu ao chamado. A fim de salvar os infelizes que o furor público ameaçava, tomou-se a decisão de conduzi-los à prisão, como criminosos. Tal precaução foi inútil: durante a noite, o povo tornou a reunir-se; os magistrados não conseguiram reunir a milícia, a prisão foi forçada, um dos jornalistas foi morto no lugar, os outros ficaram como mortos; os culpados, levados a júri, foram absolvidos" (DA. T. I, parte 2, cap. 7, p. 290, nota).

Mais do que às leis, Tocqueville atribui importância aos costumes, para a manutenção da democracia. Por costumes Tocqueville entende os *mores*, tal como a expressão era caracterizada pelos clássicos romanos:

"aplico esta expressão não apenas aos costumes propriamente ditos, que se poderiam chamar hábitos do coração, mas às diferentes noções que os homens possuem, às diversas opiniões que correm entre elas e ao conjunto das idéias de que se formam os hábitos do espírito. Por isto, entendo por esta palavra, todo o estado moral e intelectual do povo" (DA. T. I, parte 2, cap. 9, p. 331).

Costumes diferem, portanto, de uma adesão afetiva, irrefletida e espontânea a certas idéias e valores comuns, mas dizem respeito à opinião, idéias, valores que expressam a inteligência e a vontade dos homens que os produzem.

No leste, mais do que em qualquer outra parte da América, a democracia está presente não apenas nas leis, mas em todos os aspectos da vida social. Isso significa que a manutenção das instituições democráticas depende das circunstâncias, das leis, e, fundamentalmente, dos costumes, ou seja, do conjunto de disposições intelectuais e morais que transparecem na vida social por meio do conjunto de hábitos, opiniões, usos e crenças de um povo. Estes moldam o caráter do povo de modo a tornar os homens aptos a viverem sob um sistema de leis compatível com a democracia. Embora as circunstâncias exteriores, tais como a posição geográfica, o clima, a fertilidade do solo possam influenciar a sorte de um povo, elas não são determinantes, pois freqüentemente povos submetidos a circunstâncias semelhantes alcançam conseqüências políticas muito distintas. São os costumes determinados pela razão e pela vontade dos homens que poderão (ou não) instituir e manter a liberdade no inevitável estado democrático.

Agindo no espaço público, os cidadãos desenvolvem costumes, os quais Tocqueville considera mais fundamentais do que as próprias leis (ainda que as leis sejam o reflexo político do espírito de um povo e, portanto, a expressão de seus costumes), pois nestes baseia-se o respeito incondicional ao igual direito à liberdade. Assim, a manutenção das instituições democráticas está alicerçada antes nos costumes do que nas leis, ou seja, prioritariamente na interioridade moral do que na exterioridade legal. Não que as leis não sejam importantes, longe disso, mas elas são, antes de tudo, a conseqüência de um processo permanente de elaboração de valores, opiniões, crenças comuns, do qual todos os homens, independentemente de suas luzes, riquezas ou interesses, participam.

Sobre as leis e os governos reinam "o espírito e os costumes do povo, seu caráter" (MAYER. 1959. p. 301), cuja existência parece ser independente das leis e caracteriza o estado moral e intelectual de um povo. Tocqueville afirma estar convencido "de que a situação mais feliz e as melhores leis não podem manter uma constituição a despeito dos costumes, ao passo que estes tiram partido ainda das posições mais desfavoráveis e das piores leis" (DA. T. I, parte 2, cap. 9, p. 358). Em outras palavras, Tocqueville afirma a relação direta entre o que são os homens, seus costumes, suas crenças mais profundas, e as sociedades que eles constituem. Costumes e crenças expressam a razão e a vontade de todo um povo, ou seja, uma espécie de sabedoria pública que poderá instituir e manter a liberdade na democracia, apesar das tensões e contradições a que ela está sujeita. Instruir a democracia significa, então, estender a moralidade à vida pública, de modo que os homens respeitem a igual liberdade de todos demais.⁹⁸

Eis por que os costumes, mais do que as leis ou as circunstâncias, são necessários à criação e à manutenção das instituições democráticas. Caracterizados como o estado moral e intelectual de um povo, eles são, necessariamente, fruto da experiência prática das vivências, das luzes, das decisões, das ações dos cidadãos no espaço de convívio público. Depende dos próprios homens criarem costumes que os façam virtuosos. Ainda que não seja possível transportar para outro lugar os costumes existentes no norte da América, Tocqueville adverte que as demais nações não estão condenadas à igualdade servil e que os

⁹⁸ Ainda que a palavra moralidade evoque inevitavelmente a vida privada, para Tocqueville a relação entre moral e vida privada não é exclusiva, mas alcança, também, a dimensão da vida política. Segundo Gibert (1972. p. 1092-1095), já na introdução de DA, Tocqueville precisa os termos em que se deve fazer o alargamento do problema da moral, quando afirma a necessidade de instruir a democracia, posto que há uma estreita relação entre o que são os homens, suas crenças e seus costumes e a sociedade que eles constituem. A passagem entre o privado e o público, segundo Gibert, "*é clara*" e "*está dominada pela racionalidade*", pois Tocqueville atribui à verdadeira ciência política tanto a regência dos interesses, das crenças e dos costumes, quanto a adaptação do governo às circunstâncias, ao tempo e aos homens. Nessa perspectiva, Gibert salienta a unidade da moral segundo Tocqueville e afirma que "*apresentar o problema da conexão da igualdade e da liberdade em termos de moral, é englobar, sob a compreensão dessa palavra, o que é ao mesmo tempo privado e político e que, no limite, não deve se distinguir: o homem se torna cidadão*". (p. 1093)

americanos podem fornecer úteis ensinamentos àqueles povos que desejam ser livres no estado democrático. Cada povo, a partir de suas próprias condições, pode estabelecer em seu seio costumes que o faça virtuoso, ou seja, costumes compatíveis com o respeito à igual liberdade de todos os cidadãos.

A virtude é a condição da liberdade: apenas os próprios cidadãos, por meio do agir político, podem criar as condições necessárias para impedir o isolamento e o excessivo apego individual ao próprio bem-estar, de modo que se estabeleçam, no convívio público, relações cooperativas baseadas no respeito à igual liberdade, as quais constituem a condição fundamental da liberdade política e da democracia.

Finalmente, podemos compreender por que, então, a virtude se faz necessária na democracia: a liberdade não é uma condição natural das sociedades igualitárias, nem mesmo um valor intrínseco aos homens destes tempos, mas é fruto da virtude adquirida pelo esforço de um julgamento preciso e pela prática de ações cooperativas e respeitosas. A virtude do cidadão é condição *sine qua non* para a preservação da liberdade. Sem virtude a democracia não se realiza.

4.2 O Exemplo Americano: a doutrina do interesse bem-compreendido

Tocqueville volta-se à experiência dos americanos a fim de bem compreender como eles conseguem, apesar das dificuldades inerentes ao estado democrático, harmonizarem o estado social igualitário com o estado político de liberdade. Pois, ainda que em sua visita aos Estados Unidos Tocqueville observe o apego dos indivíduos ao bem-estar individual e a falta de liberdade de pensamento, os quais favorecem o individualismo e a submissão a um poder despótico que se exerça em nome da maioria, a democracia americana não

sucumbe a esses males. Mesmo que a relação entre a igualdade de condições e a soberania do povo não seja isenta de tensões, no Estado americano não está em oposição.

A análise que Tocqueville faz da democracia americana tem o sentido de iluminar a reflexão e a ação dos seus concidadãos franceses, no período pós-revolucionário marcado por uma igualdade que se impõe no espaço social, sem, no entanto, penetrar no mundo político. De modo algum ele imagina que o Estado americano seja um modelo a ser copiado, mas exalta, nesse povo, as conseqüências políticas do estado social igualitário. Sem dúvida, os americanos são privilegiados, em relação aos franceses, pelo fato de já terem nascido iguais, mas o importante é que esta não é nem a única nem a mais importante razão pela qual eles conseguem manter um estado social e político democrático. Trata-se, fundamentalmente, de engenho, de arte. E, nesse sentido, a experiência americana pode, de alguma maneira, servir para bem orientar⁹⁹ aos demais estados democráticos sobre como conciliar a igualdade de condições com a soberania do povo, de modo a impedir que a paixão pela igualdade se torne danosa à liberdade.

Partindo do suposto que, no estado social igualitário, nada pode impedir que a igualdade crescente de condições conduza os homens a se voltarem sobre si mesmos e a buscar aquilo que é útil ao seu bem-estar privado, importa encontrar o meio adequado para pôr a paixão pelo bem-estar material a serviço da liberdade. Tocqueville, de modo algum, acredita que, para conciliar a igualdade com a liberdade, seja necessária a aniquilação do

⁹⁹ De modo algum Tocqueville propõe uma mera transposição das instituições americanas para os outros países. Em **DA** (T. I, parte 2, cap. 9, p. 366) Tocqueville afirma: "*Aqueles que, depois de terem lido este livro, julgassem que, ao escrevê-lo, desejei propor as leis e os costumes anglo-americanos à imitação de todos os povos que têm um estado social democrático, teriam cometido um grande erro; estariam presos à forma, abandonando a substância própria do meu pensamento. A minha finalidade foi mostrar, pelo exemplo da América, que as leis e sobretudo os costumes podiam permitir a um povo democrático permanecer livre. De resto, estou muito longe de acreditar que devemos seguir o exemplo que a democracia americana deu, e imitar os meios de que se serviu para atingir o fim de seus esforços; pois não ignoro qual a influência exercida pela natureza do país e pelos fatos antecedentes sobre as constituições políticas, e consideraria como um grande mal para o gênero humano se a liberdade tivesse de se produzir em todos os lugares seguindo os mesmos traços*".

interesse individual dos cidadãos; pelo contrário, ele está ciente de que este é o móvel das ações dos homens nos tempos democráticos (e, nesse caso, a experiência americana lhe foi grandemente esclarecedora). Problemático não é o interesse individual, mas o modo como cada homem ouve o próprio interesse. Assim, nenhum efeito teria tentar impedir os indivíduos de agirem por interesse, melhor seria bem orientá-los.

Certamente, nada há de ilícito na busca dos bens materiais, entretanto, o esforço dessa busca tende a envolver o homem por inteiro, fazendo-o esquecer "os bens mais preciosos que fazem a glória e a grandeza da espécie humana" (DA. T. II, parte 2, cap. 11, p. 646). Preocupados somente em aumentar sua riqueza, os indivíduos já não percebem o estreito laço que une sua fortuna particular à prosperidade de todos. Então, a paixão pelo bem-estar material destrói as relações de cooperação e respeito que dão aos cidadãos a direção sobre o seu próprio destino.

Preservar a liberdade do cidadão não pode significar impedir o homem de buscar o seu próprio interesse. No estado democrático, a liberdade não pode se dar à revelia dos interesses privados, ainda que a busca do próprio interesse possa estar na raiz do individualismo que rompe com o espírito público. É preciso, antes, fazer com que os homens compreendam que o seu interesse privado está diretamente vinculado ao interesse público, de modo que cada um queira o interesse comum como seu próprio interesse. Tocqueville considera que a tarefa de instruir a compreensão sobre o interesse privado é bastante difícil, posto que a percepção que cada um tem acerca da influência que as grandes questões do Estado exercem sobre seus interesses particulares é muito pequena. Os homens só começam a perceber o laço que une o interesse particular ao interesse geral quando se sentem diretamente atingidos.

A fim de instruir o homem acerca da relação entre o interesse próprio e o comum, Tocqueville recomenda que os cidadãos participem da administração das questões

relativas às suas comunidades. Semelhante participação desenvolve nos cidadãos a consciência da necessidade que cada um tem dos demais para, juntos, produzirem o bem público. Esse modo de entender a relação entre o interesse próprio e o interesse comum é o que Tocqueville chama de doutrina do interesse bem compreendido, a qual reforça as ações cooperativas e fortalece o respeito à igual liberdade de todos os cidadãos.¹⁰⁰

Embora o interesse privado dirija a maior parte das ações humanas, Tocqueville, a partir da sua experiência na América, considera que, sempre quando os indivíduos sentirem a influência do destino do Estado sobre sua sorte, descobrirão o laço que une o interesse particular ao interesse geral. Se, nos tempos de igualdade de condições os homens adquirem o gosto de agir naquilo que diz respeito tão-só a eles mesmos seguindo a própria vontade, é justamente esse mesmo gosto, afirma Tocqueville, que "os dispõe a considerar com descontentamento toda autoridade e logo lhes sugere a idéia e o amor à liberdade política" (DA. T. II, parte 4, cap. 1, p. 806). Graças à indocilidade, a igualdade inspira aos homens que a liberdade se desenvolve no estado democrático. Pode-se dizer, assim, que a própria igualdade prepara "o remédio para o mal que faz nascer" (DA. T. II, parte 4, cap. 1, p. 807).

Na medida em que os cidadãos se dedicam ao cuidado das tarefas públicas que concernem à comunidade em que vivem, logo se interessam pelo bem público e compreendem que, para produzi-lo, é necessário o concurso de todos os cidadãos. As

¹⁰⁰ Vale notar que a expressão "interesse bem compreendido" aparece no **Manuscrito de Genebra** (L I, cap. 2) de Rousseau. Nesse contexto, o autor argumenta que no estado de independência a razão precisa levar os homens a "*contribuir com o bem comum em vista do seu próprio interesse*", pois naturalmente os homens não estão dispostos ao bem comum. Partindo do suposto que os homens "*se tornam infelizes e maus tornando-se sociáveis*", Rousseau acredita que, esclarecendo a razão e animando o coração do homem com novos sentimentos, é possível reverter a situação: "*Se meu zelo não me cega nesta empresa, não duvidamos de modo algum que com uma alma forte e um senso correto, este inimigo do gênero humano não abjure enfim o seu ódio com seus erros, que a razão que o desviou, não o reconduza à humanidade, que não o ensine a preferir ao seu interesse aparente seu interesse bem compreendido; que ele não torne-se bom, virtuoso, sensível, e para dizer tudo, enfim, de um Bandido feroz que ele queria ser, o mais firme apoio de uma sociedade bem ordenada*". (ROUSSEAU. 1964. p.284, 288-289).

liberdades locais, nos Estados Unidos, aproximam os homens uns dos outros e lhes ensinam a se ocuparem do interesse geral como seu próprio interesse. Envolvendo os homens com os pequenos problemas que se apresentam diariamente aos seus olhos, Tocqueville acredita poder envolvê-los com as grandes causas comuns.

Tocqueville conclui, desse modo, que numa sociedade igualitária a liberdade do cidadão depende de que cada um compreenda o bem público como seu próprio interesse. É a compreensão do necessário vínculo entre o interesse de cada um e o da coletividade que leva os homens à ajuda mútua e os dispõe, de bom grado, a dedicar parte do seu tempo e riquezas aos negócios do Estado.¹⁰¹ Eis o papel que cumpre a doutrina do interesse bem-compreendido no estado social igualitário: fazendo-os compreender que a realização do interesse próprio depende, numa certa medida, da realização do interesse comum, os indivíduos são retirados do isolamento que destrói o espírito público. Por exemplo, aquele que deseja livrar-se dos sobressaltos da violência urbana deve compreender que a sua tranquilidade depende, em boa dose, do bem-estar de toda coletividade. Logo, é de seu próprio interesse buscar, junto com seus concidadãos, os meios de equacionar um problema que é, também, seu. Nesse sentido, Tocqueville admite que os cidadãos americanos se preocupam com as causas comuns em vista da utilidade que o interesse coletivo pode representar para realização do seu interesse individual.

A principal vantagem vista por Tocqueville na doutrina do interesse bem-compreendido é que ela, oferecendo aos homens um critério de julgamento mais amplo do que o próprio bem-estar material, impede tanto a aniquilação do indivíduo na vontade da maioria quanto a crença excessiva de cada um em si mesmo, que estão na raiz do

¹⁰¹ Se os cidadãos se dedicam à causa pública em vista do próprio interesse, isso não significa que o bem geral possa resultar nem da busca individual do próprio interesse material, nem de uma espécie de equilíbrio entre interesses divergentes. Tocqueville jamais admitiu que os homens pudessem alcançar o bem público sem reconhecê-lo como seu próprio bem.

despotismo político (seja da maioria do povo, seja de um governo tutelar). Desde que os cidadãos se encarreguem da administração dos negócios relativos às suas comunidades e se integrem com seus concidadãos em vista do bem da coletividade, a liberdade se desenvolve.

Se a busca da liberdade não é a paixão principal que move os homens no estado democrático, tampouco é contrária a essa paixão. Tocqueville descobre, na América, que, no estado democrático, a liberdade só pode brotar do interesse de cada um pelo seu próprio bem-estar apenas quando esse interesse for bem compreendido. Ou seja, segundo Tocqueville, a doutrina do interesse bem compreendido, na medida em que leva os indivíduos, não a abdicarem de si mesmos em proveito de seus semelhantes, mas a entenderem que, servindo aos outros, beneficiam a si mesmos, introduz nas ações humanas o domínio de cada um sobre a paixão desmedida pelo bem-estar que o atormenta.

Dominar a si mesmo, de modo a impedir-se de violar os direitos dos demais cidadãos, nada mais é do que ser virtuoso. Entretanto, segundo argumentei na primeira seção deste capítulo, Tocqueville não pretende que os homens abram mão de seus interesses particulares, entendendo o princípio de virtude, exigido por Montesquieu¹⁰² para as Repúblicas, de uma forma um pouco mais alargada. Em um fragmento da fase preparatória da redação de **A Democracia na América**, Tocqueville afirma que: "os americanos não formam um povo virtuoso e, no entanto, eles são livres" e justifica a sua posição tendo por base o princípio de virtude proposto por Montesquieu:

"Não devemos tomar a idéia de Montesquieu num sentido estrito. O que quis dizer este grande homem é que as repúblicas não podem subsistir senão pela ação da sociedade sobre ela mesma. O que ele entende por virtude é o poder moral que exerce cada indivíduo sobre si mesmo e que o

¹⁰² Montesquieu considera virtude a renúncia de si mesmo ou supremacia do interesse público em relação ao privado. Ver: MONTESQUIEU. 1979. parte I, livro 4, cap. 5, p. 54.

impede de violar o direito dos outros. Quando o triunfo dos homens sobre suas tentações é o resultado da fraqueza da tentação ou de um cálculo de interesse pessoal, isto não se constitui em virtude aos olhos do moralista; mas serve à idéia de Montesquieu que falava antes do efeito do que da sua causa. Na América, não é a virtude que é grande, é a tentação que é pequena, o que dá no mesmo. Não é o desinteresse que é grande, é o interesse que é bem compreendido, o que também dá quase no mesmo. Montesquieu tinha razão então, ainda que ele falasse da virtude antiga, o que diz dos gregos e dos romanos ainda se aplica aos americanos" (MAYER.1959. p. 307-308).

Se virtude é o poder moral que os indivíduos exercem sobre si mesmos e que os impede de violar o direito dos outros, o triunfo dos homens sobre suas tentações já não pode ser, nesse Estado marcado pela igualdade de condições, o resultado de uma determinação de caráter que faz com que os homens se sacrifiquem pelos seus semelhantes simplesmente porque acreditam ser correto fazê-lo. Tocqueville reconhece que tal triunfo só pode resultar do interesse ou do cálculo pessoal, ou seja, ele reconhece, como móvel da ação moral, a compreensão de que favorecendo-se os seus semelhantes, se favorece a si mesmo. Nesse sentido, admite Tocqueville, tornando-se o conceito de virtude de Montesquieu mais largo e abrangente que na doutrina americana do interesse bem compreendido, há uma espécie peculiar de virtude.

O exemplo americano ilustra a crença tocquevilliana de que a virtude alargada dos tempos igualitários alcança, nessa sociedade, resultado idêntico à virtude estritamente vivida pela aristocracia cristã. Embora os americanos não possam ser ditos virtuosos no sentido estrito, posto que a idéia de sacrificar-se por uma causa nobre não faz parte do espírito do povo, Tocqueville os julga um povo livre. Ora, se a liberdade supõe virtude, é preciso admitir que haja alguma espécie de virtude nas ações desse povo. Se a concessão ao interesse pessoal como móvel da virtude fragiliza a exigência moral, o povo americano, agindo em vista do próprio interesse bem compreendido, não é virtuoso no sentido estrito,

mas alcança o mesmo resultado e, portanto, segundo Tocqueville, possui algo equivalente à virtude.

Certamente, no caso americano, Tocqueville sabe que

"a doutrina do interesse bem compreendido não produz grande devoção; mas sugere cada dia pequenos sacrifícios; por si mesma não poderia fazer o homem virtuoso, mas forma uma multidão de cidadãos, regrados, temperantes, moderados, providentes, mestres de si mesmos. E, se não os leva diretamente à virtude por meio da vontade, os aproxima dela insensivelmente pelos hábitos" (DA. T. II, parte 2, cap. 8, p. 637).

A afirmação do interesse pessoal encoraja um certo comportamento cujo efeito é um tipo de virtude pública baseado na compreensão de que "tais sacrifícios são necessários àquele que os impõe como àquele que dele se aproveita" (DA. T. II, parte 2, cap. 8, p. 636). Segundo Tocqueville, o tempo da dedicação cega e das virtudes instintivas ficou para trás, é preciso, agora, proteger os homens da paixão que os atormenta pela educação.

A virtude na América é fruto da ação esclarecida e livre dos cidadãos que interagem no espaço público, não em vista de alcançar exclusivamente este ou aquele bem para o seu conforto pessoal, mas em vista da realização do benefício comum. Semelhante disposição, reconhece Tocqueville, está longe de ser algo inerente a um homem ou a um povo; antes, constitui-se pouco a pouco pela convivência e pelas ações cooperativas, as quais, como arte humana, criam as condições necessárias para a realização da igual liberdade dos cidadãos.

Nesse sentido, a doutrina do interesse bem compreendido assegura um mínimo de virtude necessária à comunidade política, posto que cumpre o papel de tirar os indivíduos do isolamento que destrói o espírito público, aproximando-os e fazendo-os submeterem seus interesses particulares à causa comum. Pois, quando as condições sociais se tornam

mais iguais, basta não frear a paixão excessiva pelo bem-estar privado para que os homens submetam-se a um poder que lhes prometa tudo prover.

Eis por que, embora Tocqueville conceba que os homens dos tempos democráticos sejam movidos pelos seus interesses privados, ele considera necessário interessar os homens por algo além da busca daquilo que é útil ao seu bem-estar material. Se os homens se deixam levar por esses desejos mesquinhos, isolam-se uns dos outros e, facilmente, sucumbem a um governo despótico. Apenas quando os indivíduos reconhecerem a necessidade que têm uns dos outros e reconhecerem como seu o interesse público, poderão triunfar sobre a paixão que os atormenta e criar um Estado que preserve a liberdade de todos.

A igualdade de condições é um suposto da liberdade nos tempos democráticos, mas um estado social igualitário sem virtude para moderar a paixão que lhe é inerente pode levar os homens à servidão. O intermediário necessário entre a igualdade e a liberdade é a virtude pública que, na América, desenvolve-se por meio da doutrina do interesse bem compreendido. Pedagogicamente, tal doutrina cumpre o papel de desenvolver em cada cidadão a capacidade de pensar, julgar e agir de acordo com si mesmo, de modo comprometido com o respeito ao direito de igual liberdade de todos os seus concidadãos.

Se a doutrina do interesse bem compreendido é, no julgamento de Tocqueville, "a teoria filosófica mais apropriada às necessidades dos homens de nosso tempo" (DA. T. II, parte 2, cap. 8, p. 637), é porque faz os homens perceberem a necessária vinculação entre eles, desenvolvendo-lhes o gosto de servir às causas comuns. Por intermédio da doutrina do interesse bem compreendido, Tocqueville mostra que, embora a massificação do indivíduo e o individualismo sejam tendências próprias das sociedades democráticas, não é necessário que se desenvolvam. Ainda que as virtudes extraordinárias sejam raras, basta essa doutrina para frear as mais grosseiras depravações egoístas que destroem o espírito

público. Considerando os indivíduos separadamente, Tocqueville admite que a doutrina do interesse bem compreendido é insuficiente às grandes almas, entretanto é essa mesma doutrina que torna a maioria dos homens, cujo espírito não se desenvolvia pressionado pela satisfação das necessidades básicas, capaz de "encontrar e conservar-se" no "nível ordinário de humanidade" (DA. T. II, parte 2, cap. 8, p. 637). Apesar das vantagens dessa doutrina, Tocqueville não se furta de julgá-la:

"o interesse bem compreendido é uma doutrina pouco elevada, mas clara e segura. Ela não visa alcançar grandes objetivos, mas ela atinge sem esforços todos aqueles que ela visa. Como está ao alcance de todas as inteligências, cada um a toma facilmente e a conserva sem dificuldades. Acomodando-se maravilhosamente à fraqueza dos homens, obtém facilmente um grande império, e de modo algum lhe é difícil conservá-lo, porque ela volta o interesse pessoal contra ele mesmo e se serve, para dirigir as paixões, do aguilhão que as excita" (DA. T. II, parte 2, cap. 8, p. 637).

O julgamento de Tocqueville é bastante claro: a doutrina do interesse bem compreendido é útil na medida em que faz os indivíduos integrarem-se impedindo o individualismo. Mas é também pouco elevada, própria a homens fracos, na medida em que estes só se sacrificam pelos demais em vista da utilidade para si mesmos.

Resta-nos saber, ainda, se o mínimo de virtude subjacente à doutrina do interesse bem compreendido é suficiente, ou seja, resta-nos saber se essa concepção alargada de virtude basta para fazer com que os homens dos tempos democráticos ajam com justiça, o que significa agir tendo vista a garantia da igual liberdade para todos. É preciso lembrar que a doutrina do interesse bem compreendido pauta-se pelo interesse dos cidadãos concernidos, ou, mais exatamente, por aquilo que a maioria dos cidadãos considera ser o interesse comum. Embora essa doutrina disponha os homens a ultrapassarem sua esfera privada e a se projetarem no espaço coletivo, o critério de cada um para julgar o interesse coletivo permanece muito problemático. O princípio de utilidade inerente à doutrina do

interesse bem compreendido (que faz um homem agir em benefício dos demais, buscando realizar o seu próprio benefício) não parece constituir-se como um critério seguro para julgar se esse interesse coletivo que assume como seu é justo, ou seja, não parece capaz de estender o direito à liberdade a todos os homens indistintamente. Assim, a doutrina do interesse bem compreendido pode servir para conferir legitimidade às ações despóticas de uma parte dos cidadãos contra outra parte.

Enquanto as ações públicas se basearem somente na utilidade para o maior número de cidadãos, jamais estaremos seguros de que a liberdade das minorias (sejam aristocratas, sejam índios, ou negros, ou timorenses, por exemplo) será preservada; jamais estaremos seguros da realização da justiça no estado democrático. Nesse sentido, o princípio de utilidade, sempre flutuante e impreciso, é um meio ainda insuficiente para a pedagogia da virtude.

4.3 A Dificuldade da Virtude

Considerando que a possibilidade de realização da justiça exige que os homens exerçam a responsabilidade de determinar o destino comum importa, segundo Tocqueville, dar-lhes condições para que seus atos venham no sentido da preservação da liberdade de todos os cidadãos, sem a qual a justiça não é possível. É preciso ter cuidado, preservar a liberdade de todos está longe de significar que cada um está autorizado a agir exclusivamente segundo sua própria vontade, tampouco significa que a vontade do indivíduo está excluída. A condição necessária para que todos os cidadãos gozem igualmente de liberdade é que o interesse privado, móvel do indivíduo no estado

democrático, seja guiado por um princípio normativo que o transcenda, a fim de favorecer o triunfo do homem sobre suas tentações.

Tocqueville não é nada generoso quando julga os homens dos tempos democráticos: homens fracos e mesquinhos que parecem incapazes de agir inspirados por outras motivações que não a busca do seu próprio bem-estar material. Entretanto, apesar do severo julgamento que Tocqueville faz dos homens simples do povo, ele não os condena *a priori* à barbárie. Há, sem dúvida, dificuldades para a realização do ideal democrático, que são inerentes ao estado social igualitário e decorrem fundamentalmente do isolamento e da busca incansável do bem-estar material. No entanto, essas dificuldades precisam ser bem dimensionadas, a fim de não se inviabilizar o projeto político de construção da democracia proposto por Tocqueville.

Sabemos que o principal móvel dos homens nos tempos democráticos é o interesse próprio, porém o convívio com os norte-americanos mostrou a Tocqueville que pode ser útil a cada um vincular o próprio interesse ao interesse coletivo. Por intermédio da doutrina do interesse bem compreendido, os homens reconciliam-se uns aos outros e aprendem a cooperar e a respeitar o igual direito de liberdade de seus concidadãos, pelo menos no limite do interesse do maior número. A dificuldade está no fato de que nem sempre o interesse do maior número é compatível com a realização da igual liberdade de todos; precisamos, portanto, esclarecer em que medida a doutrina do interesse bem compreendido contribui para a realização do ideal democrático.

Ora, se a doutrina do interesse bem compreendido não é suficiente para assegurar que os cidadãos dos tempos democráticos ultrapassem o mero princípio da utilidade e ajam em vista de um princípio incondicional, devemos admitir, por outro lado, que semelhante doutrina favorece a compreensão de que o interesse de cada um vincula-se ao interesse coletivo, rompendo com o isolamento e a busca exclusiva do próprio bem-estar, os quais

dão origem ao descaso com o bem público. Portanto, se a doutrina do interesse bem compreendido não torna os homens propriamente virtuosos, pelo menos constitui-se como um primeiro passo em direção ao aprendizado da virtude pública.

Devemos lembrar que Tocqueville, analisando a democracia americana, admite que o americano em geral não pode ser dito virtuoso no sentido estrito, pois a idéia de abnegação ou sacrifício de si mesmo não faz parte de seu espírito. Contudo, ele os julga um povo livre. Ora, se liberdade supõe virtude, é preciso admitir que haja alguma espécie de virtude nas ações desse povo. Ficou para trás o tempo das dedicações cegas e das virtudes instintivas; nos tempos democráticos, segundo Tocqueville, a virtude pública só pode advir das luzes e do cálculo. Isso não significa que Tocqueville assuma uma posição utilitarista; pelo contrário, ele sempre demonstrou ter uma profunda sensibilidade moral.¹⁰³ No entanto, acreditava que "para um número cada vez maior de seus contemporâneos, os chamamentos da moralidade já não surtiem efeito, já não tinham poder de persuasão nem de modificar suas ações" (SCHLEIFER. 1984. p. 312). Desse modo, assumindo uma atitude pedagógica que visa a sensibilizar e comprometer moralmente seus concidadãos, Tocqueville aceita o argumento da utilidade, justificando que "se a moralidade fosse forte o bastante por si mesma, não consideraria tão importante basear-se na utilidade. Se a idéia da justiça fosse mais poderosa, não falaria tanto da idéia da utilidade"(SCHLEIFER. 1984. p. 265).

Tocqueville aceita submeter a virtude do homem democrático à proteção do interesse tão-só porque, nesse Estado, a moralidade é frágil. Sem dúvida, a doutrina do interesse bem compreendido em nada facilita o surgimento das virtudes extraordinárias,

¹⁰³ Ainda que essa sensibilidade moral de Tocqueville transpareça em suas cartas e livros, há um texto bastante esclarecedor: MELONIO. 1993. cap. 2: Tocqueville moraliste des temps modernes, les années quarante.

mas impede sem dificuldade as grosseiras depravações. Na medida em que "acomoda-se facilmente às fraquezas dos homens, obtém facilmente um grande domínio e de modo nenhum lhes é difícil conservá-lo, porque volta o interesse pessoal contra si mesmo e se serve para dirigir as paixões, do aguilhão que as excita" (DA. T. II, parte 2, cap. 8, p. 637). Eis por que Tocqueville considera a doutrina do interesse bem compreendido como a mais poderosa garantia que os homens dos tempos democráticos dispõem contra si mesmos: em lugar de impor aos homens algo que não lhes pertence intrinsecamente, a doutrina do interesse bem compreendido faz com que os homens triunfem sobre suas tentações em vista do seu próprio interesse. Neste sentido, Tocqueville propõe que os moralistas do seu tempo, ainda que julguem essa doutrina imperfeita, aceitem-na como necessária.

É preciso ter claro: essa concepção alargada de virtude não pretende chocar-se com a concepção clássica, mas apenas adequá-la aos novos tempos. Ainda que a origem da virtude possa ser diversa, seu conteúdo deve ser o mesmo: só pode ser dito virtuoso aquele que age em vista do bem da coletividade. Se, outrora, virtuoso era aquele abnegado que, sacrificando a si mesmo, dedicava-se à glória de seu senhor e de sua comunidade; no estado democrático, o homem é virtuoso, não quando age em vista do seu próprio bem, nem quando o renega, mas, quando, tendo o seu próprio bem como princípio motor, age em vista do bem comum, de modo a preservar a igual liberdade de todos os homens.

A virtude está longe de ser algo inerente a um homem ou a um povo, antes constitui-se pouco a pouco por intermédio do seu fazer conjunto. Mas de um determinado fazer conjunto, aquele que cria condições para a realização da liberdade. A virtude é fruto da ação esclarecida dos cidadãos que interagem no espaço público, não em vista de alcançar exclusivamente este ou aquele bem para o seu conforto pessoal, mas em vista da realização do benefício comum da liberdade. Podemos afirmar, então, que a ação política é a condição da virtude cívica, e essa a condição da liberdade. Isso não significa que toda

ação política seja virtuosa, pois nem toda ação política resulta em liberdade. No horizonte democrático, tanto a liberdade quanto a servidão são possíveis frutos da ação política dos cidadãos, entretanto apenas aquela que produz a liberdade pode ser dita virtuosa e, portanto, capaz de realizar o ideal de justiça.

A grandeza e a fragilidade da doutrina do interesse bem compreendido estão muito próximas: sua grandeza transparece na possibilidade que oferece ao indivíduo do estado democrático de ultrapassar sua mesquinhez e agir em nome do bem comum. Entretanto é preciso ter cuidado: o bem comum não pode ser o mero somatório das vontades concordantes, é necessário que os homens reconheçam, acima de seus interesses privados, uma norma transcendente capaz de guiar o seu julgamento de modo a fazê-los optarem sempre por aquelas ações que preservam a igual liberdade dos homens. Nesse ponto, a doutrina do interesse bem compreendido mostra-se frágil.

Para motivar os homens para aquelas ações nas quais não conseguem perceber uma relação direta com o seu interesse próprio (como é o caso das ações de ajuda humanitária, por exemplo, salvamentos, doações de gêneros essenciais para sobrevivência, cuidados e socorros médicos), faz-se necessário, segundo Tocqueville, aliar a doutrina do interesse bem compreendido à religião:

"Se a doutrina do interesse bem compreendido só tivesse em vista este mundo, estaria longe de bastar, pois há grande número de sacrifícios que só no outro podem achar a sua recompensa; e, ainda que se façam esforços de espírito para experimentar a utilidade da virtude, será sempre difícil fazer bem viver um homem que não deseja morrer" (DA. T. II, parte 2, cap. 9, p. 639).

A religião é o suporte da moralidade; sobretudo nos tempos democráticos, quando os homens pautam sua ação fundamentalmente pela percepção das vantagens que podem, diretamente, usufruir.

Nos Estados Unidos, observa Tocqueville, os homens parecem mostrar, pela sua prática, a necessidade que sentem de conciliar o espírito religioso com a doutrina do interesse bem compreendido:

"quando chega o sétimo dia de cada semana, a vida comercial e industrial da nação parece suspensa, todos os ruídos interrompem-se. Um profundo repouso, ou antes, uma espécie de solene recolhimento lhe sucede; a alma retorna afinal à posse de si mesma e se contempla. Durante este dia, os lugares consagrados ao comércio ficam desertos; cada cidadão, rodeado por seus filhos, vai a um templo; ali, fazem-lhe estranhos discursos que parecem pouco apropriados para os seus ouvidos. Recordam-se-lhe os males inumeráveis causados pelo orgulho e pela cobiça. Fala-se-lhe da necessidade de regular os seus desejos, dos prazeres delicados que se ligam à pura virtude e da verdadeira felicidade que a acompanha. De volta a sua morada, não se o vê correr aos registros do seu negócio. Ele abre o livro das Sagradas Escrituras; nele, encontra quadros sublimes da grandeza e da bondade do Criador, da magnificência infinita das obras de Deus, do alto destino reservado aos homens, dos seus deveres e dos seus direitos à imortalidade" (DA. T. II, parte 2, cap. 15, p. 655-656).

A religião, na medida em que arranca os indivíduos de seus interesses mesquinhos e passageiros que preenchem suas vidas, e lhes apresenta um mundo ideal onde tudo é puro e eterno, oferece a cada um uma norma moral universal, proporcionando aos cidadãos um critério para julgar a própria ação e a ação coletiva. Sem essa norma universal, o critério do estado democrático é a vontade da maioria (seja esta expressa pela opinião pública ou pelo governo tutelar que a representa), critério este extremamente perigoso, pois sendo essa a vontade absoluta, ou seja, não admitindo nenhum critério exterior a si para decidir qualquer controvérsia, a maioria pode comportar-se tiranicamente em relação à minoria, de modo a impor a servidão a um grupo de cidadãos: condição de máxima injustiça.

Se Tocqueville converte-se à democracia é porque apenas esse estado social e político oferece a todos os homens a possibilidade de se fazerem livres. Tal é a "imutável finalidade para a qual deve sempre tender o gênero humano". Entretanto, a imutabilidade

diz respeito apenas ao fim: "os meios de fazê-los chegar até ela variam constantemente". Muitos são os caminhos possíveis, no estado democrático, para se propagarem na sociedade "o gosto pelo infinito, o sentimento do grandioso e o amor aos prazeres imateriais" (DA. T. II, parte 2, cap. 15, p. 656-657).

O interesse esclarecido pela prática política e dirigido pelo espírito religioso faz do povo americano, segundo Tocqueville, um povo virtuoso. Nesse sentido, ele afirma: "seria injusto acreditar que o patriotismo dos americanos e o zelo que cada um deles demonstra pelo bem-estar de seus concidadãos nada tem de real" (DA. T. II, parte 2, cap. 4, p. 619). Pouco importa a impureza originária de sua virtude, relevante, para Tocqueville, são as consequências políticas benéficas à liberdade humana que se produziram nos Estados Unidos.¹⁰⁴

Partindo do suposto que cada forma de sociedade produz como que uma humanidade distinta, Tocqueville conclui que, tanto na América quanto na França, "os homens estavam sujeitos às mesmas imperfeições e expostos às mesmas misérias" (DA. T. I, parte 2, cap. 9, p. 360). Contudo, os americanos conseguiram corrigir, pela arte, os defeitos naturais da sociedade democrática. Neste sentido, segundo Tocqueville, eles são exemplares. Não que suas leis sejam as melhores possíveis ou que devam ser imitadas, mas porque o êxito da sua arte política mostra aos outros povos que "não devem perder as esperanças de regular a democracia com ajuda das leis e dos costumes" (DA. T. I, parte 2, cap. 9, p. 361).

Ainda que Tocqueville teça duras críticas aos homens dos tempos democráticos, jamais os condena a uma situação de barbárie e miséria sem volta. Ele está seguro que "o coração do homem é maior do que supomos; pode encerrar a um tempo o gosto pelos bens

¹⁰⁴ Ver: JASMIN. 2000. p. 81.

da terra e o amor aos do céu; às vezes, parece entregar-se perdidamente a um dos dois; mas nunca fica muito tempo sem pensar no outro" (DA. T. II, parte 2, cap. 15, p. 659). Herdeiro dos ideais iluministas, sua concepção antropológica é otimista,¹⁰⁵ não porque o homem seja o que deve ser, mas porque é tão-somente ele mesmo quem pode buscar o antídoto àquilo que ele não deve ser. A determinação das condições sob as quais o estado social se manifesta politicamente depende diretamente da razão, da vontade e da ação dos homens. Bem entendido da razão, da vontade e da ação de todos os cidadãos, qualquer exclusão rompe com a democracia.

Nesse sentido, podemos compreender por que Tocqueville afirma que a sorte da democracia não está dada *a priori*: a democracia justa é uma possibilidade que repousa na capacidade de aperfeiçoamento dos homens. A dificuldade é que, embora a virtude do cidadão seja uma condição necessária para a realização da democracia justa, a virtude do cidadão não é uma condição natural ou inerente aos homens. É preciso educá-los para a virtude.

Nos Estados Unidos, Tocqueville observou que, de início, os americanos ocuparam-se do interesse geral por um cálculo de vantagens, mas, de tanto trabalharem pelo bem de seus concidadãos, descobriram o laço que une o seu interesse privado ao interesse geral.¹⁰⁶ Afastando os indivíduos de seus problemas particulares, a participação política, acredita Tocqueville, ensina os cidadãos sobre as obrigações de uns para com os outros, inculca preocupações com os negócios públicos, e lhes oferece motivação mais nobre do que a busca da fortuna pessoal. Desse modo, segundo Tocqueville, as instituições

¹⁰⁵ Ainda que vários autores (Melonio, Gibert, Boesch, entre outros) chamem atenção a esse otimismo antropológico, creio importante ressaltar que seu otimismo não é cego ou ingênuo, posto que se funda na crença de que o homem é livre e, enquanto tal, tem a capacidade de escolher e decidir sobre o seu próprio destino. Tocqueville é otimista porque acredita que os homens escolherão a liberdade, e não porque acredite que os homens necessariamente se tornarão livres. Apesar de otimista, Tocqueville deixa sempre aberta a possibilidade do inusitado.

livres e os direitos políticos dirigem o espírito do cidadão americano "para a idéia de que o dever, assim como o interesse dos homens, é tornarem-se úteis aos seus semelhantes". O amor à pátria e a benevolência para com o outro advêm do hábito adquirido pela ocupação constante de cada um com o interesse geral. Pouco a pouco torna-se escolha aquilo que era cálculo, pois "à força de trabalhar para o bem de seus concidadãos", afirma Tocqueville, os indivíduos "adquirem não apenas o hábito, mas também o gosto de servir-lhes" (DA. T. II, parte 2, cap. 4, p. 620).

Tocqueville deposita toda sua esperança na arte: é preciso arrancar os homens da observação de si mesmos, forçá-los a se ocuparem dos negócios públicos, obrigá-los a se dedicarem ao bem de seus concidadãos, a fim de que, pela força do hábito, desenvolva-se o gosto.¹⁰⁷ Tarefa árdua, cuja possibilidade de êxito é sempre incerta. Mas nem diante dessa dificuldade colossal Tocqueville fraqueja, pelo contrário, ele convida todos os cidadãos (legisladores, governantes, homens esclarecidos, negociantes, religiosos, mulheres e mães, enfim) para, por intermédio das mais diversas instituições sociais e políticas, obrigarem cada um por seu próprio interesse a tornar-se virtuoso. O importante para Tocqueville é o resultado; ainda que seja um moralista é, sobretudo, um político; e, sendo político, ainda que não tenha nenhuma certeza, mostra-se pleno de esperança na possibilidade de que os homens escolham ser livres.

¹⁰⁶ Ver: JASMIN. 2001. p. 208-211.

¹⁰⁷ De acordo com GOLDSTEIN (1964. p. 44-47), é possível ver, na defesa que Tocqueville faz do imperialismo francês, um meio de congregar os indivíduos em torno de uma causa comum e de estimular o espírito público. Em DA (T. II, parte 3, cap. 22, p. 787), Tocqueville afirma: "*a guerra quase sempre engrandece o pensamento de um povo e lhe eleva o coração. Há casos em que só ela pode deter o desenvolvimento excessivo de certos pendores que a igualdade naturalmente faz nascer, e outros em que é preciso considerá-la como necessária a certas doenças inveteradas, às quais as sociedades democráticas estão sujeitas*". Isso não significa que ele desconheça os perigos que uma guerra representa para a liberdade nos países democráticos: "*Todos aqueles que procuram destruir a liberdade no seio de uma nação democrática devem saber que o meio mais seguro e mais certo é a guerra*" (p.788).

5 A EDUCAÇÃO DO CIDADÃO

Tocqueville afirma, na introdução de **A Democracia na América**, que sua viagem aos Estados Unidos tinha um propósito: "encontrar ensinamentos dos quais pudéssemos tirar proveito" (DA. T. I, Introdução, p. 15). Não porque ele acreditasse que os americanos tivessem encontrado a única forma de organização política que o estado social igualitário poderia admitir. Mas porque acreditou que, conhecendo o povo no qual a igualdade de condições atingiu o seu desenvolvimento "mais completo e mais pacífico", poderia "discernir claramente as conseqüências naturais e perceber, se possível, os meios de torná-la proveitosa aos homens" (DA. T. I, Introdução, p. 15).

A Democracia na América adquire, assim, desde o início, um caráter também pedagógico, e se evidencia que Tocqueville, embora não tivesse nenhum apreço espontâneo pela igualdade de condições, não desejava furtar-se a ela, mas dirigi-la. Utilizando-se de uma metáfora, ele compara a igualdade de condições, quando abandonada aos seus instintos, a uma criança que cresce privada do carinho e dos cuidados necessários, levando o leitor a concluir que ambas, carentes de proteção e auxílio, "só conhecem o vício e as misérias" (DA. T. I, Introdução, p. 8).

Faz-se necessário, portanto, uma intervenção pedagógica, a fim de bem encaminhar o vir-a-ser da igualdade de condições. Trata-se, para Tocqueville, de dirigir o processo:

"instruir a democracia, reanimar, se possível, as suas crenças, purificar seus costumes, regular os seus movimentos, substituir, pouco a pouco, a sua inexperiência pela ciência dos negócios, os seus instintos cegos pelo conhecimento de seus verdadeiros interesses; adaptar o seu governo aos tempos e aos lugares; modificá-lo conforme as circunstâncias e os homens" (DA. T. I, Introdução, p. 8).

A tônica do parágrafo recai na necessidade de educar os cidadãos. Guiando suas crenças, costumes, interesses, Tocqueville acredita poder fazê-los virtuosos, condição fundamental para que constituam um estado democrático justo.

Se seu propósito já aparece de tal maneira formulado na introdução de **A Democracia na América**, é porque deseja o concurso de todos os seus concidadãos na realização dessa tarefa. Tocqueville sabe que, no Estado democrático, não pode haver exclusão, ou seja, dirigir a democracia supõe a participação ativa e responsável de cada um dos cidadãos, sob pena de se romper a igualdade e submetê-los à servidão política e à degradação. Neste sentido, Tocqueville ressalta o papel da arte humana (da capacidade inventiva e criadora dos próprios cidadãos) para que se estabeleça a harmonia entre o estado social de igualdade e o estado político de liberdade.

Tocqueville demonstra, portanto, elevada consideração pelos homens dos tempos democráticos. Isso não significa que ele desconheça seus vícios e limitações, mas que acredita profundamente na capacidade humana de aperfeiçoar-se,¹⁰⁸ de transformar-se para que os homens possam vir a produzir por si mesmos as condições necessárias para se fazerem livres no estado social igualitário. A educação dos homens do Estado democrático será, então, o objeto deste capítulo e, nesse sentido, trataremos, em primeiro lugar, da responsabilidade que Tocqueville atribui aos próprios homens concernidos pelo processo da sua aprendizagem.

¹⁰⁸ "Embora os homens se pareçam em muitos pontos com os animais, há um traço que só é particular a ele: o homem se aperfeiçoa, os animais nunca se aperfeiçoam. A espécie humana não pôde deixar de descobrir, desde a origem, esta diferença. A idéia da perfectibilidade é, pois, tão antiga quanto o mundo; não foi a igualdade que a fez nascer, mas lhe dá um caráter novo." **DA.T.** II, parte 1, cap. 8, p. 542-543. A distinção entre os homens e os animais, baseada na faculdade de aperfeiçoar-se, pode ser encontrada em Rousseau, no **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**: "*haveria outra qualidade muito específica que os distinguiria e a respeito da qual não pode haver contestação - é a faculdade de aperfeiçoar-se, faculdade que, com auxílio das circunstâncias, desenvolve sucessivamente todas as outras e se encontra, entre nós, tanto na espécie quanto no indivíduo; o animal, pelo contrário, ao fim de alguns meses, é o que será por toda a vida, e sua espécie, no fim de milhares de anos, o que era no primeiro ano destes milhares*". (ROUSSEAU. 1964. Primeira Parte, p.142).

A segunda seção será dedicada a mostrar como se constituem e se relacionam alguns dos diversos espaços e formas possíveis da arte humana. Minha análise será baseada nas idéias e exemplos propostos por Tocqueville; entretanto, vale dizer, nenhuma lista pode ser completa, pois os espaços e as formas possíveis da arte humana dependem da ação dos homens, a qual poderá sempre abrir novos espaços e manifestar-se sob formas diferentes. O propósito, dessa seção, não será nem mesmo esgotar aqueles apresentados por Tocqueville, mas trazer alguns exemplos eloquentes de como a própria razão, vontade e ação dos cidadãos pode assegurar sua liberdade.

Na terceira seção, pretendemos mostrar que a arte humana precisa de um suporte moral, o qual, segundo Tocqueville, é fornecido pelas religiões, sob pena de, agindo às cegas, não conseguir realizar o seu propósito de desenvolver a liberdade.

5.1 A Responsabilidade do Cidadão

Como sabemos, a igualdade de condições, argumenta Tocqueville, desenvolve nos homens duas tendências naturais, porém, assimétricas.¹⁰⁹ A primeira faz com que os indivíduos voltem-se prioritariamente para seus próprios interesses, e é particularmente forte no estado democrático, por estar em harmonia com aquilo que Tocqueville considera o valor dominante da sociedade igualitária: a própria igualdade.¹¹⁰ Essa tendência, considera Tocqueville, é muito perigosa, pois dispõe os indivíduos à busca privada dos bens materiais, ocasionando o descaso pelas questões coletivas e a submissão voluntária a

¹⁰⁹ Esse tema foi desenvolvido nesta tese, no capítulo 2, segunda seção: *A Paixão pela Igualdade*.

¹¹⁰ Ver: **DA**. T II, parte 2, cap. 1, p. 608.

um poder tirânico ou tutelar. Para combater semelhante servidão voluntária, Tocqueville concebe a necessidade de fortalecer "artificialmente" (DA. T II, parte 2, cap. 5, p. 623) outra tendência, também natural, dos homens dos tempos democráticos: o desejo de cada um seguir somente a própria vontade, como manifestação da sua faculdade de pensar, agir e sentir por si mesmo - uma condição necessária para o efetivo exercício da liberdade.

A assimetria existente entre essas duas tendências naturais (à igualdade e à liberdade) faz com que Tocqueville ressalte o papel da arte humana, sugerindo, assim, que a democracia é uma possibilidade que repousa na capacidade de aperfeiçoamento dos homens. Desse modo, ainda que o vir-a-ser da igualdade de condições não dependa da vontade dos homens, não há dúvida de que é o próprio homem quem determina a forma política desse estado social, e, nesse sentido, compreende Tocqueville, a servidão ou a liberdade do homem no Estado democrático são fruto ou da sua obediência cega às tendências individualistas mais primitivas, ou da consciência de que é necessário subordinar essas tendências à razão e à arte. O esforço tocquevilliano de apaziguar as mais perigosas tendências naturais dos indivíduos no estado igualitário, de modo a desenvolver a liberdade, supõe conceber o homem como um ser que pode ser formado, aperfeiçoado.

Foi-se o tempo em que alguns homens superiores dirigiam o povo inteiro¹¹¹. À medida que as condições sociais se nivelam, cada um torna-se tão forte e capaz quanto qualquer outro para pensar e julgar por si mesmo acerca de todas as questões que lhe concernem. Sendo assim, mais vale que todos possam dispor de luzes e costumes que os

¹¹¹ Ainda que Tocqueville critique a falta de luzes e a pouca virtude dos homens dos tempos democráticos, ele não sugere a organização de uma elite política cuja tarefa seja dirigir o povo à liberdade. Pelo contrário, Tocqueville instiga a cada um dos segmentos da sociedade (sem qualquer exclusão) a organizar-se e participar do processo de construção da sua liberdade. Neste sentido, afirma Boesche (1987. p. 192), *"Revoluções e reformas governamentais instituídas de cima sempre falham. Tocqueville concluiu que, a despeito de todas as dificuldades, o único caminho para estabelecer as condições adequadas para a liberdade é que sejam cultivadas pelo próprio povo - em particular, através da experiência prática ganha na participação descentralizada. Não se pode impô-la ou forçá-la a crescer; pode-se apenas preparar o solo e deixar a natureza fazer o resto"*.

auxiliem a bem julgar e bem agir, pois, afirma Tocqueville, "a concentração dos poderes e a servidão individual crescerão, então, nas nações democráticas, não somente em proporção à igualdade, mas em razão da ignorância" (DA.T. II, parte 4, cap. 4, p. 818).

A tarefa pedagógica impõe-se. É preciso a intervenção da arte para dirigir a natureza e auxiliar a realização do projeto Providencial. Trata-se não somente de estimular a tendência de cada um julgar e agir por si mesmo, pois esta não é diretamente oposta à paixão pelo bem-estar. Pelo contrário, em um Estado marcado pela igualdade de condições, os homens encontram-se isolados uns dos outros e preocupados com seus próprios interesses, de modo que podem julgar ou que o seu interesse é exclusivo ou que é idêntico ao de todos os demais. A possibilidade de os homens julgarem por si mesmos não está excluída, mas obscurecida pela mesquinhez. Fortalecer a capacidade de cada um pensar, agir e sentir por si mesmo significa, fundamentalmente, bem orientar o seu julgamento. Faz-se necessário educar o indivíduo independente da sociedade igualitária para a vida política; isso supõe desenvolver o entendimento e os costumes. Apenas um povo sábio e virtuoso é capaz, acredita Tocqueville, de proteger sua liberdade e sua dignidade contra os perigos que o estado social igualitário traz.

Se a participação ativa e responsável do cidadão na vida pública de sua comunidade é uma exigência do Estado democrático, esta não é, no entanto, uma disposição inerente aos homens destes tempos. Pelo contrário, segundo Tocqueville observa, esses homens são capazes de, espontaneamente, abrir mão de seus direitos políticos. Tocqueville pergunta: "qual é, hoje em dia, o meio de inculcar nos homens a idéia dos direitos e de fazê-los cair, por assim dizer, nos seus sentidos?" (DA. T I, parte 2, cap. 6, p. 272). Recorrendo a uma metáfora, ele descreve a aquisição da idéia do direito à propriedade pela criança e conclui que o único modo pelo qual os homens adquirem a idéia e o gosto pelos direitos políticos é usufruindo pacificamente desses direitos.

Educar é antes formar do que instruir;¹¹² é antes desenvolver do que oferecer. Portanto, não se trata, para Tocqueville, de dar lições de liberdade aos homens. Pelo contrário, ele afirma que esse gosto "entra por si mesmo nos grandes corações que Deus preparou para recebê-lo" (**ARR**. L. III, cap. 3, p. 1053). Não há forma de explicar o que seja a liberdade e suas vantagens para os homens que jamais a sentiram. Tratando da escravidão nos Estados Unidos,¹¹³ Tocqueville reafirma essa idéia confrontado a servidão dos negros à independência dos índios. Enquanto estes mantêm um altivo orgulho por suas tradições que lhes impede toda submissão aos brancos, aqueles, arrancados de seus costumes, sua religião, sua língua, mas mantidos à margem da nova sociedade, só encontram sentido como propriedade de outro e se submetem. Feitos escravos pela violência, nela permanecem envilecidos. A escravidão introduz vícios e hábitos inimigos da verdadeira liberdade política. O rebaixamento do homem o torna incapaz de cidadania. A independência traz aos homens dificuldades para as quais não estão preparados, pois ao longo de suas vidas aprenderam a obedecer, a servir à vontade de outro, mal reconhecendo a si mesmos.

Se a liberdade não pode ser ensinada - posto que depende de um sentimento e não de uma técnica - isso não significa, entretanto, que o homem não possa ser educado para a liberdade. A educação deve ser entendida, segundo Tocqueville, não como aquisição de um conhecimento específico, mas como um processo de formação, vinculado diretamente ao processo de desenvolvimento da razão e da virtude (ou seja, da superação de seus

¹¹² Essa diferença entre educar e instruir aparece, de modo muito claro, nas notas de Tocqueville sobre a liberdade de ensino: "*Nossos colégios dão instrução, mas façam o que fizerem, eles não podem dar educação. A educação, a cultura da alma, o ensino do dever, a preparação para as dificuldades e para os pesares da vida, tudo isto está além das lições dos colégios*" (**EDP**. Oeuvres Complètes. T. III, vol. 2, p. 556).

¹¹³ Ver: **DA**. T. I, parte 2, cap. 10.

preconceitos e dos instintos egoístas que afastam o homem dos demais e obscurecem o seu julgamento), dependente, sobretudo, da ação dos próprios homens.

A instrução propriamente dita, como aquisição de conhecimentos, esclarece o espírito, facultando aos indivíduos superar idéias, preconceitos e costumes opostos à democracia. Nos Estados Unidos, observa Tocqueville, "a instrução do povo serve poderosamente à manutenção da República democrática" (DA. T. I, parte 2, cap. 9, p. 352), entretanto, ainda que a instrução seja necessária para que os homens possam compreender as instituições democráticas, o desenvolvimento de costumes compatíveis com elas depende de que os homens ajam virtuosamente. A instrução não substitui a experiência política prática: "É participando da legislação que o americano aprende a conhecer as leis; é governando que se instrui nas formas do governo. A grande obra da sociedade realiza-se dia a dia sob os seus olhos e, por assim dizer, entre suas mãos" (DA. T. I, parte 2, cap. 9, p. 353).

A atividade política, que faz com que os indivíduos trabalhem uns pelo bem dos outros, desenvolve nos cidadãos o gosto pela liberdade¹¹⁴ e constitui-se como o meio privilegiado de realização do homem: "os sentimentos e as idéias não se renovam, o coração não cresce e o espírito não se desenvolve a não ser pela ação recíproca dos homens uns com os outros" (DA. T. II, parte 2, cap. 5, p. 623). O pleno desenvolvimento humano depende da participação do homem na vida política,¹¹⁵ de modo que podemos afirmar a existência de uma diferença qualitativa que separa o indivíduo isolado do cidadão.¹¹⁶ O

¹¹⁴ Ver as importantes análises de BOESCHE. 1987. cap. 6: Freedom as decentralization and participation; e de QUIRINO. 2001. II. 2 Indivíduo - Sociedade - Estado.

¹¹⁵ Segundo Lamberti (1983. p. 131), para Tocqueville, "*a vida política tem valor por si mesma, ela é conhecimento do mundo e transformação do homem*".

¹¹⁶ Podemos perceber, nesse aspecto, grande proximidade de Tocqueville ao pensamento político de Rousseau expresso no **Contrato Social**. Livro I, cap. 8, que mesmo reconhecendo que o homem do estado de natureza é um ser saudável, forte e perspicaz, faz um veemente elogio ao Estado civil, bendizendo o instante feliz em que o homem deixou o estado de natureza e se fez membro do corpo social, transformando-se, por

primeiro, preocupado tão-só com o seu bem-estar, é incapaz de julgar, com clareza, acerca do seu próprio interesse e sucumbe à servidão, seja ao poder tutorial, seja à tirania da maioria. O segundo, habituado a ocupar-se constantemente com o interesse geral, aprende a zelar pelos direitos políticos e faz-se livre. Aquele é um ser degradado, este um cidadão virtuoso.

Partindo do suposto toquevilliano de que "é na comuna que reside a força dos povos livres", podemos compreender a grande importância pedagógica que Tocqueville atribui à comuna: "as instituições comunais¹⁷ são para a liberdade aquilo que as escolas primárias são para a ciência; pois colocam-na ao alcance do povo, fazendo-o gozar de seu uso pacífico e habituar-se a servir-se dela. Sem instituições comunais, pode uma nação dar-se um governo livre, mas não tem o espírito da liberdade" (DA. T I, parte 1, cap. 5, p. 65). A experiência prática tem, para Tocqueville, um valor fundamental; pois a discussão conjunta dos problemas comuns, a divisão das responsabilidades, a organização da colaboração, o reconhecimento recíproco de cada um, em uma palavra, a participação na tarefas públicas de sua comunidade fazem com que o cidadão adquira uma motivação mais nobre do que a mera busca do seu bem-estar privado e desenvolva o espírito e o gosto pela liberdade.

Entretanto, se a comuna, essa espécie de associação tão natural que "por toda parte onde há homens reunidos forma-se espontaneamente", é o berço da liberdade do cidadão, isso não significa que a liberdade seja igualmente espontânea ou natural. A sociedade comunal, afirma Tocqueville, "existe entre todos os povos, seja quais forem seus usos e suas leis". Entretanto, "a liberdade comunal é coisa frágil", por ser aquela forma de

esse ato, de um animal estúpido e limitado, em um ser inteligente e moral. Ambos admitem que a moralidade eleva o homem, mas esta só pode ser alcançada no convívio com seus concidadãos.

liberdade "mais exposta às invasões do poder" (DA. T I, parte 1, cap. 5, p. 64-65): seja do poder centralizador ou tutelar, que tome para si as menores tarefas públicas, impedindo a iniciativa dos cidadãos; seja do poder tirânico da maioria, o qual, travestido de soberania do povo, penetra todos os recantos da vida pública, impedindo a manifestação das divergências e particularidades.

Partindo da análise do sistema americano, que "divide o poder municipal entre um grande número de cidadãos e não teme absolutamente multiplicar os deveres comunais", Tocqueville compreende que, nos Estados Unidos, a liberdade do cidadão depende da efetiva participação de cada um no processo de constituição da sua liberdade. A vida comunal, fazendo-se permanentemente presente aos cidadãos pelo cumprimento de um dever ou pelo exercício de um direito, imprime à sociedade uma existência política "que a agita sem perturbar" (DA. T I, parte 1, cap. 5, p. 74). Assim, se na América o espírito de liberdade encontra-se impregnado nas leis, nos costumes, nas instituições, ou no povo mesmo, é porque os próprios cidadãos agem no sentido de desenvolver e manter a liberdade. Tocqueville reconhece, na organização social, nas instituições políticas, nas leis, nos costumes dos americanos, as marcas da sabedoria e da virtude desses cidadãos. Não é o acaso que faz os homens livres, mas, afirma Tocqueville, o esforço e a vigilância constante de cada cidadão,¹¹⁸ sejam eles patrões, empregados, profissionais liberais, ricos, pobres, mulheres, religiosos, enfim.

Entretanto Tocqueville bem sabe que desenvolver nos homens dos tempos democráticos semelhante gosto é um processo longo e que, *a priori*, não podemos estar

¹¹⁷ As instituições comunais às quais Tocqueville se refere devem ser entendidas como as diversas funções público-administrativas (ele fala de 19 funções principais nas comunas da Nova Inglaterra), que os habitantes das comunas devem assumir alternadamente. Ver: DA. T I, parte 1, cap. 5, p. 67-69.

¹¹⁸ Todos os eventos da vida política no Estado democrático são uma oportunidade nova que se apresenta aos cidadãos para construção da própria democracia. Nesse sentido, afirma Zetterbaum: (1967. p. 97) "*a função de todos os expedientes democráticos de Tocqueville é da responsabilidade dos cidadãos, um processo*

seguros de seus resultados. Fundamental é que os próprios homens concernidos sejam os responsáveis pela criação e manutenção de sua liberdade. Assim como gosto, a liberdade precisa ser conquistada, construída pela prática de ações políticas que envolvam cada um com o bem-estar da coletividade.

5.2 Os Espaços da Arte do Cidadão

Investigaremos apenas alguns exemplos, dentre os inúmeros que os americanos ofereceram à Tocqueville, de como, por meio da arte humana, disseminar, nas instituições do Estado e da sociedade civil, espaços para ação conjunta dos cidadãos, que lhes permita desenvolver a virtude e dirigir o processo de igualdade de condições, a fim de fazerem-se livres na igualdade. Certamente, a doutrina do interesse bem compreendido é um primeiro passo em direção à virtude; entretanto sabemos que seu caráter utilitário pode levar a justificar violações à igual liberdade de grupos minoritários da sociedade. Assim, faz-se necessário buscar os mais diversos meios para inculcar a virtude nos cidadãos. Ainda que a forma de organização de um povo não possa ser transplantada para outro, pode lhe servir de inspiração. A criação de instituições que permitem o desenvolvimento da liberdade é fruto da arte humana. Desse modo, devemos convir, em primeiro lugar que, embora essas instituições não possam, por si mesmas, fazer livres os homens, elas conferem regularidade, equilíbrio e tranquilidade para a manutenção da liberdade, "sobretudo nos

complexo que envolve o crescimento, em cada homem, não apenas de uma consciência do outro, mas também de uma percepção do bem comum e dos meios pelos quais pode ser favorecido".

momentos de desinteresse e da inação do povo" (QUIRINO. 2001. p. 66).¹¹⁹ E, em segundo lugar, devemos admitir, também, que não podem estar predeterminados quais serão e como estarão organizadas tais instituições, além de que novos espaços e novas formas de manifestação da liberdade sempre poderão ser criados.

5.2.1. A Escola

Embora Tocqueville não dedique nenhum capítulo de **A Democracia na América** à instrução propriamente dita,¹²⁰ numa carta que enviou dos Estados Unidos, em 1º de junho de 1831, poucos meses após a sua chegada no Novo Mundo, podemos perceber claramente que já se ocupa de tal questão. Fazendo uma síntese de suas conversações, ele escreve:

"Todas as pessoas que vi até o presente, independentemente da classe social à qual pertençam, me pareceram não conceber que se possa duvidar das vantagens da instrução. Elas jamais deixaram de sorrir quando lhe dizemos que a opinião sobre este ponto não é universal na Europa. Eles estão de acordo em pensar que a difusão das luzes, útil a todos os povos, é de uma necessidade absoluta para um povo livre como o deles, onde não há nenhuma forma de imposto eleitoral, nem imposto de elegibilidade" (**VAm.** Oeuvres. T. I, p. 214 - 215).

¹¹⁹ Ver também: **ESPF**, p. 945.

¹²⁰ Segundo Eduardo Nolla (1990. I, p. XXXVI e XXXVII), Tocqueville havia previsto, em seus rascunhos, dois capítulos específicos sobre a instrução pública, os quais, no texto final, desapareceram. Acredito que a não inclusão destes capítulos no texto final de **DA** deve-se ao fato de que sua preocupação central, nessa obra, é a educação cívica. Embora ele admita que apenas um povo instruído possa fazer escolhas esclarecidas, a discussão acerca do método ou da forma da instrução no contexto de **DA** é secundária. Tais temas, contudo, são objeto freqüente de sua atenção. Tocqueville, como membro da câmara dos deputados, propôs reformas no sistema educacional, de modo a favorecer a livre concorrência entre as escolas e a

Ainda que Tocqueville compartilhasse um certo temor europeu contra a universalização da educação,¹²¹ já nessa sua carta transparece o reconhecimento de que a difusão das luzes, nos tempos democráticos, é um poderoso instrumento para a manutenção da liberdade. Desse modo, no estado de igualdade de condições, as luzes auxiliam a desviar os indivíduos dos seus mesquinhos interesses materiais e fazê-los compreenderem a necessidade que têm uns dos outros para produzirem o bem público e para manterem a liberdade.

Assim, a falta de um capítulo no qual Tocqueville trate acerca da escola, não significa a falta de preocupação sobre o tema. Pelo contrário, há várias passagens de **A Democracia na América**, de sua correspondência e de seus discursos políticos nas quais ele se refere diretamente ao sistema escolar, à instrução e à educação no seu sentido mais amplo. Já no segundo capítulo do primeiro tomo de **A Democracia na América**, quando Tocqueville trata da origem dos anglo-americanos e da importância dessa origem para o futuro, um dos aspectos que salienta é a disposição dos cidadãos de criarem escolas em todas as comunas e de se encarregarem do seu sustento, justamente porque consideram que a instrução é fundamental para que as crianças possam se tornar cidadãos no futuro. Em vista disso, eles atribuíram aos magistrados municipais a tarefa de "cuidar para que os pais enviem seus filhos para a escola" e lhes deram o direito de "impor multas contra aqueles que se recusam a fazê-lo, e caso continue a resistência, a sociedade, substituindo-se à

diversidade de métodos e programas de ensino, marcando posição em favor da liberdade de ensino na França. Sobre esses temas, ver o bom artigo de Sonia CHABOT. 1996.

¹²¹ Na Europa, segundo explica Chabot (1996. p.216), havia um certo temor de que a universalização da instrução fosse a perturbação da ordem social e política. Tocqueville, quando chegou aos Estados Unidos, parecia compartilhar os preconceitos de sua sociedade. Contudo, em uma carta que escreve a Kergolay (29 de junho de 1831), ele reconhece que tal, problema difícil de se resolver na França, nem se apresenta aos americanos, os quais acreditam que as luzes são suas únicas garantias contra os desvios da multidão. Se nessa época, Tocqueville revelava alguma dúvida, no texto de **DA** ela já está resolvida.

família, lança mão da criança e arrebatada aos pais o direito que a Natureza lhes havia concedido, mas do qual faziam tão mau uso" (DA.T. I, parte 1, cap. 2, p. 45).

A obrigatoriedade do ensino infantil, na América, apresenta-se como um meio de aproximar todas as inteligências de um nível médio, conferindo-lhes as noções mais ou menos iguais em matéria de religião, história, ciência, economia, política, legislação e governo.¹²² Tal difusão e tal uniformidade de conhecimentos criam condições favoráveis à manutenção da liberdade, na medida em que tornam ainda mais difícil a supremacia de um grupo sobre outro, ainda que a uniformidade de conhecimentos possa ser ambígua,¹²³ posto que tende a homogeneizar as opiniões, favorecendo as tendências uniformistas e centralizadoras do Estado democrático.

Para corrigir semelhante tendência, Tocqueville se faz defensor da liberdade de ensino, o que significa liberdade de métodos e programas, assim como liberdade de fundar escolas privadas, sejam elas ligadas a qualquer grupo religioso ou a alguém que simplesmente queira oferecer um ensino diferente daquele dispensado pelo Estado. Todo monopólio é perigoso, mas o monopólio do ensino (seja este do Estado, da igreja ou de qualquer outro grupo) é particularmente pernicioso ao Estado democrático, posto que inibe o surgimento da diversidade. Ele afirma estar convencido de que "a instrução, como todas as coisas, precisa, para se aperfeiçoar, se vivificar, se regenerar, do aguilhão da concorrência" (CHABOT. 1996. p. 223). Entretanto, bem sabe Tocqueville que nenhuma liberdade pode ser sem limites, de modo que considera fundamental que o Estado supervisione os estabelecimentos de ensino, segundo condições fixadas pela lei.

A instrução propriamente dita, por meio da qual os homens adquirem conhecimentos, ao mesmo tempo que informa sobre situações vividas, relações

¹²² Ver: DA.T. I, parte 1, cap. 3, p. 57.

¹²³ Ver: CHABOT. 1996. p. 228.

econômicas, avanços científicos, esclarece e possibilita se superarem idéias e preconceitos opostos à democracia:

"se os indivíduos, ao se tornarem iguais, continuassem ignorantes e sem educação, é difícil prever até qual estúpido excesso poderia chegar o seu egoísmo, e não se poderia dizer de antemão em que vergonhosas misérias mergulhariam eles próprios, temendo sacrificar alguma coisa do seu bem-estar à prosperidade de seus semelhantes" (DA.T. II, parte 2, cap. 8, p. 638).

Apenas um povo culto é capaz de fazer face às tendências uniformistas e centralizadoras próprias do estado democrático, argumenta Tocqueville, estabelecendo, desse modo, uma correlação direta entre a instrução dos indivíduos e sua capacidade de fazer escolhas políticas esclarecidas. Entretanto a "instrução que esclarece o espírito" não pode estar separada da "educação que regula os costumes", pois, segundo o autor, "não basta ensinar os homens a lerem e escreverem para logo fazê-los cidadãos" (DA.T. I, parte 2, cap. 9, p. 352). A instrução é uma condição necessária, mas ainda insuficiente.

Visando preparar os homens para o exercício da cidadania, o conjunto da educação nos Estados Unidos, observa Tocqueville, é voltado para a política. Nesse sentido, ele, elogiosamente, se refere às escolas infantis americanas, as quais não apenas instruem, mas preparam as crianças para a vida política, pois, por intermédio das brincadeiras da escola as crianças descobrem, por exemplo, a idéia do júri.¹²⁴ Reproduzindo, no seu âmbito, cenas da vida pública, as crianças, pouco a pouco, familiarizam-se com o funcionamento das instituições democráticas e preparam-se para ser cidadãos.

¹²⁴ "São, ao contrário, os hábitos da vida pública que os americanos transportam quase sempre para a vida privada. Entre eles, a idéia do júri se descobre nas brincadeiras da escola, e encontramos as formas parlamentares até na ordem de um banquete" (DA.T. I, parte 2, cap. 9, p. 353).

O sistema educacional americano revela, segundo Tocqueville, a originalidade do carácter desse povo: voltado para a política e para a prática, diferentemente do europeu, cuja principal finalidade é preparar os homens para a vida privada, o americano encontra na religião o seu fundamento. Ainda que Tocqueville não esclareça como se dá a intervenção do clero ou das instituições religiosas nas escolas americanas, ele destaca que as leis relativas à educação pública tem por princípio a crença religiosa:

"Considerando, diz a lei, que Satã, o inimigo da gênero humano, encontra na ignorância dos homens as suas mais poderosas armas e, que é útil que as luzes que trouxeram nossos pais não permaneçam sepultadas em suas tumbas; considerando que a educação das crianças é um dos principais interesses do Estado, com assistência do Senhor ..." (DA.T. I, parte 1, cap. 2, p. 45).¹²⁵

A estreita ligação entre o espírito de liberdade e o espírito de religião - que transparecem desde a educação infantil - contribui para a formação dos costumes democráticos desse povo. Nesse sentido, Tocqueville, mesmo sem dar explicações precisas do método que as escolas deveriam usar, aceita aliar o ensino religioso (desde que este não seja um mero catecismo) à instrução. A religião, introduzindo um contraponto aos instintos democráticos, orienta o julgamento e as ações, auxiliando na formação de virtudes cívicas.

O propósito da escola nas sociedades democráticas é múltiplo. Além de difundir conhecimentos básicos, desenvolver a cidadania e auxiliar na formação dos costumes, deve, ainda, preparar os homens para o mundo do trabalho. Segundo Tocqueville, deve haver adequação entre o ensino escolar e as necessidades sociais e políticas:

"se nos obstinásemos a ensinar apenas as belas letras, numa sociedade na qual cada um fosse habitualmente conduzido a fazer violentos esforços para aumentar sua fortuna ou para mantê-la, teríamos cidadãos muito polidos e muito perigosos; pois dando-lhes o estado social e político, todos

¹²⁵ Tocqueville assinala, no seu texto, que tais considerações foram extraídas do Código de 1650, p. 831.

os dias, necessidades que a educação nunca os ensinaria a satisfazer, perturbariam o estado em nome dos gregos e dos romanos, em lugar de fecundá-lo pela sua indústria" (DA.T. II, parte 1, cap. 15, p. 574 -575).

É, portanto, em nome dos interesses dos indivíduos, assim como da tranquilidade do Estado, que Tocqueville afirma que o ensino escolar deve estar dirigido para preparar os indivíduos ao desenvolvimento de suas atividades profissionais. Nesse sentido, apenas nos primeiros anos de suas vidas, os americanos podem dedicar-se à cultura geral; logo na juventude ingressam numa carreira e toda aprendizagem tem, então, em vista a utilidade e o lucro.

Ainda que Tocqueville defenda que a escola do estado democrático deva propiciar um ensino "científico, comercial e industrial antes que literário" (DA.T. II, parte 1, cap. 15, p. 575), isso não significa que ele pretenda banir os estudos eruditos. Muito pelo contrário. Em primeiro lugar, sob sua perspectiva, faz-se necessário viabilizar, por intermédio da escola, o acesso às luzes e os meios à profissionalização ao conjunto dos cidadãos. Mas, com esse mínimo garantido, é fundamental para Tocqueville, em segundo lugar, que "aqueles que, por natureza ou fortuna, são destinados a cultivar as letras ou predispostos a apreciá-las, encontrem escolas onde se possam tornar perfeitamente senhores da literatura antiga e imbuir-se inteiramente do seu espírito" (DA.T. II, parte 1, cap. 15, p. 575).

Certamente podemos notar que Tocqueville busca estabelecer a adequação da escola ao estado social e político. Entretanto a escola não pode ser um instrumento de homogeneização dos indivíduos. Para desenvolver a liberdade dos cidadãos, impedindo a unicidade do pensamento que está na base da tirania da maioria, Tocqueville defende a liberdade de ensino. A principal vantagem que Tocqueville atribui à liberdade de ensino está diretamente relacionada ao desenvolvimento e à manutenção da liberdade dos

cidadãos, pois, na medida em que as escolas se diversificam, introduz-se "um certo movimento nos métodos do ensino, nos fins do ensino, faz penetrar o espírito do século, o movimento do século, os progressos gerais do espírito humano na educação da juventude" (EDP. Oeuvres Complètes. T. III, v 2, p. 617).

Apesar de todos os esforços da escola para difundir as luzes e preparar os jovens para o mundo do trabalho, desenvolver costumes e estimular a cidadania, Tocqueville insiste que o aprendizado só se completa pela efetiva participação nos negócios públicos: "se os americanos não tivessem sido habituados pouco a pouco a governar-se por si mesmos, os conhecimentos literários que possuem de modo algum lhes seriam hoje um grande auxílio para terem êxito neste particular" (DA.T. I, parte 2, cap. 9, p. 352).

5.2.2 As Liberdades Locais e as Associações

O processo pedagógico pelo qual Tocqueville visa a educar o cidadão, tem como eixo fundamental a experiência prática da vida política: "os verdadeiros conhecimentos nascem principalmente da experiência" (DA.T. I, parte 2, cap. 9, p. 352). Nesse sentido, ele recomenda a descentralização administrativa,¹²⁶ a qual entende não como uma necessária

¹²⁶ Já no início da DA (T. I, parte 1, cap. 5), Tocqueville, analisando os efeitos políticos da descentralização administrativa nos Estados Unidos, distingue duas espécies de centralização: uma que ele chama de centralização governamental e diz respeito aos interesses comuns a todas as partes da nação, e a outra que ele chama de centralização administrativa e tem como objeto os interesses específicos de cada parte da nação. Com essa distinção, Tocqueville quer ressaltar a importância da centralização governamental para que haja unidade nacional, sem a qual não é possível nem perdurar, nem prosperar, e alertar, em contrapartida, para o perigo da centralização administrativa, a qual "*só serve mesmo para enfraquecer as nações que a ela se submetem, pois tende incessantemente a diminuir entre elas o espírito de cidade*" (p. 97). Perigo este, ainda maior, acredita Tocqueville, nas nações democráticas, cuja tendência é "*concentrar toda a força governamental nas mãos de um único poder, que representa diretamente o povo, porque, além do povo, não se percebe mais do que indivíduos iguais confundidos numa massa comum. Ora, quando um mesmo poder já*

federalização do estado (esta pode não ser adequada a todos os estados, ainda que produza ótimos efeitos na América), nem tão-somente o fortalecimento do governo local. Seu intuito é, antes, complementar as liberdades locais com as mais diversas associações, visando, fundamentalmente, a "esparramar o poder na sociedade". Tocqueville desejava que, nos tempos democráticos, os cidadãos "voltassem a criar alguns corpos secundários e pessoas aristocráticas, que fossem os substitutos 'artificiais' às agrupações 'naturais' que antes serviram de moderadores entre a pessoa solitária e a totalidade da nação" (SCHLEIFFER. 1984. p. 194).

Podemos observar, em diversas passagens de **A Democracia na América** e de **O Antigo Regime e a Revolução**, que Tocqueville lastima o fato de a nobreza francesa ter se retirado da administração do Estado, diferentemente do que ocorreu na Inglaterra, pois, acreditava ele, os grandes vassalos da Coroa deveriam agir como moderadores do poder do rei, auxiliando na preservação da liberdade de todo o corpo. E, nesse sentido, Tocqueville estabelece um paralelo entre os grandes vassalos da Coroa e as associações políticas, as quais formam, no Estado democrático, corpos particulares poderosos capazes de moderarem o poder do governo:

"Nas nações aristocráticas, os corpos secundários constituem associações naturais que detêm o abuso do poder. Nos países onde semelhantes associações não existem, se os particulares não podem criar artificialmente e momentaneamente alguma coisa que se lhes assemelhe, não percebo mais dique a nenhuma sorte de tirania" (DA.T. I, parte 2, cap. 4, p. 216-217).

está revestido de todos os atributos do governo, lhe é extremamente difícil não penetrar nos detalhes da administração e, afinal, quase nunca lhe ocorre não encontrar a ocasião de fazê-lo" (p. 107). Assim, devemos compreender o esforço de Tocqueville para estimular a descentralização administrativa como forma de propiciar a mais ampla participação dos cidadãos na esfera pública, sem, com isso, multiplicar assembléias e instâncias de decisões políticas, a fim de não perturbar a unidade fundamental do Estado.

Eis por que, segundo Besnier, Tocqueville valoriza as associações: elas são muito mais do que um exemplo de como os americanos mantêm o equilíbrio no seu estado democrático, elas são a "verdadeira chave da liberdade política" (BESNIER. 1991. p. 80-81).¹²⁷

Assim, a principal vantagem que Tocqueville viu na descentralização administrativa não foi propriamente a eficiência ou a boa organização administrativa, mas "os seus efeitos políticos". Bem sabe Tocqueville que a falta de centralização administrativa, ou pelo menos a falta de fiscalização por parte do governo central, produz, na América, algumas dificuldades: é mais moroso, menos organizado e eficiente, e, ainda, mais dificilmente se detectam os problemas e se punem os culpados. Contudo, Tocqueville ainda considera a descentralização administrativa preferível à centralização, porque esta favorece a tutela do Estado e a servidão do indivíduo, e também porque sua força se esgota rapidamente. Um poder, capaz de mover os homens às grandes tarefas necessárias a cada um e à nação, só se estabelece pelo "livre concurso das vontades" (DA.T. I, parte 1, cap. 5, p. 105) dos homens concernidos; onde a vontade dos cidadãos está excluída, afirma Tocqueville, jamais se consegue obter um verdadeiro poder para produzir o bem público.

O desenvolvimento da liberdade no estado democrático exige a participação de cada cidadão nas decisões e na administração da comunidade. Nesse sentido, o sistema comunal que Tocqueville conheceu na América desempenha uma importante tarefa pedagógica, pois, a comuna, associação tão natural que se forma espontaneamente onde há homens reunidos, atua de modo extremamente importante para desenvolver nos homens o hábito e o gosto da liberdade. Entretanto a liberdade comunal é também facilmente violada por um governo empreendedor e forte; eis por que Tocqueville considera necessário multiplicar "artificialmente" (DA.T. II, parte 2, cap. 5, p. 623) as formas de associação, a

¹²⁷ Ver também: BOESCHE. 1987. p. 125-127.

fim de ampliar ao máximo as oportunidades de todos os homens - mesmo dos grupos minoritários da sociedade¹²⁸ - agirem diretamente no espaço coletivo.

As associações, sejam políticas ou civis, segundo Tocqueville, são um meio privilegiado para solucionar o problema do isolamento e da servidão do indivíduo. Pois, quando já não há mais uma cadeia hierárquica que mantenha o corpo social unido de modo espontâneo, faz-se necessária a introdução de um artifício que lhe possibilite produzir em comum as condições materiais, intelectuais e morais imprescindíveis para a vida coletiva. Sem tal condição, Tocqueville não hesita em dizer que os homens dos tempos democráticos estariam condenados à barbárie. As associações, impedindo que o homem faça uma idéia muito grande ou muito pequena de si mesmo, que dá origem ao isolamento e à servidão, fortalecem, segundo Tocqueville, no espírito de todos os cidadãos, o desejo de se unirem em vista da realização de interesses comuns e do respeito aos direitos de cada um.

As associações civis americanas são, para Tocqueville, paradigmáticas: na diversidade de associações americanas, ele reconheceu que a fraqueza individual é compensada pela força advinda da união de um grupo de cidadãos que buscam a mesma finalidade. Ele narra a sua surpresa diante da capacidade dos americanos de se associarem para realizar tudo aquilo que, isoladamente, seriam incapazes. À margem da intervenção governamental, as associações civis realizam a importante tarefa de promover toda espécie de ação coletiva no sentido de suprir carências materiais, incentivar a fé religiosa, desenvolver a cultura e a moral, fundar escolas, distribuir livros, comemorar momentos

¹²⁸ Preservar a liberdade dos cidadãos no estado democrático exige preservar a liberdade de todos eles. Entretanto, tal exigência pode encontrar dificuldades na medida em que, segundo Tocqueville, "*é da própria essência dos governos democráticos que o império da maioria seja absoluto*" (DA.T. I, parte 2, cap. 7, p. 282). Por meio das mais diversas associações, Tocqueville busca viabilizar outras formas de expressão da vontade dos indivíduos, assegurando, mesmo a grupos minoritários ou mesmo a grupos de pessoas que não sejam consideradas propriamente cidadãos (como é o caso dos grupos feministas que começam a se organizar

significativos, favorecer a arte, o lazer e o esporte, estimulando a liberdade individual e aprimorando cada vez mais a arte de procurar, em comum, o objeto dos seus desejos comuns. Participando das associações civis, os cidadãos aprendem a conhecer uns aos outros, aprendem a buscar o auxílio daqueles com quem compartilham o mesmo interesse para se fortalecerem, e aprendem a respeitar, em nome da reciprocidade, aqueles de cujas opiniões divergem.

O que muito chama a atenção de Tocqueville não são as associações industriais, por meio das quais, por todo lado, os homens se integram para produzir os bens úteis às suas vidas diárias, posto que isoladamente já não mais são capazes de fazê-lo. O que muito o impressiona são as associações intelectuais e morais por intermédio das quais o povo americano constrói e molda o próprio caráter, independentemente de qualquer iniciativa do governo central. Basta que um grupo de cidadãos compartilhe um certo conjunto de idéias, acreditando serem benéficas ao corpo social, para que se manifestem publicamente, buscando a adesão de seus concidadãos à causa comum.¹²⁹ Tocqueville argumenta que se deve reconhecer que as associações intelectuais e morais são ainda mais necessárias aos povos democráticos do que as associações industriais. Por meio destas os homens produzem as condições materiais necessárias à conservação de cada um, ao passo que, por meio daquelas, os homens criam e compartilham valores e costumes necessários à conservação da liberdade de cada um.

a partir do século XIX), espaços por meio dos quais possam manifestar a sua vontade contra a força opressiva da maioria. Ver: QUIRINO. 2001. p. 166-173.

¹²⁹ Sobre essa forma de associação, há um exemplo muito claro na **DA** (T II, parte 2, capítulo. 5, p. 624-5): *"A primeira vez que ouvi falar, nos Estados Unidos, que cem mil homens haviam se comprometido publicamente a não fazer uso de bebidas fortes, o fato me pareceu mais pilhérico do que sério e, à primeira vista, não compreendi por que aqueles cidadãos tão temperantes não se contentavam, absolutamente, em beber água no seio de suas famílias. Acabei compreendendo que aqueles cem mil americanos, assustados com os progressos que a embriaguez fazia em redor deles, tinham desejado dar o seu patrocínio à sobriedade. Tinham agido precisamente como um grande senhor que se vestisse muito simplesmente, a fim de inspirar nos simples cidadãos o desprezo ao luxo. É de crêr que, se esses cem mil homens tivessem vivido*

O destaque de Tocqueville à imprensa deve-se à integração dos cidadãos que ela propicia, na medida em que o jornal (ou o amplo sistema de comunicações que conhecemos hoje em dia) é o meio mais eficiente para a divulgação de idéias, para colocar todos os indivíduos da sociedade em comunicação entre si, e para congregá-los no debate dessas idéias. O jornal traz à tona a multiplicidade social e fornece a todos os grupos, inclusive àqueles minoritários, um canal de expressão que pode atingir todos os cidadãos. A discussão livre das idéias é um dos elementos constitutivos da liberdade dos cidadãos no Estado democrático, pois, na medida em que traz à luz a divergência, os auxilia a pensarem por si mesmos, como também os ensina a respeitar o igual direito de todos os demais. A imprensa desempenha um papel pedagógico importante, visto que, atuando sobre todas as opiniões dos homens, age sobre as leis e os costumes.¹³⁰

Contudo, apesar da destacada importância que Tocqueville atribui às associações civis para o desenvolvimento material, intelectual e moral dos povos democráticos em geral, confere importância ainda maior às associações políticas, visto que "num povo que tem vida pública, a idéia da associação e a vontade de se associar apresentam-se, todos os dias, ao espírito de todos os cidadãos"; ao passo que, na vida civil, "cada homem pode, a rigor, imaginar-se em condições de bastar-se a si mesmo" (DA. T. II, parte 2, cap. 7, p. 630).

No Estado democrático, onde ninguém é forte o suficiente por si mesmo para alcançar o fim que deseja, a associação política, que congrega os indivíduos a partir de um interesse comum, se apresenta como "grandes escolas gratuitas, onde todos os cidadãos aprendem a teoria geral das associações" (DA. T. II, parte 2, cap. 7, p. 631). Tocqueville supõe uma primazia das associações políticas em relação às civis por duas razões: em

na França, cada um deles ter-se-ia dirigido individualmente ao governo, para pedir-lhe que vigiasse as tavernas de toda a superfície do reino".

primeiro lugar por necessidade, pois, no estado democrático, ou os homens se unem para realizar os seus propósitos ou facilmente serão submetidos àquele que governa; em segundo lugar, porque, segundo acredita, não é possível ingressar numa associação civil sem comprometer uma parte do seu patrimônio, o que traz um grande temor a esses homens, sempre tão ciosos de seus bens materiais, ao passo que as associações políticas não lhes parecem perigosas na medida em que nelas não arriscam seu dinheiro.

Assim, por intermédio das associações políticas, os homens aprendem a agir cooperativamente em vista do bem comum. E, uma vez que aprendem a se encontrar e a se entender na vida política, concebem a idéia de fazê-lo também na vida civil. Por meio do exercício dos direitos políticos, os cidadãos ultrapassam as tendências primitivas que os separam uns dos outros e compreendem que são membros de uma sociedade, que estão comprometidos com o bem de seus concidadãos. A condição do desenvolvimento e aprimoramento do espírito humano está na convivência, na interação, na ação recíproca de cada um com cada um.¹³¹

As associações políticas apresentam-se como um eficiente meio de assegurar a liberdade pública dos homens, na medida em que cada porção do território, cada cidadão, encontra a oportunidade de agir em conjunto com os demais cidadãos, participando das decisões e das responsabilidades decorrentes. Segundo Tocqueville, não basta conceder ao corpo da nação a representação de si mesmo, é necessário "multiplicar ao infinito, para os

¹³⁰ Ver: **DA**. T I, parte 2, cap. 3; e, T II, parte 2, cap. 6.

¹³¹ Tocqueville compartilha a idéia aristotélica de que o homem só se desenvolve plenamente no convívio com seus semelhantes, na medida em que condena à barbárie (ou seja, demonstra a impossibilidade de os homens desenvolverem não só a liberdade, mas a própria civilização) os povos nos quais os indivíduos não reconheçam interesses coletivos e não respeitem os direitos dos demais. Segundo Tocqueville, a condição propriamente humana impõe a convivência cooperativa entre os homens. Cada um tomado isoladamente não é auto-suficiente, aquele que assim acreditar está, segundo Tocqueville, equivocado e seu julgamento tem como consequência a condenação de si mesmo e de seus concidadãos a uma condição sub-humana; tal como podemos ver em ARISTOTELES. 1990. 1253a. "*Se é verdade, de fato, que cada um tomado separadamente não é auto-suficiente, ele está na mesma situação que as outras partes em face do todo, enquanto que*

cidadãos, as ocasiões de agir em conjunto e de fazê-los sentir todos os dias que dependem uns dos outros" (DA. T. II, parte 2, cap. 4, p. 618). Assim, a forma de associação política mais eficaz será aquela que envolver as questões mais próximas da vida e do interesse de cada um. Este é o caso da organização comunal, que desvia os homens de seus interesses particulares, fazendo-os participarem dos negócios comunais, os quais lhes dizem respeito diretamente, sem pedir-lhes que considerem o destino do Estado, pois lhes é muito difícil compreender a influência que este pode exercer sobre sua sorte. O indivíduo só compreende a estreita ligação que há entre o próprio interesse e o interesse geral do Estado quando se sente pessoalmente envolvido. Na comuna, a ligação entre o interesse de cada cidadão e o interesse geral é sempre mais claro e presente a cada indivíduo. A ação política desenvolvida pelos cidadãos na comuna, ao mesmo tempo, combate o individualismo e coloca a liberdade "ao alcance do povo, fazendo-o gozar de seu uso pacífico e habituar-se a servir-se dela" (DA. T. I, parte 1, cap. 5, p. 65).

As associações políticas adquirem, então, o sentido de poderes intermediários capazes de vincular o indivíduo à coletividade, de modo a favorecer a liberdade política: "elas constituem verdadeiramente o antídoto do individualismo, corrigindo a fraqueza e sacudindo a apatia do cidadão atomizado; elas educam para a vida pública e oferecem a ocasião de articular o interesse privado com o interesse público" (BESNIER.1991. p. 82). O principal resultado das associações políticas é a preparação dos cidadãos ao exercício da vida coletiva em todos os níveis. Pois, habituados à convivência e ao entendimento com os demais membros da comunidade, facilmente compreendem a necessidade de unirem-se com seus semelhantes, para defenderem a sua liberdade, os seus valores, os seus interesses. Por intermédio das associações políticas, os homens "aprendem a submeter a sua vontade à

aquele que não é capaz de pertencer a uma comunidade ou que não tem necessidade dela porque se basta a si mesmo não é de modo algum parte de uma cidade, é ou uma besta ou um deus."

de todos e a subordinar os seus esforços particulares à ação comum" (DA. T. II, parte 2, cap. 7, p. 631). Nesse sentido, a idéia de associação está longe de constituir-se numa defesa da política do próprio interesse; pelo contrário, a defesa que Tocqueville faz das associações representa, antes, um meio importante de criticar a política pensada como jogo de forças entre grupos de interesses conflitantes.¹³² O espaço político, tal como ele compreende, não deve ser concebido como espaço de combate entre interesses privados antagônicos, mas como o espaço privilegiado de construção de um interesse coletivo.

Agindo no espaço público junto com os demais, o homem permanece independente e senhor de si mesmo, e, ao mesmo tempo, compreende que a sua liberdade, decorrente da possibilidade de pensar e julgar por si mesmo, implica que esse direito seja estendido a todos os cidadãos indistintamente. A ação pública dos cidadãos produz a liberdade e ensina o homem a agir livremente. Nesse sentido, o processo de educação do cidadão não difere do próprio processo político de decisão conjunta acerca do destino comum e do conseqüente comprometimento de cada cidadão com a realização das decisões coletivas. Da convivência cooperativa entre os cidadãos, resulta um verdadeiro espírito de liberdade, que longe de ter sido outorgado aos indivíduos, se desenvolveu a partir da própria vontade e ação dos cidadãos.

É enorme, portanto, o benefício que as associações trazem ao Estado democrático: não é apenas um meio de garantir a produção e o intercâmbio dos bens necessários a cada um ou um meio de organizar a oposição dos cidadãos ao poder do Estado, diminuindo o risco do despotismo, mas, sobretudo, na medida em que fortalece as relações cooperativas, é uma forma privilegiada de salvaguardar a liberdade humana. Porém, não são ainda as

¹³² Sobre esse tema ver: BOESCHE. 1987. cap. 6, p. 125-129.

associações o meio suficiente para assegurar a realização da democracia justa. A tensão entre a liberdade e a servidão é inerente ao Estado político democrático.

Ainda que Tocqueville pretenda que as associações políticas auxiliem na superação da mera disputa de interesses antagonistas e da prevalência inquestionável do interesse do grupo hegemônico,¹³³ ele sabe que, para bem julgar a validade dos fins do seu próprio interesse, é necessário que os cidadãos estejam imbuídos de certos valores que lhes permitam respeitar a igual liberdade de todos os demais. O esforço para educar o cidadão de um estado democrático deve, portanto, ser contínuo, posto que supõe não apenas a ação diária dos cidadãos, gerindo o espaço público, como também formar nos cidadãos, pelo hábito, costumes compatíveis com a igual liberdade.

5.2.3 As Leis e os Costumes

Quando, ainda no primeiro tomo de **A Democracia da América**, Tocqueville investiga as causas que contribuem para a manutenção da democracia nos Estados Unidos, ele atribui primazia aos costumes e às leis dos americanos em relação às circunstâncias ou a qualquer fato que não dependa da vontade e da ação dos cidadãos. Tocqueville

¹³³ Ainda que Tocqueville afirme, no primeiro tomo da **DA** (parte 2, cap. 4), que a liberdade de criar associações políticas nos Estados Unidos não encontra qualquer limite legal, permitindo aos cidadãos não só a pluralidade de opiniões e a proteção das individualidades contra o poder do Estado, como também uma maior transparência no exercício da vida política, na medida em que todos podem apresentar sua posição, não precisando valer-se de qualquer ardil; no tomo de 1840 (**DA**. T. II, parte 2, cap. 7), Tocqueville mostra-se cético no que diz respeito à não imposição de limites à liberdade de associação em política: "*de modo nenhum acredito que uma nação seja sempre senhora de deixar aos cidadãos o direito absoluto de se associar em matéria política, e duvido mesmo que, em qualquer país e em qualquer época, fosse prudente não opor limites à liberdade de associação*" (p. 634). Ora, se, nos Estados Unidos, a liberdade de associações políticas é legalmente ilimitada, há, por outro lado, limites morais impostos por suas crenças religiosas, combinando, com precisão, o espírito de liberdade com o espírito de religião.

compreendeu, na América, que a liberdade do cidadão no Estado democrático repousa na razão e na vontade de cada um fazer-se livre. Ser livre depende de uma ação política, mas não de uma ação qualquer, depende de uma ação dirigida por um julgamento esclarecido e por uma vontade de liberdade, os quais implicam o reconhecimento da igual liberdade de todos os demais.

A ação legislativa, como processo de criação das leis do Estado, que caracteriza propriamente a soberania do povo,¹³⁴ nada mais é senão a expressão política da razão e da vontade dos cidadãos que desfrutam de uma condição social igualitária, na qual nada autoriza a subordinação de uns aos outros. Nesse sentido, a ação legislativa, no estado democrático, é uma prerrogativa do próprio cidadão, que pode exercê-la diretamente ou por meio de representantes, responsabilizando-se, junto com seus concidadãos, pela elaboração das condições da vida em comum. A origem popular das leis, segundo Tocqueville, talvez não garanta a excelência ou a sabedoria da legislação, mas lhe confere "uma força prodigiosa" (DA. T. I, parte 2, cap. 6, p. 275).

A força prodigiosa das leis, na América, não decorre de serem elas perfeitas,¹³⁵ mas do próprio processo legislativo. Ainda que no estado democrático as leis sejam feitas pela maioria dos cidadãos (e não pela unanimidade), todos desejam que elas sejam respeitadas, pois "cada qual tem uma espécie de interesse pessoal em que todos obedeçam às leis". E a razão para isso é simples, explica Tocqueville: "aquele que hoje não faz parte da maioria talvez esteja amanhã em suas fileiras; e esse respeito que professa agora pelas vontades do legislador, em breve teria ocasião de exigi-lo para as suas" (DA. T. I, parte 2, cap. 6, p. 276).

¹³⁴ Ver: DA. T. I, parte 1, cap. 8, p. 137.

¹³⁵ Pelo contrário, Tocqueville afirma: "*as leis da democracia americana são freqüentemente defeituosas ou incompletas; ocorre-lhes violar direitos adquiridos ou sancionar outros perigosos*". DA. T. I, parte 2, cap. 6, p. 265.

A estabilidade do processo legislativo americano (organizado em várias câmaras legislativas hierarquizadas e complementares) permite, aos cidadãos, realizar constantes mudanças nas leis ordinárias sem qualquer prejuízo de sua liberdade; pelo contrário, a constante adequação das leis às novas exigências da coletividade vem em benefício dela. O caráter dinâmico e plural da sociedade transparece nas leis, que recebem a adesão e a obediência dos cidadãos, não apenas porque eles reconhecem nelas a expressão de suas vontades, mas também porque sabem que podem mudá-las.

Sempre que as leis favorecerem a constituição de um espaço público no qual os cidadãos possam manifestar-se com independência, ou seja, sem subordinação à vontade de outrem, e, por outro lado, possam assumir conjuntamente as responsabilidades administrativas de suas comunidades, então, Tocqueville considera que as leis auxiliam o desenvolvimento da liberdade pública. Entretanto, sendo a ação legislativa uma prerrogativa do cidadão, para que a lei possa estar a serviço da sua liberdade, importa dotar o próprio cidadão com critérios que o façam bem discernir, no seu interesse, o justo do injusto. Assim, a manutenção das instituições democráticas exige dos cidadãos não apenas uma atitude pragmática que os leve a compor com os demais em vista tão-só do próprio interesse privado. Tal atitude apenas dissimula o individualismo característico do estado social democrático.

A democracia supõe cidadãos capazes de compreenderem que as leis do Estado devem subordinar-se a uma idéia de justiça adotada pelo gênero humano. Isso não significa que a lei não seja fruto da ação da maioria dos cidadãos, nem tampouco que a minoria discordante não deva submeter-se a ela. Significa, fundamentalmente, que, embora todos os homens sejam responsáveis pela determinação do destino comum, a vida pública não pode ser fruto da arbitrariedade e de interesses escusos sob pena de condenar os cidadãos mais fracos e menos esclarecidos à servidão.

Ainda que o respeito ao outro e às instituições democráticas seja a grande lição que os cidadãos aprendem com a criação e a obediência às leis, para que a democracia possa realizar a igual liberdade de todos os cidadãos, faz-se necessário imbuir cada um de costumes que o faça capaz de agir livremente, pois apenas desse modo a lei poderá proteger e desenvolver a liberdade. São os costumes, afirma Tocqueville, "o único poder resistente e durável num povo", e sobre eles apóiam-se as leis "sempre instáveis" (DA. T. I, parte 2, cap. 8, p. 314). Sem dúvida, ele não nega que a lei, por si mesma, tenha um papel pedagógico de orientação e equilíbrio, na medida em que elas dirigem e transformam o "instinto vago da pátria" em um "sentimento refletido e durável" (DA. T. I, parte 1, cap. 5, p. 105). Entretanto, afirma Tocqueville:

"Estou convencido de que a situação mais feliz e as melhores leis não podem manter uma constituição a despeito dos costumes, ao passo que estes tiram partido ainda das posições mais desfavoráveis e das piores leis. A importância dos costumes é uma verdade comum, à qual o estudo e a experiência conduzem sem cessar. Parece-me que a encontro situada em meu espírito como um ponto central; percebo-o no fundo de todas as minhas idéias" (DA. T. I, parte 2, cap. 9, p. 358).

O desenvolvimento de costumes compatíveis com a democracia constitui-se, então, como uma necessidade premente.

No seio da família, tem-se início a democratização das relações e a formação de costumes baseados no respeito à igual liberdade de todos. A igualdade de condições - que destruiu a estrutura desigual da sociedade aristocrática - alterou também as relações familiares, aproximando o filho e o pai e elevando a mulher.¹³⁶ Pai e filho tornaram-se igualmente cidadãos, já não há entre eles qualquer hierarquia que determine a submissão de um ao outro; se o pai ainda exerce algum poder sobre o filho, este deriva não da

¹³⁶ Ver: DA. T. II, parte 3, cap. 12.

autoridade e de um respeito devido, mas do afeto e da confiança mútua. Entre os irmãos já não subsistem a hierarquia e os privilégios decorrentes das diferenças de idade e de sexo. O primogênito perde a prerrogativa de sucessor do pai e a mulher adquire o direito de decidir sobre o próprio destino. Surge naturalmente entre essas pessoas um vínculo fraterno baseado no respeito mútuo.

Ainda que Tocqueville atribua à própria igualdade uma certa responsabilidade pela regularidade dos costumes no Estado democrático, ele não acredita que é a igualdade sozinha quem a produz.¹³⁷ Procurando, então, a fonte dos costumes na democracia, Tocqueville atribui às mulheres um papel fundamental para a sua constituição e preservação:

"Nunca houve sociedades livres que não tivessem costumes e, como disse na primeira parte desta obra [**A Democracia na América**], é a mulher que faz os costumes. Tudo o que influi sobre a condição das mulheres, sobre os seus hábitos e as suas opiniões, tem, pois, a meu ver, um grande interesse político" (DA. T. II, parte 3, cap. 9, p. 712).

Ora, precisamos investigar por que Tocqueville confere às mulheres tão grande responsabilidade. Por que cabe a elas - que no século XIX nem eram propriamente cidadãs - o desempenho de tão importante tarefa política? Embora Tocqueville não responda diretamente essa questão, seu pensamento é claro. Quando investiga as principais causas que tendem a manter a República democrática nos Estados Unidos,¹³⁸ ele argumenta que a religião influencia diretamente a vida política. Isso não significa que os sacerdotes americanos determinem leis ou opiniões políticas, longe disso. Segundo Tocqueville, a religião "dirige os costumes e é regendo a família que trabalha no sentido de reger o Estado". As crenças religiosas - que aparecem como a "fonte primeira" dos costumes - se

mostram, freqüentemente, impotentes para dirigir o homem, mas "reinam soberanamente sobre a alma da mulher" (DA. T. I, parte 2, cap. 9, p. 336). Assim, por intermédio da mulher, cujo destino está diretamente ligado à família, a religião dirige os costumes de toda a sociedade:

"Quando, ao sair das agitações do mundo político, o americano entra de novo no seio da família, encontra ali, imediatamente, a imagem da ordem e da paz. Ali, todos os seus prazeres são simples e naturais; as suas alegrias inocentes e tranqüilas; e, como chega à felicidade pela regularidade da vida, habitua-se, sem dificuldade, a regular suas opiniões tão bem quanto os seus gostos. (...) O americano busca em seu lar o amor à ordem, que depois leva aos negócios do Estado" (DA. T. I, parte 2, cap. 9, p. 337).¹³⁹

A mulher é, segundo Tocqueville, a guardiã dos costumes; é ela quem educa o homem, é ela quem inspira a seu marido e filhos o sentido de seus compromissos políticos. A mulher adquire, assim, um lugar de responsabilidade política na sociedade democrática. Eis por que a educação da jovem americana difere muito da educação dada às jovens européias. Tocqueville afirma que, desde a tenra idade, a mulher americana é estimulada a servir-se da sua razão, a controlar as suas paixões, a conhecer todas as coisas e a confiar nas suas forças. Em lugar de ocultar-lhes as corrupções do mundo, a fim de manter-lhes casto o espírito, preferem lhes apresentar os vícios e os perigos da sociedade para que possa "julgá-los sem ilusão e enfrentá-los sem temor" (DA. T. II, parte 3, cap. 9, p. 712).

A pureza dos costumes das mulheres na América não advém da inocência, mas, em primeiro lugar, do julgamento claro e da ação serena à qual foi habituada; também, do reconhecimento e do respeito que recebe: "os americanos não crêem", afirma Tocqueville, "que o homem e a mulher tenham o dever nem o direito de fazer as mesmas coisas, mas

¹³⁷ Ver: DA. T. II, parte 3, cap. 11.

¹³⁸ Ver: DA. T. I, parte 2, cap. 9.

mostram a mesma estima pelo papel de cada um deles, e os consideram como seres cujo valor é igual, embora diferente o destino" (DA. T. II, parte 3, cap. 12, p. 728-729); finalmente, ainda que seja dado às mulheres o direito de ousar reger-se sozinha, é na religião, "depois de chegar aos derradeiros limites da força humana" (DA. T. II, parte 3, cap. 12, p. 714), que ela encontra socorro.

5.2.4 O Júri e os Juristas

Ainda que o processo de educação do cidadão deva ser presidido pelos próprios indivíduos envolvidos - posto que a educação, tal como todos os demais processos nas sociedades democráticas, não pode desconhecer que são os próprios indivíduos que dirigem a si mesmos - o júri e os juristas cumprem uma tarefa pedagógica junto a seus concidadãos. Tocqueville sugere que o Estado democrático aceita a intervenção de alguns cidadãos esclarecidos capazes de, agindo sobre as leis, auxiliarem no processo de educação de seus concidadãos. Semelhante sugestão transparece no elogio que Tocqueville faz ao papel desempenhado pelos juristas na democracia americana. Segundo ele, nos Estados Unidos, os juristas constituem-se como uma classe esclarecida, que, naturalmente, domina todo o espaço público, estendendo suas idéias para muito além do recinto dos tribunais.

Essa ascendência natural da classe jurista sobre todos os cidadãos decorre de serem eles igualmente cidadãos, estando sujeitos aos mesmos deveres e gozando dos mesmos direitos que todos os demais. Assim, à revelia de qualquer hábito ou gosto aristocrático que

¹³⁹ Ver também as cartas de Tocqueville à Mme Swetchine de 10 de setembro e de 20 de outubro de 1856: C. Oeuvres Complètes. T. XV, v. 2, p. 292-293 e 296-297.

possam ter, compartilham com o povo a mesma origem e o mesmo interesse: "o legista pertence ao povo pelo seu interesse e pelo seu nascimento, e à aristocracia pelos seus hábitos e pelo seu gosto; é como a ligação natural entre estas duas coisas, como o anel que as une" (DA. T. I, parte 2, cap. 8, p. 306). A identidade de interesses com o povo permite aos juristas - que em vista de seus longos estudos acerca das leis adquiriram uma visão mais ampla e esclarecida acerca das necessidades democráticas - introduzirem ordem e autoridade nas relações sociais a fim de controlarem a instabilidade e o ímpeto inovador da democracia.

Nos Estados Unidos, dotado do poder de declarar a inconstitucionalidade das leis, o jurista constrange o povo (ou a seus representantes) a se manter fiel ao propósito democrático, o qual exige reconhecimento da igual liberdade de todos os cidadãos. Não que o povo queira, por si mesmo, algo contrário ao próprio interesse, o que seria absurdo; contudo, facilmente o povo pode enganar-se.¹⁴⁰ Eis por que o corpo de juristas, entendido como "o único elemento aristocrático que pode introduzir-se sem esforço entre os elementos naturais da democracia", adquire tal relevância: "sem a mistura da sobriedade jurídica com o princípio democrático", Tocqueville afirma duvidar que "a democracia possa governar muito tempo a sociedade" (DA. T. I, parte 2, cap. 8, p. 306).

Além de mitigar o ímpeto que pode fazer os cidadãos desconsiderarem o direito à igual liberdade intervindo no processo legislativo, pela instituição do júri para processos

¹⁴⁰ Tocqueville afirma que o corpo legislativo de uma democracia "*tem mais possibilidades de se enganar do que um rei ou um corpo de nobres*", mas, por outro lado, "*também tem mais possibilidades de retornar à verdade, uma vez que se chegue à luz, pois em geral não existem, no seu seio, interesses contrários ao da maioria e que lutam contra a razão*" (DA. T. I, parte 2, cap. 5, p. 257). Essa idéia está bastante próxima da concepção rousseaísta, apresentada no **Do contrato social**. L II, cap. 3, de que "*a vontade geral é sempre certa e tende sempre à utilidade pública; contudo não se segue que as deliberações do povo tenham sempre a mesma exatidão*" (ROUSSEAU. 1964, p.371). Ambos autores partem do suposto que ninguém deseja o próprio mal, mas freqüentemente não sabem como evitá-lo.

civis¹⁴¹ - que coloca o cidadão comum na posição do jurista -, os americanos ensinam aos indivíduos "a prática da equidade". Na medida em que cada um é posto na situação de juiz do seu vizinho, compreende que, em vista da multiplicidade das questões civis, ninguém pode imaginar-se a salvo de um dia ocupar semelhante posição.

A instituição do júri faz com que todos percebam que têm deveres a cumprir para com a sociedade e, também, que participam do seu governo. Assim, afirma Tocqueville, forçando os cidadãos a assumirem a responsabilidade sobre os seus atos, a instituição do júri auxilia grandemente à formação do discernimento e do esclarecimento do povo. Nesse sentido, Tocqueville o considera "uma escola gratuita e sempre aberta, onde cada jurado vai instruir-se em seus direitos, onde entra em comunicação cotidiana com os membros mais instruídos e mais esclarecidos das classes elevadas, onde as leis lhe são ensinadas de maneira prática, e são postas ao alcance da sua inteligência pelos esforços dos advogados, os conselhos dos juízes e as próprias paixões das partes" (DA. T. I, parte 2, cap. 8, p. 315-316).

A participação no júri confere aos cidadãos aquilo que Tocqueville chama de "hábitos do espírito de juiz": o respeito pela coisa julgada e a idéia do direito. Esses hábitos são, segundo Tocqueville, "aqueles que melhor preparam o povo para ser livre". Eis por que Tocqueville considera que o júri é "um dos meios mais eficazes de que se pode servir a sociedade para a educação do povo" (DA. T. I, parte 2, cap. 8, p. 315 e 316).

É certo que a instituição judiciária, com tal poder e abrangência sobre a sociedade, não é uma condição necessária para todo Estado democrático, mas se encaixa perfeitamente às condições da democracia americana, servindo de modo muito feliz à sua

¹⁴¹ Tocqueville ressalta a importância do júri aplicado à matéria civil e não apenas à criminal, como já ocorria na Europa. Tal importância deve-se ao fato de Tocqueville considerar o júri não apenas uma instituição jurídica, mas, sobretudo, política, e que, portanto, a ampliação da esfera de ação dessa instituição coloca a direção da sociedade nas mãos do povo. Ver: DA. T. I, parte 2, cap. 8.

manutenção. Contudo, ainda que a instituição judiciária não seja ela mesma necessária à democracia, a tarefa de equilíbrio social e de instrução dos cidadãos ao desempenho de suas responsabilidades e ao exercício de seus direitos - que esta instituição desempenha na América - é necessária.

Quando, em **O Antigo Regime e a Revolução** Tocqueville lastima que a classe aristocrática tenha sido completamente aniquilada e afastada do poder político, em lugar de ter sido posta a serviço da democracia, devemos compreender sua lástima, não como saudosismo de uma situação passada, mas como um esforço de viabilização da situação presente. Segundo Tocqueville, a classe aristocrática, esclarecida e habituada à participação política, poderia servir como contrapeso às inovações e à instabilidade trazidas pelos revolucionários de 1789. Neste sentido, Tocqueville admite, ou mesmo recomenda, para aqueles povos cujos costumes podem trazer dificuldades à exigência democrática de liberdade do cidadão, a intervenção de seus próprios membros esclarecidos, visando a construir e manter costumes propriamente democráticos¹⁴².

5.3 A Religião como Salvaguarda da Virtude do Homem

Desde o início de **A Democracia na América**, Tocqueville atribui o êxito da democracia americana ao caráter do seu povo, cuja marca diferencial encontra-se na

¹⁴² Tocqueville, em seus rascunhos da **DA**, escreve: "*Usar a democracia para moldar a democracia. É o único caminho que temos aberto. (...) Para além disso, tudo é alocado e imprudente*". Schleifer (1984. p. 297) nos explica que, para Tocqueville, não se trata de acreditar em uma figura de sobre-humana capaz de bem regular o estado democrático; mas que "*os indivíduos inteligentes deveriam se esforçar por introduzir a democracia política e, com ela, 'educar' e 'moldar' o povo*". Assim, reaparece na análise tocquevilliana do

perfeita combinação do espírito de religião com o espírito de liberdade.¹⁴³ O acordo entre ambos permite aos americanos tudo ousar no campo da política, o qual, aberto às incertezas e provisoriedade, encontra limite nas crenças religiosas. A moralização da democracia pela religião é uma necessidade que os americanos sentem, afirma Tocqueville, nas suas vivências práticas, e logo acrescenta: "o que pensam, neste particular, sobre si mesmos, é uma verdade da qual toda nação democrática deve ser imbuída" (DA. T. II, parte 2, cap. 15, p. 656). Embora Tocqueville não explique diretamente sua afirmação, não é difícil compreendê-la. Inúmeras vezes Tocqueville insiste sobre o caráter ambíguo da igualdade de condições: por um lado, faculta a todos os homens o direito à liberdade; por outro, tende a isolar os homens, fazendo-os se dedicarem exclusivamente à busca do bem-estar material, cuja consequência é a servidão política e a degradação do homem. A fim de equacionar tal ambivalência, Tocqueville considera necessário dotar os homens dos tempos democráticos de um critério moral universal, a partir do qual eles possam julgar sobre sua própria ação e sobre a dos seus concidadãos.¹⁴⁴ Eis por que Tocqueville afirma: "Pessoalmente, duvido que o homem possa suportar, ao mesmo tempo, uma completa independência religiosa e uma inteira liberdade política; e sou levado a pensar que, se não tem fê, é preciso que sirva, e, se é livre, que creia" (DA. T. II, parte 1, cap. 5, p. 532).

Não há sociedade que possa subsistir e prosperar sem algumas crenças dogmáticas, pois, afirma Tocqueville, "sem idéias comuns, não há ação comum e, sem ação comum, ainda existem homens mas não um corpo social" (DA.T. II, parte 1, cap. 2, p. 519). O Estado, do ponto de vista de Tocqueville, difere de uma reunião de indivíduos, na medida

papel dos juristas, afirma Schleifer, "*a imensa carga de responsabilidade humana, à qual Tocqueville sempre foi tão suscetível*".

¹⁴³ Ver: DA. T. I, parte 1, cap. 2, p. 47.

¹⁴⁴ Ver: GIBERT. 1972. p. 1097-1098, BOTANA. 1983. p. 135-136; CHABOT. 1996. p. 236-237.

em que supõe a existência de uma unidade entre os cidadãos baseada no compartilhamento de certos princípios comuns e indubitáveis.

As crenças dogmáticas são, para Tocqueville, uma "servidão salutar" não apenas porque elas estão na base de qualquer sociedade possível, mas também porque sem elas cada homem precisaria provar por si mesmo todas as verdades de que se serve; teria um trabalho interminável. Sua vida, suas faculdades e habilidades se esgotariam antes que pudesse avançar para além das demonstrações preliminares. Segundo Tocqueville, uma "lei inflexível" da condição humana obriga os homens a aceitarem, sem exame, uma infinidade de idéias e opiniões:

"Um homem que tratasse de examinar tudo sozinho só poderia dar pouco tempo e atenção a cada coisa; esse trabalho manteria o seu espírito numa agitação perpétua que o impediria de penetrar profundamente em qualquer verdade e de se fixar com solidez em qualquer certeza. A sua inteligência seria, ao mesmo tempo, independente e débil".

Não se trata, portanto, de saber se existe ou não uma autoridade intelectual nos tempos democráticos, mas "apenas onde se acha depositada e qual será a sua medida" (DA. T. II, parte 1, cap. 2, p. 519-520).

No Estado democrático, onde nenhum indivíduo reconhece ao outro maior autoridade do que a si mesmo, resta-lhe como guia da razão individual a opinião pública (seja ela expressa como vontade da maioria, ou representada por um governo tutelar), pois semelhante submissão não compromete a igualdade fundamental entre os indivíduos. Contudo, a autoridade da opinião pública, mesmo sendo diferente da autoridade de um senhor, por um lado, tende a ser ainda mais opressiva, posto que inibe toda divergência e, por outro lado, tende a ser tão arbitrária quanto a primeira, pois o fato de ser a expressão do interesse do maior número não lhe confere ainda um valor universal.

A tensão entre a liberdade e a servidão exige, para ser superada, o estabelecimento de uma unidade entre os cidadãos, a qual, segundo Tocqueville, depende de costumes. Já na introdução de **A Democracia na América**, ele afirma: "não se pode estabelecer o reino da liberdade sem o dos costumes, nem fundar os costumes sem possuir crenças [religiosas]" (DA. T I, Introdução, p. 13).¹⁴⁵ São estas, afirma Tocqueville, as mais desejáveis crenças dogmáticas, pois "o primeiro objetivo e uma das principais vantagens das religiões é fornecer, para cada uma destas questões primordiais, uma solução clara, precisa, inteligível para a multidão, e bastante durável" (DA. T. II, parte 1, cap. 5, p. 531). Por meio das crenças dogmáticas, a religião auxilia os cidadãos a superarem o isolamento, tornando possível a vida política.

Tocqueville parte do suposto de que todas as ações humanas têm origem "numa idéia muito geral que os homens conceberam de Deus, das suas relações com o gênero humano, da natureza de sua alma e dos seus deveres para com os seus semelhantes" (DA. T. II, parte 1, cap. 5, p. 530). É, então, nas crenças religiosas, acredita Tocqueville, que a multidão de indivíduos dos tempos democráticos encontra, com segurança, o fundamento último, para além da mera concordância entre julgamentos privados, de todas as suas ações nesse mundo. O sentimento de unidade e de seu pertencer ao gênero humano, nos povos democráticos, advém da noção de um único Deus criador que determina a todos os homens os mesmos direitos e deveres morais. A fé religiosa dirige os corações dos homens em direção aos seus semelhantes e leva os cidadãos de uma sociedade democrática à realização de ações que os fazem sair de dentro de si mesmos e relacionarem-se com seus semelhantes, fortalecendo a liberdade entre eles.

¹⁴⁵ Acrescentei entre colchetes a palavra "religiosa" para precisar o tipo de crença à qual Tocqueville se referia, que embora ausente na frase está muito claro pelo contexto.

Imbuir grande número de indivíduos com interesses tão díspares de alguns valores comuns é uma tarefa que apenas as crenças religiosas, segundo Tocqueville, podem realizar.¹⁴⁶ Independentemente da verdade intrínseca da religião, fundamental é que os homens creiam. As inúmeras religiões, embora difiram no modo de cultuar a Deus, concordam unanimemente acerca dos deveres dos homens uns em relação aos outros. Disso resulta que "o espírito humano jamais percebe diante de si um campo sem limites" (DA. T. I, parte 2, cap. 9, p. 337). Se o mundo político parece aos homens um espaço aberto à discussão e à inovações, o mundo moral lhes fornece certezas¹⁴⁷. Assim, observa Tocqueville, na América:

"seja qual for a sua audácia, o homem sente, de tempos em tempos, que deve deter-se diante de barreiras intransponíveis. Antes de inovar é forçado a aceitar certos dados prévios e a sujeitar as suas mais ousadas concepções a certas formas que o retardam e o detém. (...) Até hoje, não se encontrou ninguém, nos Estados Unidos, que tenha ousado avançar a máxima de que tudo é permitido no interesse da sociedade. Máxima ímpia que parece ter sido inventada num século de liberdade para legitimar todos os tiranos futuros" (DA. T. I, parte 2, cap. 9, p. 337-338).

A incredulidade produziria um mal público imenso: todos aceitam regras de comportamento vãs e, nessas condições, ergue-se um grupo de homens audaciosos e

¹⁴⁶ Tocqueville observa, na França pós-revolucionária, o desprezo da virtude pública pelo clero e o fracasso da cidadania, a qual se deve, segundo sua análise, à desapropriação das terras da Igreja. Pois, quando o clero se envolve pessoalmente com a administração de sua propriedade, imbuí-se do espírito público, sem o qual será *"um excelente membro da sociedade cristã e um cidadão medíocre em qualquer outra parte. Sentimentos como estes e idéias semelhantes em um corpo, que é o diretor da infância e o guia dos costumes, hão de enervar a alma da nação inteira quando aplicados à vida pública"* (ARR. T. II, cap. 11, p.1020). Tocqueville reconhece ao clero um importante papel pedagógico de encorajamento da moralidade pública, o qual, longe de implicar um posicionamento político, supõe a convicção, que lhes cabe divulgar de que são todos membros de um corpo político, de que *"pertencem a uma destas grandes associações humanas que Deus estabeleceu para tornar mais visíveis e mais sensíveis, sem dúvida, as ligações que devem prender os indivíduos uns aos outros, associações que se chamam povos e cujo território se chama Pátria"* (Lettre à Mme Swetchine. 20 octobre, 1856. C. Oeuvres Complètes. T. XV, v. 2, p. 296) .

¹⁴⁷ Tocqueville afirma que, numa democracia, deve-se evitar abalar as raízes da religião, qualquer que seja, que já tenha se estabelecida, pois teme que *"na passagem de uma [crença religiosa] para outra, como a alma se encontra por um momento vazia de crenças, o amor aos gostos materiais venha estender-se a ela e*

inescrupulosos, que não temem quaisquer excessos. Sem Deus e sem religião, os homens são fracos e miseráveis:

"quando a religião é destruída num povo, a dúvida se apodera das mais altas inteligências e semiparalisa todas as demais. Cada um se habitua a ter apenas noções confusas e instáveis sobre as matérias que interessam aos seus semelhantes e a si mesmo; (...) e como se desespera de resolver sozinho os maiores problemas que o destino humano apresenta, reduz-se frouxamente a nem mesmo pensar nisto. Semelhante estado não pode deixar de enfraquecer as almas; relaxa os recursos da vontade e prepara os cidadãos para a servidão" (DA. T. II, parte 1, cap. 5, p. 532).

Para Tocqueville, não se trata de um retorno do religioso à ordem política: sempre que a religião se mistura às instituições e às paixões políticas, ela se enfraquece, pois vincula o seu destino àquele que, invariavelmente, se funda sobre interesses fugazes.¹⁴⁸ A religião não deve exercer nenhuma influência sobre as leis nem tampouco manifestar apoio a qualquer opinião política; é conservando seu estado de pureza que a religião assegura sua grande utilidade social: a religião deve dirigir os costumes, os quais são o suporte necessário para as leis de uma sociedade democrática livre.¹⁴⁹

Essa imbricação entre crenças, costumes e liberdade aparece diretamente na doutrina do interesse bem compreendido, tal como é professada nos Estados Unidos, a qual se vale da religião para ultrapassar o mero utilitarismo que poderia surgir da devoção ao bem dos demais em nome do próprio interesse. O interesse individual, a que o homem dos

preenchê-la por completo" (DA. T. II, parte 2, cap. 15, p. 658). Qualquer religião já estabelecida, até mesmo a metempsicose, é preferível à descrença e ao materialismo.

¹⁴⁸ "Eu sei que há ocasiões em que a religião pode acrescentar, à influência que lhe é própria, o poder artificial das leis e o apoio dos poderes materiais que dirigem a sociedade. Vimos religiões intimamente unidas aos governos da terra dominar, ao mesmo tempo, pelo terror e pela fé; mas quando uma religião contrata semelhante aliança, eu não temo dizer, ela age tal como poderia agir um homem: ela sacrifica o futuro em vista do presente, e, obtendo um poder que não lhe é devido, ela põe em perigo seu poder legítimo" (DA. T. I, parte 2, cap. 9, p. 343).

¹⁴⁹ Ver: DA. T. I, parte 2, cap. 9, p. 354.

tempos democráticos se devota com tanto zelo, é o principal meio, afirma Tocqueville, de que as religiões dispõem para conduzir os homens:

"O cristianismo nos diz, é verdade, que convém preferir os outros a si mesmo para ganhar o céu; mas o cristianismo também nos diz que é preciso fazer o bem aos seus semelhantes pelo amor de Deus. É essa uma expressão magnífica; o homem penetra pela sua inteligência no pensamento divino; vê que o objetivo de Deus é a ordem; associa-se livremente a este grande desígnio; e, embora sacrificando os seus interesses particulares a essa ordem admirável de todas as coisas, não espera outra recompensa senão o prazer de contemplá-la" (DA. T. II, parte 2, cap. 9, p. 639-640).

Certamente as associações, os jornais, as escolas, as leis, o júri e os juristas, as famílias, enfim, desempenham com grande êxito a tarefa de educar os cidadãos, pois, de inúmeros modos, essas instituições lhes fazem sentir a necessidade de cooperar e respeitar aos demais. Contudo, nenhuma dessas instituições é capaz de esclarecer, aos indivíduos que compartilham de um mesmo interesse, se esse interesse está, ou não, de acordo com a igual liberdade de todos os cidadãos. Tocqueville percebe claramente que nem todo pluralismo é necessariamente tolerante. A ação humana precisa estar moralmente fundamentada para que possa desenvolver e manter a liberdade. Eis por que Tocqueville, reiteradas vezes ao longo de **A Democracia na América**, afirma o necessário acordo que deve haver, nos tempos democráticos, entre as crenças religiosas e a liberdade:

"longe de se prejudicarem, estas duas tendências, aparentemente tão opostas, marcham de acordo e parecem prestar-se apoio mútuo. A religião vê, na liberdade civil, um nobre exercício das faculdades do homem; no mundo político, um campo aberto pelo Criador aos esforços da inteligência. (...) A liberdade vê na religião a companheira de suas lutas e de seus triunfos, o berço de sua infância, a fonte divina de seus direitos. Considera a religião como a salvaguarda dos costumes; os costumes, como garantia das leis e penhor da sua própria conservação" (DA. T. I, parte 1, cap. 2, p. 47-48).

A democracia estende a liberdade a todos os homens, ou seja, estende a todos o "direito igual e imprescritível de viver independente de seus semelhantes em tudo o que diz respeito a si mesmo e a regular, como quer, o seu próprio destino" (ESPF. p. 934). Todavia, liberdade sem limites pode produzir o efeito contrário ao esperado: em lugar de facultar aos cidadãos a independência equilibrada pela consciência de sua responsabilidade pública, pode levá-los a se voltarem exclusivamente para seus próprios interesses individuais. Oferecendo aos homens uma norma moral firme, a religião impede que os homens do Estado democrático façam um mau uso de sua liberdade. Em outras palavras, é limitando a liberdade por meio de uma norma transcendente que a religião assegura a liberdade do cidadão, pois - é importante ressaltar - a liberdade como um direito comum a todos os homens de permanecerem independentes dos demais significa, tão-somente, que o direito de pensar, de julgar e de agir de acordo com a própria razão pertence a todos os homens. Tocqueville é amplamente favorável à independência pessoal entendida no sentido de autodeterminação da própria vontade ou de não submissão. Mas afirma, em concordância com Montesquieu, que não há homem mais dependente do que um cidadão livre, ou seja, ciente de suas responsabilidades sociais e políticas.

Em uma carta a Corcelle, (de 1º de agosto de 1850) Tocqueville afirma: "embora Deus não tenha dado a todos o dom de julgar o que é verdadeiro, ele deu pelo menos a cada um de nós, o poder de sentir o que é bom e honesto: e isto basta para servir de fio nas trevas" (C. Oeuvres Complètes. T. XV, v.. 2, p. 29). Tendo Deus permitido aos homens distinguir entre o bem e o mal, permitiu-lhes, conseqüentemente, a liberdade de escolha. Cabe aos próprios homens determinarem se, na sociedade democrática, reinará a liberdade ou a servidão. A fé religiosa adquire o sentido de um "postulado da razão prática" (MELONIO. 1993. p. 94) necessário para que os homens possam julgar acerca de seus próprios atos.

Longe de assegurar o conformismo social, a religião faculta aos homens a contestação das ordens sociais e políticas injustas e a reivindicação de direitos, na medida em que fornece um princípio regulador à cidadania. Por intermédio das normas derivadas da religião, o cidadão compreende que há "uma lei geral que foi feita, ou pelo menos adotada, não somente pela maioria de tal ou tal povo, mas pela maioria de todos os homens. Esta lei é a justiça, a qual constitui o limite do direito de cada povo" (DA. T. I, parte 2, cap. 7, p. 288). Conseqüentemente, o cidadão pode recusar-se a obedecer a uma lei que considere injusta sem, com isso, configurar uma agressão à soberania do povo. Na democracia, certamente a maioria tem o direito de comandar. Contudo, segundo Tocqueville, "não há sobre a terra autoridade tão respeitável por si mesma ou revestida de um direito tão sagrado (...) que possa agir sem controle e dominar sem obstáculo". Quando se concede o direito e a faculdade de tudo fazer a um poder qualquer (seja ao povo ou ao governante), afirma Tocqueville, "eis aí o germe da tirania" (DA.T. I, parte 2, cap.7, p. 289).

A concepção de uma norma transcendental - capaz de fornecer critérios ao julgamento dos cidadãos que os leve a ultrapassar o mero interesse material presente - é essencial para a liberdade do cidadão. Nesse sentido, a doutrina do interesse bem compreendido, a participação política, as mais diversas formas de instrução dos cidadãos são condições necessárias ao desenvolvimento e à manutenção da liberdade do cidadão, mas não bastam. A religião cumpre, então, uma tarefa pedagógica fundamental: fornecendo a todos uma concepção segura de Deus, de si mesmo e do gênero humano, combate o isolamento e a dúvida ao mesmo tempo que fortalece costumes virtuosos e prepara os homens para o exercício pleno de sua liberdade.

6 CONCLUSÃO

Estado Democrático - Liberdade e Justiça: Um Artefato dos Cidadãos

"Aos meus olhos, as sociedades humanas como os indivíduos não são alguma coisa senão pelo uso da liberdade. Que a liberdade seja mais difícil de fundar e manter nas sociedades democráticas como as nossas do que em certas sociedades aristocráticas que nos precederam, eu sempre disse. Mas que isto seja impossível, eu não serei jamais tão temerário para pensar. Que falte a esperança do seu êxito, eu rogo a Deus de jamais me inspirar tal idéia. Não, eu não acredito que a espécie humana que está na cabeça da criação visível torne-se este bando depravado que você diz e que nada mais resta senão entregá-la sem futuro e sem recursos a um pequeno número de pastores que, no fim das contas, não são melhores animais do que nós e quase sempre são os piores. Permita-me de ter menos confiança em você do que na bondade e na justiça de Deus". (Lettre à Gobineau, 24/01/1857. C. Oeuvres Complètes. T. IX, p. 280-281).

A força dessas palavras dirigidas contra as idéias racistas e antidemocráticas de Arthur de Gobineau demonstra a enorme vitalidade do pensamento de Tocqueville. Apaixonado pela liberdade e confiante na justiça e bondade Divina, por mais que as dúvidas e a angústia o acometessem, mostrou-se sempre coerente com suas convicções.¹⁵⁰ Seu pensamento traz a marca de seu temperamento: inquieto, dinâmico, mas seguro de seus princípios. Ora ele parece desejar ousar, construir algo novo, ora a novidade parece amedrontá-lo, assume posturas conservadoras; ora ele se mostra cético, descrente, ora confessa sua paixão e sua confiança; ora ele denuncia os perigos e as fraquezas do Estado democrático, ora o

¹⁵⁰ Ainda que coerente, não podemos deixar de notar, estava sujeito a erros de julgamento, sempre difíceis de precaver-se quando o julgamento refere-se aos acontecimentos nos quais estamos inseridos. Sua decisão de apoiar a colonização francesa na Argélia parece-me ser um exemplo, pois não sendo motivada por qualquer interesse econômico, deveu-se a considerações de ordem moral e política inconsistentes com aquelas

qualifica como justo, pois entende que apenas no Estado democrático todos os homens podem ser igualmente livres. Entretanto, apesar da dificuldade que o movimento de seu pensamento imponha aos seus leitores, creio que é justamente nessa agitação, nesse contínuo jogo de contrários que reside a fecundidade de suas idéias.

Ainda que Tocqueville dirija severas críticas à teoria de Gobineau, jamais pretendeu que ele não a divulgasse ou defendesse, pelo contrário, propôs-se mesmo a apresentá-lo como membro correspondente da Academia de Ciências Morais e Políticas. Porém, advertiu que deveria escrever um texto "fora da política", sob pena de não poder defendê-lo, pois desaprovava suas idéias racistas e antidemocráticas não apenas por elas mesmas, mas também em vista das conseqüências imorais ou perniciosas que produziam nos homens e nas sociedades.¹⁵¹ O reconhecimento do talento de Gobineau à despeito da oposição as suas idéias revela, para além das ambigüidades e incertezas, um pensamento audaz e aberto para o novo. Para Tocqueville importa, sobretudo, favorecer a diversidade e o diálogo, pois, acredita, é a única forma de preservar, nas sociedades baseadas na igualdade de condições, a liberdade dos homens.

Na defesa que faz da democracia, encontra-se semelhante audácia. Imbuído de que a única causa a defender é a da liberdade e da dignidade humana,¹⁵² Tocqueville revela o perigo da transformação do Estado democrático em despotismo para chamar atenção aos efeitos ambíguos da igualdade de condições: por um lado, o reconhecimento da capacidade de todos os homens pensarem e agirem por si mesmos junto com seus semelhantes; por outro, o isolamento, o individualismo, ou a massificação, a aniquilação da individualidade.

expostas na **DA** e no **ARR**, reafirmadas em sua correspondência e em inúmeros discursos e atitudes parlamentares. Ver: RICHTER. 1963.

¹⁵¹ Ver: C. Oeuvres Complètes. T. IX, p. 245 e 265.

¹⁵² Essa convicção o acompanha desde cedo até o fim de sua vida, como podemos ver expressa em diversas passagens de sua obra e correspondência. Ver, por exemplo: C. Oeuvres Complètes. T. IX, p. 296 - 297; S. p. 788.

Ainda que sejam opostos, tais efeitos são produtos naturais do estado social que surge derrubando as hierarquias, as tradições, as autoridades.

A sorte não está dada, o destino não está traçado. O mesmo estado social pode ter, como consequência política, a emergência de um poder democrático ou de um poder despótico. Se Tocqueville não tem qualquer apego espontâneo pela igualdade de condições, ele está ciente de que, nos tempos que se impõem, a liberdade não pode prescindir da igualdade. Trata-se, portanto, de fortalecer, por meio da arte, aquelas tendências, inerentes ao estado social igualitário, que favorecem a liberdade, à medida que estimulam o homem a desenvolver suas capacidades propriamente humanas. O único modo possível, no Estado democrático, de desenvolver a liberdade é por meio da criação das mais diversas associações, da circulação de idéias e do debate entre os cidadãos por intermédio da imprensa, da participação nos órgãos administrativos de suas comunidades, ou de qualquer outro modo que os cidadãos considerarem legítimos. Apenas o caráter divergente, múltiplo, inacabado da arte humana pode desenvolver nos homens o gosto pela liberdade, ou seja, o gosto de pensar e agir por si mesmos, junto com seus concidadãos, que os protegerá, ao mesmo tempo, contra a servidão política e a degradação da condição humana.

O estado democrático é, segundo Tocqueville, uma possibilidade única. Não porque a igualdade de condições se imponha, pois aceitar a igualdade não pode significar aceitar a massificação, o individualismo, a submissão a um poder que impeça os indivíduos de se distinguirem ou que restrinja sua singularidade ao âmbito estritamente privado. O estado democrático é, para Tocqueville, uma possibilidade única, pois, apesar de conceber que o vir-a-ser da igualdade é um desígnio providencial, ele afirma a incerteza do futuro e atribui à ação do homem o papel de protagonista da sua sorte:

"Não ignoro que muitos dos meus contemporâneos pensam que os povos jamais são aqui na terra senhores de si mesmos, e que obedecem necessariamente a não sei que força invencível e inteligente que nasce dos acontecimentos anteriores, da raça, do solo ou do clima. Estas são doutrinas falsas e covardes, que jamais poderiam produzir senão homens fracos e nações pusilânimes: a Providência não criou o gênero humano nem inteiramente independente nem completamente escravo. Ela traça, é verdade, em redor de cada homem, um círculo fatal do qual ele não pode sair; mas, em seus vastos limites, o homem é poderoso e livre; assim também os povos. As nações de nossos dias não poderiam impedir que as condições fossem iguais em seu seio; mas depende delas que a igualdade as conduza à servidão ou à liberdade, às luzes ou à barbárie, à prosperidade ou às misérias" (DA. T. II, parte 4, cap. 8, p. 853-854).

A democracia, tal como pensada por Tocqueville, adquire, então, seu mais profundo significado, o qual ultrapassa a condição de igualdade entre os indivíduos e a soberania do povo, vinculando-se diretamente à liberdade. Estado social igualitário e soberania popular são definições ainda insuficientes para a democracia, pois, conhecemos a advertência de Tocqueville: qualificar de democrático um governo no qual não se encontra liberdade política "é um absurdo palpável" (ARR. Oeuvres Complètes. T. II, v. 2, p.199). Sabemos que o despotismo pode

"combinar-se melhor do que imaginamos com algumas formas exteriores de liberdade, e que não lhe seria impossível estabelecer-se à própria sombra da soberania do povo", [entretanto] "encerra a ação da vontade num pequeno espaço e, pouco a pouco, tira a cada cidadão até o emprego de si mesmo" (DA. T. II, parte 4, cap. 6, p. 837).

Ainda que o despotismo não aniquile os direitos individuais, a submissão a um poder que impede a manifestação da pluralidade das vontades e julgamentos dos cidadãos nega a sua humanidade. Enclausurando cada indivíduo na sua esfera privada e tornando-os indistinguíveis, reduz a nação inteira a um "rebanho de animais tímidos e diligentes do qual o governo é o pastor" (DA. T. II, parte 4, cap. 6, p. 838). Por Estado democrático Tocqueville compreende que todos os cidadãos detém e exercem o poder político; não que

por meio dele possam realizar seus interesses privados ou exigir o respeito aos seus direitos civis e políticos, mas porque agir politicamente é o meio de fazer-se livre: pensar, julgar e agir por si mesmo junto com seus concidadãos.

A diferença entre um Estado despótico e um Estado democrático é muito mais do que uma diferença no grau de proteção do indivíduo em relação às invasões da sociedade e do Estado. A democracia opõe-se ao despotismo como a liberdade opõe-se à servidão e a justiça à degradação. O Estado democrático, na medida em que estende a todos os homens a possibilidade de encontrarem por si mesmos os meios de resistirem às tendências igualizadoras e opressivas inerentes a este Estado, é, afirma Tocqueville, mais justo.¹⁵³ Justo não apenas porque as leis e as instituições do Estado ofereçam proteção à liberdade do indivíduo contra a ação arbitrária de outrem e contra a opressão do Estado, nem apenas porque os cidadãos participam diretamente da elaboração das leis e da sua aplicação; mas, justo, fundamentalmente, porque reconhece na liberdade o direito, igualmente compartilhado por cada um, de tornar-se propriamente humano.¹⁵⁴

A liberdade democrática que se apresenta sob a forma de um "direito comum" - contrapondo-se à liberdade como "privilegio" (ESPF. p. 943) de alguns - característica do Estado aristocrático, pode ser pensada como direito humano,¹⁵⁵ ou seja, como o direito comum a todos os homens de desenvolverem as capacidades propriamente humanas de pensar, julgar e agir por si mesmos, junto com seus semelhantes, e que, por isso mesmo, não podem ser reduzidos a um sistema de proteção de direitos civis ou políticos.

¹⁵³ Ver: DA. T. II, parte 4, cap. 8, p. 852.

¹⁵⁴ Tomando como referência o texto de Constant (1985), devemos admitir que a concepção tocquevilliana de liberdade como condição humana, longe de privilegiar a concepção antiga de liberdade (a qual dizia respeito à liberdade do cidadão, desconhecendo qualquer noção de direitos individuais) ou a concepção moderna (que considera a liberdade política apenas um meio para garantir a liberdade individual) supõe a ambas, posto que Tocqueville acreditava ser impossível separar essas duas formas de liberdade; e, além disso, reconhece, no exercício da liberdade, o traço característico da humanidade.

¹⁵⁵ Ver: LEGROS. 1990. p. 192-194.

Creio que Tocqueville, movido por um profundo respeito pela pessoa humana, avançou, mesmo sem perceber claramente, os fundamentos da doutrina dos Direitos Humanos, tão discutida ao longo do século XX, sobretudo após o surgimento dos Estados totalitários Stalinista e Nazista. O totalitarismo, que funda-se na indivisão interna, na integridade e na transparência do corpo coletivo, assemelha-se grandemente à descrição que Tocqueville faz do despotismo dos tempos democráticos, pois, em ambos, toda diferença ou individuação é perniciosa, toda oposição ou divergência é aniquilada. Descrevendo um poder empenhado em penetrar absolutamente a sociedade, Tocqueville observa:

"todos estes direitos diversos, que foram sucessivamente arrancados às classes, às corporações e aos homens, em nossos dias, de modo nenhum serviram para edificar, sobre uma base democrática novos poderes secundários, mas se concentraram em toda parte nas mãos do soberano. Em toda parte, o Estado passa a dirigir cada vez mais, por si mesmos, os menores cidadãos, e a conduzir sozinho cada um deles, nas menores questões" (DA. T. II, parte 4, cap. 5, p. 822-823).

Tocqueville incita-nos a pensar que a sujeição do indivíduo a um Estado todo-poderoso - ainda que este garanta certos direitos civis e políticos - implica, para os indivíduos, a perda de sua condição propriamente humana.

O direito humano de liberdade se desenvolve pelo esforço incessante de estabelecer equilíbrio entre a igualdade de condições e a soberania do povo, supondo, portanto, reciprocidade e respeito à igual liberdade de todos os demais. Tal condição se realiza na ação política dinâmica e cotidiana, que torna os cidadãos participantes na permanente construção do Estado democrático. Menos do que a tranqüila regularidade das leis, é a existência de um espaço público aberto à manifestação da diversidade, das contrariedades, que caracteriza a democracia.

Tocqueville assegura aos cidadãos (como indivíduos e como comunidade) a possibilidade de discordarem, pois tal como não é suposta a igualdade material entre os cidadãos, também não deve haver identidade entre interesses, opiniões, crenças no Estado democrático.¹⁵⁶ O temor de Tocqueville é justamente a extinção das diferenças. Identidade, uniformidade, significa perda de própria individualidade, massificação, o que implica a aniquilação da capacidade de os homens pensarem e agirem por si mesmos.

O Estado democrático, tal como é apresentado por Tocqueville, supõe uma permanente abertura para incertezas. Pois, se a igualdade social se impõe, estendendo a todos o direito de pensar, julgar e agir por si mesmos, isso significa, no plano político, que a ação dos cidadãos é, *a priori*, insondável. A única certeza é a igualdade, mas esta não depende dos homens; ela se impõe, conduzindo-os a possibilidades opostas de servidão ou liberdade, de luzes ou barbárie, de prosperidade ou misérias, e deixa à ação dos cidadãos a determinação sobre qual, entre estes possíveis apresentados pela igualdade de condições, se realizará. Eis por que, no estado democrático, a atividade política tem, para Tocqueville, um valor inestimável: não é apenas um meio de proteção do indivíduo contra a opressão do Estado e da sociedade, nem apenas um meio para fazer valer a soberania do povo, mas é, fundamentalmente, o espaço de realização do homem como um ser que, manifestando publicamente sua singularidade,¹⁵⁷ se faz propriamente humano.

¹⁵⁶ "A democracia não é o lugar da identidade miraculosa entre os homens, mas é o regime determinado pela relação entre classes antagônicas". MELONIO. 1993. p. 37.

¹⁵⁷ Ainda que possamos ver na exigência de que os homens se singularizem um resquício de valores aristocráticos, dos quais Tocqueville estava imbuído, que compreendem a honra como possibilidade de imortalizar-se através de seus feitos, creio que, para Tocqueville, convertido à democracia, semelhante exigência responde a uma necessidade da própria democracia, posto que esta só se realiza na medida em que os homens sejam capazes de desenvolver suas capacidades propriamente humanas. Para maior clareza sobre a idéia aristocrática de singularização, ver: RIBEIRO: 1998. p. 25-41. Em especial, p. 32-34, sobre a Canção de Rolando que ilustra a idéia de que a honra do nobre encontra-se na constante afirmação de si mesmo, que torna a recordação de seus atos heróicos mais importante do que a preservação da vida.

Podemos compreender, então, a partir do pensamento de Tocqueville, que a democracia só se realiza por meio do debate público, sem que ninguém (nenhum homem, nenhuma classe, nenhuma maioria) possa tomar para si a tarefa de solucionar, irrevogavelmente, o conflito. Pelo contrário, Tocqueville mesmo evidencia a permanência do conflito no Estado democrático, na medida em que afirma a diversidade de interesses, a provisoriedade das leis, a multiplicidade das associações, a liberdade das crenças religiosas, o debate de idéias, a circulação de jornais, destacando a inexistência de uma verdade política irrevogável, e sim de um acordo provisório, construído pelo esforço do diálogo e do entendimento entre os homens.

Mesmo que reconheça ser da essência dos governos democráticos que a força da maioria prevaleça, Tocqueville afirma:

"acima dela, no mundo moral, acham-se a humanidade, a justiça e a razão; no mundo político, os direitos adquiridos. A maioria reconhece estas duas barreiras e, se lhe ocorre atravessá-las, é que tem paixões, como todo homem, e que, tal como eles, pode fazer o mal ao discernir o bem" (DA. T I, parte 2, cap. 10, p. 460).

Se cabe a maioria de um povo determinar, legitimamente, as condições da vida no Estado democrático, Tocqueville reivindica o direito, para quem quer que seja, de discordar da posição majoritária. O fato de constituir-se como maioria assegura apenas que o maior número de cidadãos compartilha de uma tal posição ou interesse, entretanto em nada este fato assegura a sua justiça.

A democracia não protege contra erros ou enganos em relação ao justo, mesmo que, voluntariamente, ninguém queira prejudicar-se. Ele é bastante lúcido para saber que, freqüentemente, as decisões tomadas pela maioria de um povo chocam-se com os interesses das minorias, impondo-se a esta como uma variante do direito do mais forte. A

permanente manifestação dos descontentes (seja por meio de associações civis, partidos políticos, imprensa), a fim de sensibilizar a maioria em relação a outros interesses e opiniões, deve ser, portanto, uma possibilidade sempre ao alcance dos cidadãos do Estado democrático.

Reconhecendo o conflito como constitutivo do Estado democrático,¹⁵⁸ Tocqueville ressalta a importância da participação dos cidadãos na elaboração de propostas que possam viabilizar, no momento presente, a eliminação do impasse. A soberania do povo, como manifestação da liberdade dos cidadãos, é o único modo de fortalecer a pluralidade de posições e interesses, permitindo a convivência da diversidade (em lugar de aniquilá-la) sem, contudo, fragilizar o tecido político. Nesse sentido, devemos compreender que o "grande privilégio" que Tocqueville atribui aos americanos é "ter a faculdade de cometer erros reparáveis" (DA. T I, parte 2, cap. 5, p. 258). Está nas mãos dos próprios cidadãos americanos a determinação das condições sob as quais vivem; e, se por acaso sua ação lhes traz algum mal, o sofrimento deste mal lhes esclarecerá, e eles mesmos poderão reparar o mal que, sem querer, cometeram contra si mesmos.

Pluralidade e provisoriedade são, para Tocqueville, características do Estado democrático e ele considera pequenez humana querer revogá-las:

"Forçar todos os homens a marchar com o mesmo passo, para o mesmo objeto, eis uma idéia humana. Introduzir uma variedade infinita nos atos, mas combiná-los de maneira a que todos estes

¹⁵⁸ Devemos admitir que Tocqueville se distancia de Rousseau, para quem as diferenças privadas desaparecem quando do enunciado da vontade geral, a qual revela a vontade una do corpo que todos devem obedecer em nome de sua própria liberdade. Tocqueville teme profundamente que a unicidade do corpo possa redundar em opressão de uma parcela minoritária ou excluída da população. Ele salienta, portanto, o benefício da diversidade. A vontade do corpo como um todo será sempre parcial e provisória, devendo ser continuamente revista. Longe de expulsar o conflito do âmbito do Estado, ele o supõe. Nesse sentido, o pensamento de Tocqueville está na base do pensamento democrático contemporâneo, que reconhece no pluralismo e na tolerância as condições fundamentais da democracia. Ver: LEFORT. 1991. 23-36; TOURAINE. 1996.

atos conduzam, por mil caminhos diversos, à realização de um grande desígnio, eis uma idéia divina" (DA. T II, parte 4, cap. 2, nota do autor à p. 811, p. 861).

O reconhecimento da diversidade não impede que Tocqueville seja favorável à existência de um princípio comum ao corpo político, o qual, em lugar de significar qualquer apoio ao exercício absoluto ou despótico do poder político, vincula-se à necessidade de fixar critérios, ou limites, dentro dos quais a ação política possa ser considerada democrática. Pois, como sabemos, a independência do cidadão pode ser maior ou menor, mas não pode prescindir de limites.

Tais critérios ou limites, que Tocqueville reivindica para nortear a ação política dos cidadãos, menos do que normas jurídicas com vigência positiva, são princípios irrevogáveis de justiça baseados no direito humano de liberdade. Nesse sentido, Tocqueville afirma a possibilidade de recusar obediência a uma lei considerada injusta:¹⁵⁹ "não existe na terra autoridade tão respeitável em si mesma ou revestida de tão sagrado direito que eu desejaria agir sem controle e dominar sem obstáculos" (DA. T I, parte 2, cap. 7, p. 289). A justiça se constitui, então, afirma Tocqueville, como o limite do direito de cada povo. Isso significa, em primeiro lugar, que Tocqueville reivindica contra a soberania do povo, ou melhor, contra a impossibilidade de contestar as decisões de cada povo, a soberania do gênero humano; e, em segundo lugar, que a recusa de obediência ou o limite ao direito de auto-determinação de um povo não está baseada no reconhecimento de nenhum direito natural dos homens, nem tampouco em alguma norma heterônoma

¹⁵⁹ Ver: DA. T I, parte 2, cap. 7, p. 288: "*Existe uma lei geral, que foi feita ou pelo menos adotada, não apenas pela maioria de tal ou qual povo, mas pela maioria de todos os homens. É a lei da justiça. A justiça constitui, pois, o limite ao direito de cada povo. (...) Por isso, quando recuso obedecer a uma lei injusta, de modo nenhum estou negando que a maioria tem o direito de comandar; apenas faço apelar da soberania do povo para a soberania do gênero humano*".

Providencial, mas em critérios morais de justiça compartilhados pela maioria do gênero humano.

Sabemos, entretanto, que Tocqueville encontra na fé religiosa um apoio fundamental para a vida política. Isso não significa que ele admita a ingerência da instituição religiosa em questões diretamente políticas, mas sim que, por intermédio da fé, a religião forneça aos homens idéias gerais sobre Deus, sobre a natureza humana e sobre os deveres que cada um tem para com os seus semelhantes, que estão na base das idéias de dignidade humana e justiça compartilhadas pela maioria dos homens.

Ainda que o fundamento último do Estado democrático tocquevilliano não seja propriamente religioso, mas ético, devemos admitir, pelo menos, que Tocqueville só concebe que os homens dos tempos democráticos se façam capazes de realizar um projeto que ultrapasse suas necessidades e interesses imediatos por meio da religião. É a fé religiosa que, oferecendo valores mais estimáveis do que os bens materiais, faz com que os homens estabeleçam uma relação de respeito e reciprocidade necessários à liberdade e à justiça no Estado democrático.

A faculdade de pensar e julgar por si mesmo precisa do esclarecimento da fé. A ação política, se não está orientada a um fim moral, torna-se cega e, como tal, já não é mais capaz de distinguir entre a liberdade e a servidão, a justiça e a degradação. Eis porque, segundo Tocqueville, não basta agir, faz-se necessário agir de modo virtuoso. Isso significa que a ação política deve ser dirigida por um princípio moral que permita ao cidadão ultrapassar as tendências naturais do estado social igualitário - as quais aniquilam a individualidade e descaracterizam as relações sociais e políticas democráticas - e, ao mesmo tempo, que possibilite o estabelecimento, no convívio entre os cidadãos, de relações cooperativas baseadas no respeito à igual liberdade humana.

Não há liberdade sem virtude nos tempos democráticos. O individualismo e a intolerância para com o outro, que estão na base do poder opressivo de um governo tutelar e da tirania da maioria, são considerados vícios públicos por Tocqueville. A condição fundamental exigida para que os homens possam fazer-se livres no estado social igualitário é, segundo Tocqueville, que todos reconheçam reciprocamente e incondicionalmente a liberdade como um Direito Humano.

Política e ética são inseparáveis no pensamento de Tocqueville:

"Trato de não fazer dois mundo: um moral, onde eu me entusiasmo pelo que é belo e bom; o outro político, onde eu me deito de barriga para baixo para sentir mais comodamente o estrume sobre o qual marchamos... Eu procuro não dividir o que é indivisível" (GIBERT. 1972. p. 1087).

A inexistência de virtude nas ações dos cidadãos determina um futuro sombrio para o Estado democrático, ao passo que, sua existência é, sem dúvida, para Tocqueville, a única chave que pode abrir o caminho para um Estado democrático pluralista e justo. Mas é preciso não esquecer, um Estado em permanente construção, pelo qual todos, sem exceção, são responsáveis. Toda exclusão significa injustiça: servidão política e degradação humana.

Talvez o próprio Tocqueville não tenha percebido a radicalidade de suas idéias acerca do Estado democrático, da liberdade humana e da justiça, posto que, paradoxalmente, fez-se defensor da colonização árabe da Argélia pelos franceses. Entretanto, a despeito de qualquer ambigüidade, é preciso ressaltar que as idéias de Tocqueville não perdem a sua força. Creio mesmo que lhes dão maior intensidade ainda, na medida em que ressaltam que o engano do julgamento, a provisoriedade das decisões, a abertura para o diálogo são constitutivas da democracia e muito contribuem para, hoje, pensarmos a relação entre o Estado democrático, a justiça e os Direitos Humanos.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Obras de Tocqueville consultadas:

TOCQUEVILLE, Alexis de. _____. **L'ancien regime et la revolution**. Paris: Robert Laffont, 1986.

_____. **L'ancien regime et la revolution**. In: _____. Oeuvres Complètes. 10. ed. T. II, v. 2: Fragments et notes inédits sur la révolution; texte établi et annoté par André Jardin. Paris: Gallimard, 1953.

_____. **O antigo regime e a revolução**. Tradução: Yvonne Jean. 3. ed. Brasília: UnB; São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Correspondence d'Alexis de Tocqueville et de Arthur de Gobineau**. In: _____. Oeuvre Complètes. T. IX. Paris: Gallimard, 1959.

_____. **Correspondence d'Alexis de Tocqueville et de Francisque de Corcelle**. In: _____. Oeuvres Complètes. T. XV. v. 1 - 2. Paris: Gallimard, 1983.

_____. **Correspondence d'Alexis de Tocqueville et de John Stuart Mill**. In: _____. Oeuvres Complètes. T. VI. Paris: Gallimard, 1954.

_____. **Correspondence d'Alexis de Tocqueville avec p.-p. Royer-Collard et avec J.-J. Ampère**. In: _____. Oeuvres Complètes. T. XI. Paris: Gallimard, 1970.

_____. **Correspondence d'Alexis de Tocqueville et de Mme Swetchine**. In: _____. Oeuvres Complètes. T. XV. v. 2. Paris: Gallimard, 1983.

_____. **A democracia na América**. Tradução, prefácio e notas: Neil Ribeiro da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

_____. **De la démocratie en Amérique**. In: _____. Oeuvres. T. II. Édition publiée sous la direction d'André Jardin. Paris: Gallimard, 1992. (Bibliothèque de la Pléiade).

_____. **De la démocratie en Amérique.** Première édition historico-critique revue et augmentée par Eduardo Nolla. Paris: Vrin, 1990.

_____. **Écrits et discours politiques.** In: _____. Oeuvres Complètes. T. III. v. 2, Paris: Gallimard, 1985.

_____. **Écrits politiques et académiques.** In: _____. Oeuvres. T I. Paris: Gallimard, 1991. (Bibliothèque de la Pléiade).

_____. **Égalité sociale et liberté politique.** Introduction et commentaire Pierre Gibert. Paris: Aubier-Montaigne, 1977.

_____. **Etat social et politique de la France avant et depuis 1789.** Paris: Robert Laffont, 1986.

_____. **Lembranças de 1848.** Tradução: Modesto Florenzano. São Paulo: Cia das letras, 1991.

_____. **Mémoire sur le paupérisme.** Paris: Imprimerie Nationale, 1911. Extrait du Bulletin des sciences économiques et sociales du Comité des travaux historiques et scientifiques.

_____. **Souvenirs.** Paris: Robert Laffont, 1986.

_____. **Voyage en Amérique.** In: _____. Oeuvres. T I. Paris: Gallimard, 1991. (Bibliothèque de la Pléiade).

_____. **Voyage en Angleterre.** In: _____. Oeuvres. T I. Paris: Gallimard, 1991. (Bibliothèque de la Pléiade).

_____. **Voyage en Algérie.** In: _____. Oeuvres. T I. Paris: Gallimard, 1991. (Bibliothèque de la Pléiade).

2. Demais obras consultadas:

ANTOINE, Agnès. Politique et religion chez Tocqueville. **Tocqueville Review**. v. XVIII, n. 1, p. 37 - 46, 1997.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. **Da revolução**. São Paulo: Ática, Brasília: UnB, 1988.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. **Les politiques**. Paris: Flammarion, 1990.

ARON, Raymond. **Ensayo sobre las libertades**. Madrid: Alianza, 1969.

_____. **Estudos políticos**. Brasília: UnB, 1985.

_____. Idées politiques et vision historique de Tocqueville. **Atlantic Community Quarterly**. v. 14, n. 3, p. 509 - 526, 1976.

BATTISTA, Ana Maria. É necessario vincolare la regione al dogma perche l'uomo possa vivere la piu totale liberta nella sfera politica. In: _____. **Lo sprito liberale e lo sprito religioso**. Milão: Joca Book, 1976. p.27 - 42.

BÉNÉTON, Philippe. La culture democratique. **Cahiers de philosophie politique et juridique**. n.19, p. 83 - 91, 1991.

BENOÎT. Jean-Louis. Foi, providence et religion chez Tocqueville. **Cahiers de philosophie politique et juridique**. n.19, p. 117 - 134, 1991.

BESNIER, Jean-Michel. Tocqueville et les associations. **Cahiers de philosophie politique et juridique**. n.19, p. 73 - 82, 1991.

BOESCHE, Roger. **The strange liberalism of Alexis de Tocqueville**. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

BOTANA, Natalio. Tocqueville y la legitimidad democratica. **Revista Latinoamericana de Filosofia**. v. 9, n. 2, p. 117 - 143, julio 1983.

- BOTTO, Evandro. Libertà política e libertà morale nel pensiero di Tocqueville. **Revista di Filosofia Neoclassica**. n. 3, p. 497 - 512, 1981.
- BURDEAU, François. Tocqueville et la régionalization. **Cahiers de philosophie politique et juridique**. n.19, p. 101 - 109, 1991.
- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução em França**. Brasília: UnB, 1982.
- CHABOT, Sonia. Education civique, instruction publique et liberté d'enseignement dans l'oeuvre d'Alexis de Tocqueville. **The Tocqueville review**. v. XVII, n. 1, p. 211 - 249, 1996.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Agir, 1980.
- CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada a dos modernos. **Filosofia Política**. n. 2, p. 9 - 25, 1985.
- DERATHÉ, Robert. **Jean-Jacques Rousseau et la science politique de son temps**. Paris: Vrin, 1979.
- DÍEZ DEL CORRAL, Luis. **El pensamiento político de Tocqueville: formación intelectual y ambiente histórico**. Madrid: Alianza, 1989.
- DUMAS, Jean-Louis. Tocqueville, philosophe de la liberté. **Cahier de philosophie politique et juridique**. n. 1, p. 71 - 89, 1982.
- _____. Alexis de Tocqueville ou la compréhension efficace. **Revue de métaphysique et de morale**. n. 4, p.525 - 543, 1973.
- FURET, François. Le système conceptuel de la Démocratie en Amérique. **Commentaire**. n. 12, p. 605 - 613, 1980-1981.
- _____. Tocqueville e o problema da Revolução Francesa. In: _____. **Pensando a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 145 - 175.

GIBERT, Pierre. L'education de la liberté selon Tocqueville. **Projet**. n. 69, p. 1087 - 1099, 1972.

_____. Fragile et nécessaire démocratie. **Projet**. n. 51, p. 5 - 16, 1971.

_____. Incroyence nouvelle et religion à venir, selon Alexis de Tocqueville. **Études**. n. 325, p. 611 - 627, 1966.

GOLDSTEIN, Doris. Alexis de Tocqueville's concept of citizenship. **Proceedings of the American Philosophical society**. n. 108, p. 39 - 53, 1964.

_____. The religious beliefs of Alexis de Tocqueville. **French historical studies**. v. 1, n. 4, p. 379 - 392, 1960.

_____. **Trial of faith: Religion and politics in Tocqueville's thought**. New York / Oxford / Amsterdam: Elsevier, 1974.

GOYARD-FABRE, Simone. La pensée politique d'Alexis de Tocqueville. **Cahiers de philosophie politique et juridique**. n. 19, p. 21 - 44, 1991.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HÖFFE, Otfried. **Justiça política: fundamentação de uma filosofia crítica do direito e do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1991.

JARDIN, André. Un essai de renouvellement du libéralisme: l'oeuvre de Tocqueville. In: _____. **Histoire du libéralisme politique: de la crise de l'absolutisme à la constitution de 1875**. Paris: Hachette, 1985. p. 332 - 342.

_____. **Tocqueville**. New York: Farrar, Strauss and Girox, 1989.

_____. Tocqueville député sous la monarchie de juillet. **Contrepoint**. n. 22-23, p. 167 - 185, 1976.

JASMIN, Marcelo Gantus. **Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política**. Rio de Janeiro: Access, 1997.

- _____. As Américas de Tocqueville: a comunidade e o auto-interesse. In: SOUZA, Jessé (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: UnB, 2001. p. 201 - 211.
- _____. Da imaginação histórica na filosofia política de Tocqueville. **Kriterion**. n. 99, p. 54 - 63, jun. 1999.
- _____. Interesse bem compreendido e virtude em 'A democracia na América'. In: BIGNOTTO, Newton (org.). **Pensar a república**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. pág. 71 - 85.
- _____. Tocqueville e a continuidade histórica. In: _____. **Racionalidade e história na teoria política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 99 - 106.
- KELLY, George A. **The humane comedy: Constant, Tocqueville and french liberalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- LAMBERTI, Jean-Claude. De Benjamin Constant à Alexis de Tocqueville. **France-Forum**. p.19 - 26, avr-mai, 1983.
- _____. La liberté et les illusions individualistes selon Tocqueville. **Tocqueville Review**. n. 8, p.153 - 164, 1986 - 1987.
- _____. **La notion d'individualisme chez Tocqueville**. Paris: PUF, 1970.
- _____. **Tocqueville et les deux democracies**. Paris: PUF, 1983.
- LATGÉ, Max. Le sens de l'égalité et de la liberté chez Rousseau et Tocqueville. In: _____. **Analysis et reflexions sur Tocqueville "De la démocratie en Amérique"**. Paris. Marketing, 1985. p. 206- 212.
- LAWLER, Peter A. The human condition: Tocqueville's debt to Rousseau and Pascal. In: NOLLA, Eduardo (org.). **Liberty, equality, democracy**. New York: New York Universty Press, 1992. p. 1 - 20.

LECA, Antoine. **Lecture critique d'Alexis de Tocqueville**. Marseille: Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 1988.

LEFORT, Claude. O fenômeno da crença em política. In: ANDRÉS, Aparecida (org.).

Utopias: sentidos, minas, margens. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

_____. **A invenção democrática: os limites do totalitarismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. La menace qui pèse sur la pensée. **Tocqueville Review**. v. XVIII, n. 1, p. 29 - 35, 1997.

_____. **Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. Tocqueville: democracia e arte da escrita. In: _____. **Desafios da escrita política**. São Paulo: DiscursoEditorial, 1999. p. 55 - 91.

LEGROS, Robert. Tocqueville: le retrait comme repli et comme ouverture. In: _____.

L'idée d'humanité. Introduction à la phéoméologie. Paris: Grasset et Fasquelle, 1990. p. 137 - 195.

LIVELY, Jack. **The social and political thought of Alexis de Tocqueville**. Oxford: Clarendon Press, 1962.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANENT, Pierre. **Histoire Intellectuelle de libéralisme**. Paris: Calmman-Lévy, 1987.

_____. Intérêt privé, intérêt public. **Cahiers de philosophie politique et juridique**. n.19, p. 67 - 71, 1991.

_____. **Tocqueville et la nature de la démocratie**. Paris: Julliard, 1982.

MAYER, Jacob Peter. Sur la Démocratie en Amérique: fragments inédits. **Revue International de Philosophie**. n. 3, p. 300 - 312, 1959.

_____. Tocqueville, prophète de l'état moderne. **Critique**. n. 100 -101, p.883 - 892, 1955.

- MELONIO, Françoise. Nations et nationalismes. **Tocqueville Review**. v. XVIII, n 1, p. 61-75, 1997.
- _____. La religion selon Tocqueville. Ordre moral ou esprit de liberté?. **Études**. v. 360, n. 1-3, p. 73 - 88, 1984.
- _____. **Tocqueville et les français**. Paris: Aubier, 1993.
- MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. **Do espírito das leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- NASCIMENTO, Milton Meira. **Opinião pública e revolução**. São Paulo: Nova Stella, Edusp, 1989.
- NEGRO, Dalmacio. Virtue and politics in Tocqueville. In: NOLLA, Eduardo (org.) **Liberty, equality, democracy**. New York: New York Univ. Press, 1992. p. 55 - 74.
- NOLLA, Eduardo. Introduction de l'éditeur. In: TOCQUEVILLE. **De la Démocratie en Amérique**. Paris: Vrin, 1990.
- PERELMAN, Chaïm. **Ética e Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- POLIN, Raymond. Tocqueville entre l'aristocratie et la démocratie. **Cahiers de philosophie politique et juridique**. n. 19, p. 45 - 66, 1991.
- QUIRINO, Célia Nunes Galvão. **Dos infortúnios da igualdade ao gozo da liberdade**. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.
- _____. Liberdade e igualdade. **Discurso**. n. 15, p. 107 - 124, 1983.
- REIS, Helena Esser dos. A democracia moral de Tocqueville. **Fragmentos de cultura**. v. 10, n. 6, p. 1075 - 1086, nov./dez. 2000.
- _____. A importância das associações para a democracia: uma análise segundo a perspectiva tocquevilliana. **Filósofos**. No prelo.

_____. Política e religião no pensamento de Tocqueville. **Revista UCPel**. v. 7, n. 1, p. 93 - 100, jul. 1997.

_____. A virtude na filosofia política de Tocqueville. **Filósofos**. v. 4, n. 2, p. 83 - 93, jul./dez. 1999.

RENAULT, Alain. **O indivíduo**: reflexões acerca da filosofia do sujeito. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

RIBEIRO, Renato Janine. **A etiqueta no antigo regime**. São Paulo: Moderna, 1998.

_____. A política teatral. In: TOCQUEVILLE. **Lembranças de 1848**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

RICHTER, Melvin. Tocqueville on Algeria. **The review of politics**. v. 25, n. 3, p. 362 - 398, July 1963.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. **A democracia liberal segundo Alexis de Tocqueville**. São Paulo: Mandarim, 1998.

_____. Origens da preocupação de Alexis de Tocqueville com a temática da pobreza. Inédito.

_____. A problemática do liberalismo democrático no pensamento de Alexis de Tocqueville. **Carta Mensal**. v. 43, n. 503, p. 3 - 37, fev. 1997.

_____. A problemática da pobreza segundo Alexis de Tocqueville. **Carta Mensal**. v. 43, n. 508, p. 3 - 16, jul. 1997.

ROLLET, Jacques. De l'individualisme selon Tocqueville. **Projet**. n.196, p. 75 - 90, 1985.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Du contrat social**. In: _____. Oeuvres. T. III. Paris: Gallimard, 1964. (Bibliothèque de la Pléiade).

_____. **Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes**. In: _____. Oeuvres. T. III. Paris: Gallimard, 1964. (Bibliothèque de la Pléiade).

- _____. **Manuscrit de Genève**. In: _____. Oeuvres.T. III. Paris: Gallimard, 1964.
(Bibliothèque de la Pléiade).
- SALOMON, Albert. Tocqueville, 1959. **Social Research**. v. 26, n. 4, p. 449 - 470, 1959.
- _____. Tocqueville, moralist and sociologist. **Social Research**. n. 2, p. 405 - 427, 1935.
- _____. Tocqueville's philosophy of freedom. A trend towards concrete sociology. **Review of politics**. v.1, n. 4, p. 400 - 431, 1939.
- SANCTIS, Francesco. The question of fraternity in Democracy in America. In: NOLLA, Eduardo (org.). **Liberty, equality, democracy**. New York: New York Univ. Press., 1992. p.113 - 128.
- SAUQUILLO, Julián. Democracia y cultura de massa, la encrucijada etico-politica de Mill, Tocqueville y Weber. **Doxa**. n.15-16, p. 321 - 335, 1994.
- SCHLEIFER, James. **Cómo nació "la democracia en América" de Tocqueville**. México: Fondo de cultura Económica, 1984.
- _____. How many democracies? In: NOLLA, Eduardo (org.) **Liberty, equality, democracy**. New York: New York Univ. Press., 1992. p. 193 - 205.
- _____. Tocqueville and religion: some new perspectives. **Tocqueville Review**. v. 4, n. 2, p. 303 - 321, 1982.
- SOUZA, Maria das Graças. **Ilustração e História: o pensamento sobre a história no iluminismo francês**. São Paulo: Discurso, 2001.
- TOURAINE, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.
- TUGENDHAT, Ernest. **Lições sobre ética**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- VERGARA, Francisco. **Introdução aos fundamentos filosóficos do liberalismo**. São Paulo: Nobel, 1995.
- VIANNA, Luiz Werneck. O problema do americanismo em Tocqueville. In:_____. **A revolução passiva**. Rio de Janeiro: Revan, 1998. p. 89 - 124.

ZETTERBAUM, Marvin. Tocqueville: neutrality and the use of history. **The American Political Science Review**. v. XVIII, n. 3, p. 611 - 621, Sept. 1964.

_____. **Tocqueville and the problem of democracy**. Stanford: Stanford University Press, 1967.

ZUCKERT, Catherine. Not by preaching: Tocqueville on the role of religion in american democracy. **The review of politics**. v. 43, n. 2, p. 259 - 280, 1981.